

RELATÓRIO E
CONTAS

9M13





Notas Introdutórias

Até 26 de agosto de 2013, a Optimus – SGPS, S.A. era integralmente detida pela Sonaecom, SGPS, S.A.. No entanto, após a concretização da fusão entre a Optimus – SGPS, S.A. e a ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A, a Sonaecom detém, desde 27 de agosto de 2013, uma participação de 50% no capital da ZOPT, SGPS, S.A. que, por sua vez, detém uma participação de 50,01% no capital da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.. A Sonaecom detém, ainda, uma participação direta de 7,28% no capital da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A..

O portefólio da Sonaecom inclui, ainda, 100% das áreas de Software e Sistemas de Informação (SSI) e Público, cujos resultados são integralmente consolidados.

A informação financeira consolidada contida neste reporte é baseada em Demonstrações Financeiras não auditadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), tal como adotadas pela União Europeia.

Na sequência da operação de consolidação entre a ZON - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. e a Optimus - SGPS, S.A., a Sonaecom, SGPS, S.A. ajustou as suas Demonstrações Financeiras de 2012 e 2013 considerando a Optimus, SGPS, S.A. como uma operação descontinuada. Desde o final de agosto de 2013, é utilizado o método de equivalência patrimonial para refletir os resultados da ZOPT, SGPS, S.A.. A participação direta de 7,28% no capital da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A. é registada como 'Investimento ao justo valor através de resultados'.



Índice

0. Mensagem do CEO	4
1. Destaques	5
2. Resultados Sonaecom 9M13	6
2.1. Resultados Consolidados	6
2.2. ZON OPTIMUS	8
2.3. Software e Sistemas de Informação (SSI)	9
3. Principais Desenvolvimentos Corporativos no 3T13	11
4. Eventos subsequentes	12
5. Outras Informações	13
5.1. Demonstração de Resultados Consolidados	13
5.2. Balanço Consolidado	14
5.3. FCF Alavancado	14
5.4. Informação Histórica	15
6. Informação Financeira	17
6.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom	17
6.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	25
6.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom	82
6.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais	89



Mensagem do CEO

A constituição da Zon Optimus marcou de forma indelével o 3º trimestre da Sonaecom e do setor das telecomunicações em Portugal.

Concluiu-se assim com sucesso um longo e exigente processo que permitiu criar um operador com reforçada competitividade, renovada ambição e com uma estrutura acionista alinhada e comprometida com o novo projeto.

Considerado o impacto desta operação no portefólio da Sonaecom, o Conselho de Administração decidiu, já durante o mês de outubro, lançar uma oferta de aquisição de ações próprias, propondo a contrapartida em ações da Zon Optimus, que detém fora da entidade de controlo, permitindo assim aos acionistas minoritários acederem a uma exposição direta ao novo e promissor operador.

A atividade do trimestre ao nível dos negócios revelou-se também muito positiva quer nas telecomunicações (conforme já reportado pela Zon Optimus ao mercado) quer no conjunto dos negócios da SSI que apresentaram significativos crescimentos na atividade e rentabilidade.

Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

1. Destaques

- Crescimento de 10,8% no Volume de Negócios, para 86,8 milhões de euros
- Impacto da participação direta da Sonaecom no capital da ZON OPTIMUS a alcançar 9,1 milhões de euros
- Melhoria significativa do EBT, para 70,8 milhões de euros, +10,5% face aos 9M12
- Resultado Líquido a crescer 6,5%, para 68,1 milhões de euros

Milhões de euros	3T12 ^(R)	3T13	Δ 13/12	2T13 ^(R)	q.o.q.	9M12 ^(R)	9M13	Δ 13/12
DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS								
Volume de Negócios	27,2	29,3	7,5%	29,6	-1,1%	78,3	86,8	10,8%
Receitas de Serviço	18,7	20,7	10,7%	21,0	-1,2%	52,4	61,8	17,8%
Vendas de Equipamento	8,5	8,5	0,6%	8,6	-1,0%	25,8	25,0	-3,3%
Custos Operacionais	28,9	29,5	2,4%	29,3	0,9%	82,9	86,7	4,6%
EBITDA	31,3	19,7	-37,3%	27,1	-27,5%	82,5	71,0	-14,0%
EBITDA do portefólio ⁽¹⁾	-1,5	1,5	-	0,7	101,3%	-3,6	2,6	-
MEP ⁽²⁾	0,3	1,9	-	0,1	-	0,4	2,2	-
Operações Descontinuadas ⁽³⁾	32,6	16,2	-50,2%	26,3	-38,4%	85,7	66,2	-22,7%
Margem EBITDA do portefólio (%)	-5,6%	5,1%	10,7pp	2,5%	2,6pp	-4,5%	3,0%	7,5pp
Depreciações e Amortizações	2,3	2,2	-6,9%	1,0	110,6%	8,5	5,2	-38,4%
EBIT	29,0	17,5	-39,7%	26,1	-32,9%	74,0	65,8	-11,1%
Resultados Financeiros	-3,5	11,6	-	-3,6	-	-9,9	5,0	-
Outros Resultados Financeiros ⁽⁴⁾	0,0	9,1	-	0,0	-	0,0	9,1	-
EBT	25,5	29,1	14,2%	22,5	29,3%	64,1	70,8	10,5%
Impostos	0,3	-0,9	-	-1,1	17,7%	-0,2	-2,8	-
Resultado Líquido (Atribuível ao Grupo)	25,8	28,2	9,5%	21,4	31,6%	63,9	68,1	6,5%

(1) Inclui os negócios integralmente consolidados pela Sonaecom; (2) Inclui a participação de 50% na Unipress, a participação de 50% na Infosystems, a participação de 45% na SIRS e, desde o final de agosto de 2013, a participação de 50% na ZOPT; (3) Inclui o contributo da Optimus até a concretização da fusão entre a ZON e a Optimus, i.e., até ao final de agosto de 2013; (4) Refere-se à participação direta de 7,28% no capital da ZON OPTIMUS, registada como 'Investimento ao justo valor através de resultados', estando sujeita a flutuações nos títulos; (R) Os valores foram reexpressos, de modo a refletir a estrutura da Sonaecom, SGPS, S.A. após a concretização da fusão entre a ZON e a Optimus.

- Posição de cash de 168,3 milhões de euros
- Dívida Bruta de 29,5 milhões de euros

Milhões de euros	3T12	3T13	Δ 13/12	2T13	q.o.q.	9M12	9M13	Δ 13/12
BALANÇO CONSOLIDADO								
Total Ativo Líquido	1.900,6	1.196,2	-37,1%	1.853,1	-35,5%	1.900,6	1.196,2	-37,1%
Investimentos	1,5	716,6	-	1,3	-	1,5	716,6	-
Liquidez	68,2	197,8	189,9%	18,2	-	68,2	197,8	189,9%
Capital Próprio	1.070,0	1.103,6	3,1%	1.079,1	2,3%	1.070,0	1.103,6	3,1%
Total Passivo	830,6	92,6	-88,9%	774,0	-88,0%	830,6	92,6	-88,9%
Dívida Bruta	395,3	29,5	-92,5%	381,7	-92,3%	395,3	29,5	-92,5%
Dívida Líquida	281,8	-168,3	-	265,4	-	281,8	-168,3	-

Nota: A informação de 2012 e 2013 foi reexpressa de forma a consolidar, pelo método de equivalência patrimonial, a participação de 50% na Unipress, a participação de 50% na Infosystems e a participação de 45% na SIRS.



2. Resultados Sonaecom 9M13

Após a operação de consolidação entre a ZON e a OPTIMUS, em agosto de 2013, a Sonaecom ajustou as demonstrações financeiras relativas a 2012 e 2013, de modo a refletir a estrutura resultante da fusão. Neste sentido:

- os negócios da SSI e Público continuam a ser integralmente consolidados;
- a participação de 50% no capital da ZOPT é consolidada através do método de equivalência patrimonial desde o final de agosto de 2013;
- a Optimus é registada como uma operação descontinuada até ao final de agosto de 2013;
- a participação direta de 7,28% no capital da ZON OPTIMUS é registada como 'Investimento ao justo valor através de resultados', estando sujeita à flutuação dos títulos.

2.1. Resultados Consolidados

Volume de Negócios

Nos primeiros nove meses de 2013, o Volume de Negócios Consolidado ascendeu a 86,8 milhões de euros, aumentando 10,8% face ao mesmo período de 2012.

Esta evolução foi motivada pelo negócio da SSI, que aumentou de 77,0 milhões de euros para 83,8 milhões de euros, um aumento de 8,9% sustentado pelo forte crescimento de Receitas de Serviço de mais de 12%.

Custos Operacionais

OS Custos Operacionais totalizaram 86,7 milhões de euros, 4,6% acima dos 9M12. Apesar da diminuição de 5,0% nos Custos Comerciais, os Custos com Pessoal e Outros Custos Operacionais aumentaram no período em análise, totalmente motivados pela evolução do nível de atividade da SSI.

EBITDA

O EBITDA Total situou-se nos 71,0 milhões de euros, menos 14,0% quando comparado com os 9M12, motivado pela evolução das Unidades Descontinuadas.

No que respeita ao EBITDA atribuível à Sonaecom, resultado das empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, este aumentou de forma significativa, de 0,4 milhões de euros para 2,2 milhões de euros, motivado pela evolução positiva de setembro da ZON OPTIMUS. É de realçar que a contribuição da ZOPT totalizou, no 3T13, 2,1 milhões de euros.

O EBITDA do portefólio foi de 2,6 milhões de euros, registando uma melhoria de mais de 6 milhões de euros quando comparado com os 3,6 milhões de euros negativos referentes aos 9M12.

A margem EBITDA do portefólio ascendeu a 3,0%, aumentando 7,5pp face ao período homólogo de 2012, beneficiando do maior peso das Receitas de Serviço no Volume de Negócios, que evoluiu de 67,0% para 71,2%.

Resultado Líquido

Não obstante o menor nível de Amortizações e Depreciações, o EBIT da Sonaecom diminuiu 11,1% face aos 9M12, para 65,8 milhões de euros.

Os Resultados Financeiros registaram um desempenho muito positivo, alcançando 5,0 milhões de euros nos 9M13 e beneficiando de maiores Proveitos Financeiros. A participação direta no capital da ZON OPTIMUS gerou um ganho de 9,1 milhões de euros entre 27 de agosto e 30 de setembro de 2013, motivada pelo aumento da cotação de mercado da ZON OPTIMUS de €4,156 para €4,400, respetivamente.

O EBT da Sonaecom aumentou significativamente, de 64,1 milhões de euros para 70,8 milhões de euros, registando um crescimento anual de 10,5%.

O Resultado Líquido Atribuível ao Grupo ascendeu a 68,1 milhões de euros, aumentando 6,5% face aos 9M12.

CAPEX Operacional

O CAPEX Operacional da Sonaecom aumentou de 2,1 milhões de euros para 4,4 milhões de euros, refletindo a evolução do CAPEX Operacional na divisão da SSI.



Estrutura de Capital

A Dívida Bruta alcançou 29,5 milhões de euros, o que compara com 395,3 milhões de euros relativos aos 9M12.

A Dívida Líquida totalizou um valor negativo e confortável de 168,3 milhões de euros, evidenciando, deste modo, uma posição de *cash* positiva. Este valor compara com 281,8 milhões de euros registados nos 9M12 e beneficiou da aquisição de 50% dos suprimentos da Sonaecom à ZOPT por parte da Kento Holding Limited e da Unitel International Holdings, B.V..

2.2. ZON OPTIMUS

- Concretização da fusão a 27 de agosto e eleição da nova equipa de gestão a 1 de outubro.
- Criação de um grupo de telecomunicações maior, mais forte e mais competitivo, com a melhor RNG e cobertura 4G em Portugal:
 - 7,3 milhões de RGUs;
 - Volume de Negócios Consolidado pro-forma de 1,1 mil milhões de euros nos 9M13;
 - Margem EBITDA pro-forma acima de 38% no 3T13 e 9M13.
- Lançamento da ZON4i a 22 de outubro – a primeira oferta integrada de comunicações e entretenimento da ZON OPTIMUS.
- Desempenho operacional e financeiro forte e consistente no 3T13, crescimento de soluções convergentes e resiliência nas receitas de telecomunicações, apesar do ainda desafiante ambiente macroeconómico e contínuo enfoque na eficiência e controle de custos, com margens acima dos 38%.
- Melhoria do *Cash Flow* Operacional em 31,1%, para 74,9 milhões de euros e aumento do FCF recorrente para 46,1 milhões de euros.

Milhões de euros	3T12	3T13	Δ 13/12	2T13	q.o.q.	9M12	9M13	Δ 13/12
DESTAQUES ZON OPTIMUS								
Volume de Negócios	373,7	365,8	-2,1%	361,3	1,2%	1114,9	1083,9	-2,8%
EBITDA	142,1	139,9	-1,5%	140,3	-0,3%	413,5	418,3	1,2%
Margem EBITDA (%)	38,0%	38,2%	0,2pp	38,8%		37,1%	38,6%	1,5pp
Resultado Líquido	34,6	18,4	-46,8%	30,6	-39,8%	92,7	76,5	-17,5%
CAPEX	77,9	61,6	-20,9%	66,7	-7,6%	216,5	188,8	-12,8%
EBITDA-CAPEX	64,2	78,3	22,0%	73,6	6,3%	197,0	229,5	16,5%

Nos primeiros nove meses de 2013, o Volume de Negócios da ZON OPTIMUS alcançou 1,1 mil milhões de euros, diminuindo 2,8% face aos 9M12.

No mesmo período, o EBITDA ascendeu a 418,3 milhões de euros, aumentando 1,2% face ao ano anterior e beneficiando de menores Custos Operacionais, 5,1% abaixo dos 9M12.

O CAPEX diminuiu de 216,5 milhões de euros para 188,8 milhões de euros, uma redução de 12,8%.

Em resultado da evolução do EBITDA e CAPEX, o EBITDA-CAPEX aumentou 16,5%, para 229,5 milhões de euros.

Com o processo de integração a decorrer, o Resultado Líquido situou-se nos 76,5 milhões de euros, menos 17,5% quando comparado com os 9M12.

2.3. Software e Sistemas de Informação (SSI)

A SSI, criada no final de 2002, tem uma história de crescimento desde o seu início, assente numa estratégia de gestão dinâmica do portefólio. Esta área contém atualmente quatro empresas no setor de IT/IS, continuamente focadas em oportunidades de expansão internacional.

A WeDo Technologies é líder de mercado, a nível mundial, no fornecimento de soluções de *Revenue Assurance* e Gestão de Fraude destinadas a operadores de telecomunicações. Esta empresa trabalha com algumas das *blue chip* mundiais na indústria do retalho e energia, bem como com 140 operadores de telecomunicações de mais de 80 países.

Durante os 9M13, a WeDo Technologies continuou com a sua expansão internacional, através da aquisição de novos projetos na área de *business assurance*, encerrando este trimestre com receitas internacionais a representar 79,9% do total de Volume de Negócios, crescendo 28,5% face mesmo período do ano anterior. Como principais concretizações, neste trimestre, destacamos o facto da *Etisalat* Egípto e da *SKY* Brasil terem escolhido a WeDo Technologies para implementar o seu *software* de *business assurance*, o RAID.

A Saphety reforçou a sua posição de líder, no mercado interno, no fornecimento de soluções *purchase-to-pay*, de otimização de processos e de sincronização de dados e *media*, registando um aumento considerável no número de clientes empresariais e lançando uma das soluções mais inovadoras de documentação eletrónica para transportes – SaphetyDrive. Ao mesmo tempo, internacionalmente, a empresa manteve o seu foco nos mercados da América do Sul e Europa, adquirindo grandes clientes em mercados sofisticados como Dinamarca, Finlândia e Rússia. A Saphety reforçou, também, a sua presença internacional, entrando em quatro novos mercados – Báltico, México, Cazaquistão e Quênia, através de parcerias com empresas locais.

Os mercados internacionais representaram, no final dos 9M13, 29,8% do total das suas encomendas.

A Mainroad é focada em *outsourcing* de IT. Com uma oferta completa de *IT Managed Services*, *IT Security*, *Business Continuity* e *Cloud Computing*, suportada nos seus *data centers*, a Mainroad assegura o máximo de disponibilidade nas suas aplicações, sistemas e redes, suportando os processos de negócio críticos dos seus clientes. Recentemente, a Mainroad investiu nos seus *data centers*, implementando a solução 'Cold Aisle Containment', com o objetivo de poupar energia, reduzir custos de aquecimento e assegurar a segurança dos dados, melhorando, assim, a qualidade do serviço. Mantendo a tendência positiva registada ao longo do ano, a Mainroad aumentou as suas encomendas mais de 11% entre os 9M12 e os 9M13.

As Receitas de Serviço da Bizdirect aumentaram 10,3% entre os 9M12 e os 9M13, reforçando a sua posição no mercado de soluções de IT. Apesar das condições de mercado desafiantes, a empresa melhorou, também, o seu EBITDA no mesmo período. Assim, a Bizdirect continua a sua estratégia de crescimento em novos mercados, com as receitas internacionais a representar 46% do total de Volume de Negócios.

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS	3T12	3T13	Δ 13/12	2T13	qoq.	9M12	9M13	Δ 13/12
Receitas Serviços IT/Colaborador ⁽¹⁾ ('000 euros)	35,6	32,9	-7,7%	36,5	-9,9%	103,5	105,2	1,6%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	23,4%	24,0%	0,6pp	20,7%	3,3pp	22,8%	20,4%	-2,3pp
Vendas Equipamento/Colaborador ⁽²⁾ ('000 euros)	311,4	218,7	-29,8%	188,1	16,3%	834,6	546,3	-34,5%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	4,3	5,3	24,8%	5,0	7,7%	12,1	15,6	28,8%
Colaboradores	622	683	9,8%	664	2,9%	622	683	9,8%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect.

Nos 9M13, as Receitas de Serviço de IT por colaborador alcançaram 105,2 milhares de euros, 1,6% acima do período homólogo de 2012, com o crescimento das Receitas de Serviço a mais do que compensar o aumento de 9,8% no número de colaboradores.

As Vendas de Equipamento como percentagem do Volume de Negócios diminuíram de 22,8% para 20,4%, em virtude da evolução das Vendas de Equipamento na Bizdirect

Indicadores Financeiros

Milhões de euros	3T12	3T13	Δ 13/12	2T13	q.o.q.	9M12	9M13	Δ 13/12
SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS								
Volume de Negócios	28,0	28,2	0,9%	29,1	-3,0%	77,0	83,8	8,9%
Receitas de Serviço	21,4	21,4	0,1%	23,1	-7,1%	59,4	66,7	12,2%
Vendas de Equipamento	6,5	6,8	3,7%	6,0	12,6%	17,5	17,1	-2,3%
Outras Receitas	0,1	1,4	-	0,2	-	0,8	1,9	131,7%
Custos Operacionais	25,4	26,0	2,3%	26,0	-0,2%	70,6	75,4	6,8%
Custos com Pessoal	8,6	8,9	3,8%	8,6	3,2%	23,8	26,4	11,0%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	7,0	7,1	1,5%	6,2	14,7%	18,6	17,8	-4,1%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	9,9	10,0	1,6%	11,2	-11,0%	28,2	31,1	10,4%
EBITDA	2,7	3,6	37,1%	3,3	10,8%	7,2	10,4	44,0%
Margem EBITDA (%)	9,5%	12,9%	3,4pp	11,3%	1,6pp	9,4%	12,4%	3,0pp
CAPEX Operacional ⁽³⁾	0,7	1,3	85,5%	1,8	-28,5%	1,7	4,1	-
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	2,5%	4,5%	2,1pp	6,1%	-1,6pp	2,2%	4,8%	2,6pp
EBITDA-CAPEX Operacional	2,0	2,4	20,3%	1,5	57,0%	5,5	6,3	14,7%
CAPEX Total	0,7	1,3	85,4%	1,8	-28,7%	11,7	4,5	-61,9%

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas - Provisões + Outros Custos; (3) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios continuou a beneficiar da expansão internacional das empresas da SSI, crescendo 8,9% nos 9M13, para 83,8 milhões de euros, devido ao crescimento das Receitas de Serviço, que aumentaram de 59,4 milhões de euros para 66,7 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 12,2% face ao mesmo período do ano passado. As Vendas de Equipamento foram influenciadas negativamente pelo ambiente macroeconómico, diminuindo 2,3% face ao período homólogo de 2012. No entanto, a tendência de evolução foi positiva, quer numa base trimestral, entre o 2T13 e o 3T13, quer numa base anual, entre o 3T12 e o 3T13.

Custos Operacionais

Nos 9M13, os Custos Operacionais aumentaram 6,8%, para 75,4 milhões de euros, influenciados pelo aumento de Custos com Pessoal e Outros Custos Operacionais. Os Custos com Pessoal aumentaram 11,0%, para 26,4 milhões de euros, fruto de um aumento do número de colaboradores com vista a suportar o maior nível de atividade das suas subsidiárias, especialmente a WeDo Technologies. Os Outros Custos Operacionais aumentaram 10,4%, face ao ano anterior, para 31,1 milhões de euros, impactados, principalmente, pelo nível dos custos de subcontratação, bem como, pelo nível de custos gerais e administrativos (alinhado com o aumento da atividade internacional).

Os Custos Comerciais registaram 17,8 milhões de euros, 4,1% abaixo do ano passado, consequência do menor nível de Custos com Mercadorias Vendidas

EBITDA

O EBITDA manteve uma evolução positiva, impulsionada pelo crescimento das Receitas de Serviço, que mais do que compensou o maior nível de Custos Operacionais. Entre os 9M12 e os 9M13, o EBITDA da SSI aumentou 44,0%, alcançando 10,4 milhões de euros.

A margem EBITDA atingiu 12,4%, 3,0pp acima dos 9M12, beneficiando do aumento do peso das Receitas de Serviço no total de Volume de Negócios. De notar que a margem EBITDA tem-se situado, consistentemente, nos dois dígitos.

EBITDA-CAPEX Operacional

Devido ao desempenho do EBITDA e do CAPEX Operacional, o EBITDA-CAPEX Operacional da SSI registou 6,3 milhões de euros, aumentando 14,7% quando comparado com os 5,5 milhões de euros alcançados nos 9M12.



3. Principais Desenvolvimentos Corporativos no 3T13

Optimus ganha concurso para o Serviço Universal (SU) nas regiões do norte e centro de Portugal

Em 18 de julho de 2013, na sequência de uma reunião do Conselho de Ministros, foi anunciado que a Optimus ganhou o Serviço Universal para as regiões do norte e centro de Portugal. A ZON ganhou o SU para as regiões do sul de Portugal e ilhas.

Após a formalização da adjudicação e assinatura do contrato, válido por um período de 5 anos, a Optimus terá 180 dias para proceder ao lançamento da sua oferta comercial.

É de notar que a atribuição formal do SU dependerá da conclusão do processo de revogação do contrato de concessão à Portugal Telecom.

Concretização da fusão entre a ZON e a Optimus

Na sequência de deliberação da Autoridade da Concorrência de não oposição à operação de concentração entre a ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. e a Optimus SGPS, S.A., foi efetuado, no dia 27 de agosto de 2013, o registo comercial da fusão entre as duas empresas.

Aquisição de 50% dos suprimentos da Sonaecom na ZOPT

Na sequência do aumento de capital social da sua participada ZOPT, SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Unitel International Holdings, B.V., titulares de uma participação de 50% do capital social e dos direitos de voto da ZOPT, adquiriram 50% dos suprimentos da Sonaecom à ZOPT. Em resultado desta operação, a 30 de agosto de 2013, a Sonaecom recebeu um total de 119,6 milhões de euros.

Sonae exerce opção de compra com Atlas Services Belgium (ASB), adquirindo 20% do capital social da Sonaecom

Na sequência da formalização, em fevereiro de 2013, de um contrato que previa uma opção de compra entre a Sonae e a ASB, esta vende à Sonae, em 9 de setembro de 2013, 73.249.374 ações da Sonaecom, representativas de 20% do seu capital social e direitos de voto.



4. Eventos Subsequentes

Participação Qualificada da Goldman Sachs

Em 23 de outubro de 2013, a Goldman Sachs Inc. informou à Sonaecom ter completado, a 18 de outubro, uma participação qualificada de 2,12% no seu capital, correspondente a 7.780.349 ações e direitos de voto.

Anúncio preliminar de lançamento de Oferta Pública de Aquisição Parcial e Voluntária de ações próprias

Em 29 de outubro de 2013, a Sonaecom tornou pública a decisão do seu Conselho de Administração de lançar uma Oferta Pública de Aquisição Parcial e Voluntária de aquisição de um máximo de 88.479.803 ações próprias, representativas de 24,16% do seu capital social.

Aos acionistas da Sonaecom é, assim, concedida a opção de alienar, em condições de igualdade, as suas ações da Sonaecom, por contrapartida da entrega das 37.489.324 ações ZON OPTIMUS detidas directamente que, não sendo necessárias à prossecução da actividade da Sonaecom, permitem a exposição direta dos accionistas à ZON OPTIMUS.

A Sonaecom oferece um preço global equivalente a €2,45 por ação Sonaecom, composto por entrega de ações ZON OPTIMUS e de um montante remanescente em dinheiro, se aplicável. Para efeitos da determinação da relação de troca entre as ações Sonaecom e as ações ZON OPTIMUS, foi estabelecido um preço de €5,08 por ação ZON OPTIMUS.

Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas

Em 30 de outubro de 2013, a Sonaecom publicou o aviso convocatório e o ponto único da ordem de trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a realizar a 18 de novembro de 2013, pelas 11 horas, na sede social da Sociedade.

O ponto único da ordem de trabalhos consiste em deliberar sobre a redução do atual capital social no montante correspondente ao produto do número de ações da Sociedade adquiridas no âmbito da Oferta Pública de Aquisição Parcial e Voluntária de Ações Próprias, pela importância de €2,45, por extinção das ações próprias adquiridas e redução do valor nominal das restantes ações da Sociedade, com a finalidade de libertar os fundos necessários à concretização da Oferta, alterando os números 1 e 2 do art.º 5.º dos Estatutos, em conformidade.

5. Outras Informações

5.1. Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de euros

DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS	3T12 ^(R)	3T13	Δ 13/12	2T13 ^(R)	q.o.q.	9M12 ^(R)	9M13	Δ 13/12
Volume de Negócios	27,2	29,3	7,5%	29,6	-1,1%	78,3	86,8	10,8%
Receitas de Serviço	18,7	20,7	10,7%	21,0	-1,2%	52,4	61,8	17,8%
Vendas de Equipamento	8,5	8,5	0,6%	8,6	-1,0%	25,8	25,0	-3,3%
Outras Receitas	0,1	1,8	-	0,4	-	1,0	2,5	142,1%
Custos Operacionais	28,9	29,5	2,4%	29,3	0,9%	82,9	86,7	4,6%
Custos com Pessoal	10,7	10,9	2,1%	10,6	3,4%	30,7	32,5	5,9%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	8,4	8,7	4,0%	6,6	33,3%	23,3	22,1	-5,0%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	9,7	9,9	1,2%	12,1	-18,7%	29,0	32,1	11,0%
EBITDA	31,3	19,7	-37,3%	27,1	-27,5%	82,5	71,0	-14,0%
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	-1,5	1,5	-	0,7	101,3%	-3,6	2,6	-
MEP ⁽⁴⁾	0,3	1,9	-	0,1	-	0,4	2,2	-
Operações Descontinuadas ⁽⁵⁾	32,6	16,2	-50,2%	26,3	-38,4%	85,7	66,2	-22,7%
Margem EBITDA do portefólio (%)	-5,6%	5,1%	10,7pp	2,5%	2,6pp	-4,5%	3,0%	7,5pp
Depreciações e Amortizações	2,3	2,2	-6,9%	1,0	110,6%	8,5	5,2	-38,4%
EBIT	29,0	17,5	-39,7%	26,1	-32,9%	74,0	65,8	-11,1%
Resultados Financeiros	-3,5	11,6	-	-3,6	-	-9,9	5,0	-
Proveitos Financeiros	0,4	15,5	-	-0,1	-	1,9	16,1	-
Custos Financeiros	3,9	3,9	0,0%	3,5	11,6%	11,8	11,0	-6,4%
EBT	25,5	29,1	14,2%	22,5	29,3%	64,1	70,8	10,5%
Impostos	0,3	-0,9	-	-1,1	17,7%	-0,2	-2,8	-
Resultado Líquido	25,8	28,2	9,4%	21,4	31,7%	63,9	68,0	6,5%
Atribuível ao Grupo	25,8	28,2	9,5%	21,4	31,6%	63,9	68,1	6,5%
Atribuível a Interesses Sem Controlo	0,0	0,0	-	0,0	36,3%	0,0	0,0	-

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados pela Sonaecom; (4) Inclui a participação de 50% na Unipress, a participação de 50% na Infosystems, a participação de 45% na SIRSe, desde o final de agosto de 2013, a participação de 50% na ZOPT; (5) Inclui o contributo da Optimus até à concretização da fusão entre a ZON e a Optimus, i.e., até ao final de agosto de 2013; (R) Os valores foram reexpressos, de modo a refletir a estrutura da Sonaecom, SGPS, S.A. após a concretização da fusão entre a ZON e a Optimus.

5.2. Balanço Consolidado

Milhões de euros	3T12	3T13	Δ 13/12	2T13	q.o.q.	9M12	9M13	Δ 13/12
BALANÇO CONSOLIDADO								
Total Ativo Líquido	1.900,6	1.196,2	-37,1%	1.853,1	-35,5%	1.900,6	1.196,2	-37,1%
Ativos Não Correntes	1.589,0	771,3	-51,5%	1.556,5	-50,4%	1.589,0	771,3	-51,5%
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	960,9	19,5	-98,0%	939,5	-97,9%	960,9	19,5	-98,0%
Goodwill	529,6	29,6	-94,4%	518,4	-94,3%	529,6	29,6	-94,4%
Investimentos	1,5	716,6	-	1,3	-	1,5	716,6	-
Impostos Diferidos Ativos	96,3	5,5	-94,3%	95,2	-94,2%	96,3	5,5	-94,3%
Outros	0,7	0,0	-93,9%	2,1	-98,0%	0,7	0,0	-93,9%
Ativos Correntes	311,6	424,9	36,3%	296,6	43,3%	311,6	424,9	36,3%
Clientes	120,9	29,6	-75,5%	150,8	-80,4%	120,9	29,6	-75,5%
Liquidez	68,2	197,8	189,9%	18,2	-	68,2	197,8	189,9%
Outros	122,5	197,5	61,2%	127,6	54,8%	122,5	197,5	61,2%
Capital Próprio	1.070,0	1103,6	3,1%	1.079,1	2,3%	1.070,0	1103,6	3,1%
Atribuível ao Grupo	1.069,6	1103,3	3,1%	1.078,7	2,3%	1.069,6	1103,3	3,1%
Interesses Sem Controle	0,4	0,3	-17,7%	0,4	-9,8%	0,4	0,3	-17,7%
Total Passivo	830,6	92,6	-88,9%	774,0	-88,0%	830,6	92,6	-88,9%
Passivo Não Corrente	288,2	31,3	-89,1%	337,0	-90,7%	288,2	31,3	-89,1%
Empréstimos Bancários	194,9	25,7	-86,8%	246,0	-89,6%	194,9	25,7	-86,8%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	45,0	4,3	-90,5%	39,8	-89,3%	45,0	4,3	-90,5%
Outros	48,3	1,4	-97,1%	51,2	-97,3%	48,3	1,4	-97,1%
Passivo Corrente	542,4	61,2	-88,7%	437,0	-86,0%	542,4	61,2	-88,7%
Empréstimos Bancários	200,6	3,7	-98,2%	139,1	-97,4%	200,6	3,7	-98,2%
Fornecedores	156,5	18,1	-88,5%	146,2	-87,7%	156,5	18,1	-88,5%
Outros	185,3	39,5	-78,7%	151,7	-73,9%	185,3	39,5	-78,7%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	1,0	1,4	39,8%	1,9	-25,6%	2,1	4,4	106,0%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	3,7%	4,9%	1,1pp	6,5%	-1,6pp	2,7%	5,1%	2,4pp
CAPEX Total	1,0	1,4	39,7%	1,9	-25,8%	12,2	4,8	-60,2%
EBITDA-CAPEX Operacional	-2,5	0,1	-	-1,2	-	-5,7	-1,8	67,9%
Divida Bruta	395,3	29,5	-92,5%	381,7	-92,3%	395,3	29,5	-92,5%
Divida Líquida	281,8	-168,3	-	265,4	-	281,8	-168,3	-

(1) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

Nota: A informação de 2012 e 2013 foi reexpressa de forma a consolidar, pelo método de equivalência patrimonial, a participação de 50% na Unipress, a participação de 50% na Infobsystems e a participação de 45% na SIRS.

5.3. FCF Alavancado

Milhões de euros	3T12 ^(R)	3T13	Δ 13/12	2T13 ^(R)	q.o.q.	9M12 ^(R)	9M13	Δ 13/12
FREE CASH FLOW ALAVANCADO								
EBITDA-CAPEX Operacional pro-forma ⁽¹⁾	-0,6	1,2	-	0,8	46,8%	0,8	3,2	-
Varição de Fundo de Maneio	-5,9	-1,9	67,4%	-0,2	-	-4,0	0,1	-
Items não Monetários e Outros	0,9	-0,8	-	0,6	-	1,9	-0,5	-
Cash Flow Operacional	-5,6	-1,5	72,9%	1,2	-	-1,4	2,8	-
Investimentos	0,0	115,0	-	-0,2	-	-6,0	113,8	-
Ações Próprias	-0,2	0,0	100,0%	-1,2	100,0%	-3,4	-2,5	26,1%
Resultados Financeiros	-3,1	10,3	-	3,4	198,5%	-4,3	15,5	-
Impostos	0,4	-1,2	-	-0,8	-59,8%	-0,1	-2,4	-
FCF ⁽²⁾	-8,5	122,5	-	2,6	-	-15,1	127,2	-

(1) O EBITDA-CAPEX Operacional pro-forma não exclui os saldos e transações com a Optimus; (2) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos. O FCF é calculado com base num EBITDA-CAPEX Operacional pro-forma e não inclui dividendos entre empresas do grupo; (R) Os valores foram reexpressos, de modo a refletir a estrutura da Sonaeocom, SGPS, S.A. após a concretização da fusão entre a ZON e a Optimus.

5.4. Informação Histórica

Milhões de euros

DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS	1T12 ^(R)	2T12 ^(R)	3T12 ^(R)	4T12 ^(R)	2012 ^(R)	1T13 ^(R)	2T13 ^(R)	3T13
Volume de Negócios	25,7	25,4	27,2	26,1	104,3	27,9	29,6	29,3
Receitas de Serviço	15,8	17,9	18,7	19,7	72,1	20,1	21,0	20,7
Vendas de Equipamento	9,9	7,4	8,5	6,4	32,2	7,8	8,6	8,5
Outras Receitas	0,6	0,3	0,1	1,0	2,0	0,3	0,4	1,8
Custos Operacionais	27,3	26,8	28,9	28,6	111,5	27,9	29,3	29,5
Custos com Pessoal	9,5	10,4	10,7	12,0	42,6	11,0	10,6	10,9
Custos Comerciais ⁽¹⁾	8,5	6,4	8,4	5,5	28,7	6,8	6,6	8,7
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	9,3	10,0	9,7	11,1	40,1	10,1	12,1	9,9
EBITDA	23,9	27,3	31,3	21,0	103,5	24,3	27,1	19,7
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	-1,0	-1,1	-1,5	-1,6	-5,1	0,3	0,7	1,5
MEP ⁽⁴⁾	0,1	0,1	0,3	-0,4	0,0	0,2	0,1	1,9
Operações Descontinuadas ⁽⁵⁾	24,8	28,3	32,6	22,9	108,6	23,7	26,3	16,2
Marqem EBITDA do portefólio (%)	-3,8%	-4,2%	-5,6%	-6,0%	-4,9%	1,2%	2,5%	5,1%

Depreciações e Amortizações	3,3	2,9	2,3	5,6	14,1	2,1	1,0	2,2
EBIT	20,6	24,4	29,0	15,4	89,4	22,2	26,1	17,5
Resultados Financeiros	-3,3	-3,1	-3,5	-4,0	-13,9	-3,0	-3,6	11,6
Proveitos Financeiros	1,0	0,5	0,4	0,7	2,6	0,6	-0,1	15,5
Custos Financeiros	4,3	3,6	3,9	4,7	16,5	3,6	3,5	3,9
EBT	17,3	21,3	25,5	11,3	75,4	19,2	22,5	29,1
Impostos	-0,3	-0,2	0,3	0,2	0,0	-0,8	-1,1	-0,9
Resultado Líquido	17,0	21,2	25,8	11,5	75,4	18,4	21,4	28,2
Atribuível ao Grupo	17,0	21,2	25,8	11,5	75,4	18,4	21,4	28,2
Atribuível a Interesses Sem Controlo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Inclui os negócios integralmente consolidados pela Sonaeocom; (4) Inclui a participação de 50% na Unipress, a participação de 50% na Infosystems, a participação de 45% na SIRS e, desde o final de agosto de 2013, a participação de 50% na ZOPI; (5) Inclui o contributo da Optimus até à concretização da fusão entre a ZON e a Optimus, i.e., até ao final de agosto de 2013; (R) Os valores foram reexpressos, de modo a refletir a estrutura da Sonaeocom, SGPS, S.A. após a concretização da fusão entre a ZON e a Optimus.

Milhões de euros

BALANÇO CONSOLIDADO	1T12	2T12	3T12	4T12	2012	1T13	2T13	3T13
Total Ativo Líquido	1.901,4	1.923,1	1.900,6	1.898,9	1.898,9	1.859,9	1.853,1	1.196,2
Ativos Não Correntes	1.580,4	1.582,7	1.589,0	1.583,2	1.583,2	1.568,3	1.556,5	771,3
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	958,9	955,9	960,9	960,5	960,5	948,3	939,5	19,5
Goodwill	520,8	529,3	529,6	518,0	518,0	518,6	518,4	29,6
Investimentos	1,1	1,2	1,5	1,2	1,2	1,4	1,3	716,6
Impostos Diferidos Ativos	99,3	95,9	96,3	101,1	101,1	98,1	95,2	5,5
Outros	0,3	0,3	0,7	2,4	2,4	2,0	2,1	0,0
Ativos Correntes	321,0	340,4	311,6	315,7	315,7	291,6	296,6	424,9
Clientes	107,2	120,9	120,9	144,9	144,9	139,0	150,8	29,6
Liquidez	99,3	108,3	68,2	61,7	61,7	31,8	18,2	197,8
Outros	114,5	111,2	122,5	109,0	109,0	120,8	127,6	197,5
Capital Próprio	1.052,8	1.046,9	1.070,0	1.083,2	1.083,2	1.101,2	1.079,1	1.103,6
Atribuível ao Grupo	1.052,4	1.046,5	1.069,6	1.082,9	1.082,9	1.100,8	1.078,7	1.103,3
Interesses Sem Controlo	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
Total do Passivo	848,6	876,2	830,6	815,6	815,6	758,7	774,0	92,6
Passivo Não Corrente	397,4	247,7	288,2	296,0	296,0	290,5	337,0	31,3
Empréstimos	289,3	146,1	194,9	196,2	196,2	195,2	246,0	25,7
Provisões para Outros Riscos e Encargos	47,5	47,1	45,0	43,7	43,7	43,5	39,8	4,3
Outros	60,6	54,5	48,3	56,1	56,1	51,7	51,2	1,4
Passivo Corrente	451,2	628,5	542,4	519,6	519,6	468,2	437,0	61,2
Empréstimos	143,3	307,5	200,6	187,2	187,2	171,1	139,1	3,7
Fornecedores	134,2	142,0	156,5	168,8	168,8	140,5	146,2	18,1
Outros	173,6	179,0	185,3	163,7	163,7	156,6	151,7	39,5
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	0,8	0,3	1,0	3,6	5,8	1,1	1,9	1,4
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	3,2%	1,2%	3,7%	13,9%	5,5%	3,9%	6,5%	4,9%
CAPEX Total	0,8	10,3	1,0	3,6	15,8	1,5	1,9	1,4
EBITDA-CAPEX Operacional	-1,8	-1,4	-2,5	-5,2	-10,9	-0,7	-1,2	0,1
Dívida Bruta	432,8	449,3	395,3	376,5	376,5	364,1	381,7	29,5
Dívida Líquida	365,7	342,5	281,8	251,2	251,2	248,1	265,4	-168,3

(1) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.
Nota: A informação de 2012 e 2013 foi reexpressa de forma a consolidar, pelo método de equivalência patrimonial, a participação de 50% na Unipress, a participação de 50% na Infosystems e a participação de 45% na SIRS.

Milhões de euros

FREE CASH FLOW ALAVANCADO	1T12 ^(R)	2T12 ^(R)	3T12 ^(R)	4T12 ^(R)	2012 ^(R)	1T13 ^(R)	2T13 ^(R)	3T13
EBITDA-CAPEX Operacional pro-forma ⁽¹⁾	0,4	1,0	-0,6	-3,1	-2,3	1,1	0,8	1,2
Varição de Fundo de Maneio	0,2	1,7	-5,9	-0,3	-4,4	2,2	-0,2	-1,9
Itens Não Monetários e Outros	-0,1	1,1	0,9	1,9	3,8	-0,2	0,6	-0,8
Cash Flow Operacional	0,5	3,8	-5,6	-1,6	-2,9	3,1	1,2	-1,5
Investimentos	0,0	-6,0	0,0	0,0	-6,0	-1,0	-0,2	115,0
Ações Próprias	-0,7	-2,5	-0,2	0,0	-3,4	-1,3	-1,2	0,0
Resultados Financeiros	-1,6	0,4	-3,1	1,5	-2,8	1,8	3,4	10,3
Impostos	-0,5	0,0	0,4	-0,5	-0,6	-0,5	-0,8	-1,2
FCF ⁽²⁾	-2,3	-4,3	-8,5	-0,6	-15,7	2,1	2,6	122,5

(1) O EBITDA-CAPEX Operacional pro-forma não exclui os saldos e transações com a Optimus; (2) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos. O FCF é calculado com base num EBITDA-CAPEX Operacional pro-forma e não inclui dividendos entre empresas do grupo; (R) Os valores foram reexpressos, de modo a refletir a estrutura da Sonaecom, SGPS, S.A. após a concretização da fusão entre a ZON e a Optimus.

6. Informação Financeira

6.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balanços consolidados

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (reexpresso – Nota 1) e para 1 de janeiro de 2012 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2013 (não auditado)	setembro 2012 (reexpresso e não auditado)	dezembro 2012 (reexpresso)	1 janeiro 2012 (reexpresso e não auditado)
Ativo					
Ativos não correntes					
Ativos fixos tangíveis	1c), 1h) e 5	3.949.072	580.942.018	580.956.944	581.223.967
Ativos intangíveis	1d), 1e) e 6	15.593.037	379.976.914	379.528.108	389.119.213
Goodwill	1f), 1w) e 7	29.615.902	529.560.631	517.985.506	520.782.025
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	1b) e 8	715.468.959	1.279.125	953.082	841.170
Investimentos disponíveis para venda	1g), 4 e 10	215.448	212.323	212.323	212.323
Outros ativos não correntes	1g), 1r), 1x) e 4	933.241	701.845	2.422.660	264.973
Impostos diferidos ativos	1p), 1s) e 11	5.531.973	96.296.946	101.134.781	103.853.881
Total de ativos não correntes		771.307.632	1.588.969.802	1.583.193.404	1.596.297.552
Ativos correntes					
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1g), 9 e 4	164.953.026	-	-	-
Inventários	1i)	509.869	14.237.909	13.802.149	7.318.094
Clientes	1g), 1j), 4 e 22	29.606.486	120.897.899	144.901.658	145.841.888
Outras dívidas de terceiros	1g), 1j), 4 e 22	21.399.271	29.400.088	21.710.096	25.886.323
Outros ativos correntes	1r), 1x) e 4	10.595.801	78.874.351	73.523.800	70.719.686
Caixa e equivalentes de caixa	1k), 4, 12 e 22	197.793.220	68.217.048	61.741.010	188.606.310
Total de ativos correntes		424.857.673	311.627.295	315.678.713	438.372.301
Total do ativo		1.196.165.305	1.900.597.097	1.898.872.117	2.034.669.853
Capital próprio e passivo					
Capital próprio					
Capital social	13	366.246.868	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1u) e 14	(7.686.952)	(9.627.047)	(5.544.847)	(13.594.518)
Reservas	1t) e 27	676.644.692	649.104.083	646.734.124	618.945.566
Resultado líquido consolidado do período		68.059.413	63.902.108	75.419.377	62.287.398
		1.103.264.021	1.069.626.012	1.082.855.522	1.033.885.314
Interesses sem controlo		323.529	392.998	387.479	515.654
Total do capital próprio		1.103.587.550	1.070.019.010	1.083.243.001	1.034.400.968
Passivo					
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1l), 1m), 4 e 15a)	25.683.387	194.947.494	196.238.739	319.873.586
Outros passivos financeiros não correntes	1h), 4 e 16	83.091	17.627.484	17.308.879	16.305.644
Provisões para outros riscos e encargos	1o), 1s) e 17	4.259.212	44.969.720	43.673.340	48.563.051
Impostos diferidos passivos	1p), 1s) e 11	59.491	1.564.042	1.089.637	5.186.710
Outros passivos não correntes	1r), 1x), 4 e 27	1.258.135	29.076.982	37.731.780	49.993.626
Total de passivos não correntes		31.343.316	288.185.722	296.042.375	439.922.617
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1l), 1m), 4 e 15b)	3.659.857	200.582.408	187.170.148	118.405.031
Fornecedores	4 e 22	18.054.505	156.515.590	168.755.674	172.285.338
Outros passivos financeiros	1h), 4 e 18	74.963	2.824.681	3.594.987	2.370.901
Outras dívidas a terceiros	4 e 22	11.663.860	33.209.543	32.644.919	43.595.334
Outros passivos correntes	1r), 1x), 4 e 27	27.781.254	149.260.143	127.421.013	223.689.664
Total de passivos correntes		61.234.439	542.392.365	519.586.741	560.346.268
Total do passivo e capital próprio		1.196.165.305	1.900.597.097	1.898.872.117	2.034.669.853

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos e trimestres findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2013 (não auditado)	julho a setembro 2013 (reexpresso e não auditado)	setembro 2012 (reexpresso e não auditado)	julho a setembro 2012 (reexpresso e não auditado)	dezembro 2012 (reexpresso)
Vendas	22	24.998.524	8.546.007	25.848.013	8.494.408	32.248.013
Prestações de serviços	22	61.773.587	20.719.982	52.432.557	18.720.247	72.095.860
Outros proveitos operacionais	1q) e 22	2.523.990	1.773.375	1.042.468	131.614	2.014.005
		89.296.101	31.039.364	79.323.038	27.346.269	106.357.878
Custo das vendas	1i)	(18.504.862)	(7.394.779)	(20.062.461)	(7.236.866)	(24.854.049)
Fornecimentos e serviços externos	1h), 19 e 22	(34.517.126)	(10.620.304)	(31.485.664)	(10.589.490)	(42.429.435)
Custos com o pessoal	1x) e 27	(32.480.572)	(10.931.406)	(30.659.258)	(10.710.096)	(42.637.552)
Amortizações e depreciações	1c), 1d), 1f), 5, 6 e 7	(5.242.299)	(2.152.758)	(8.510.436)	(2.311.186)	(14.143.490)
Provisões e perdas de imparidade	1j), 1o), 1s) e 17	(995.736)	(421.303)	(498.293)	(303.433)	(1.256.759)
Outros custos operacionais		(212.614)	(71.621)	(169.986)	(20.038)	(286.082)
		(91.953.209)	(31.592.171)	(91.386.098)	(31.171.109)	(125.607.367)
Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente	1b), 8 e 20	2.171.795	1.942.373	392.415	265.363	32.858
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	1g), 9 e 20	9.147.395	9.147.395	-	-	-
Outros custos financeiros	1h), 1m), 1v), 1w), 20 e 22	(11.047.737)	(3.931.528)	(11.808.401)	(3.931.965)	(16.510.748)
Outros proveitos financeiros	1v), 20 e 22	6.940.428	6.364.120	1.899.613	388.140	2.560.865
Resultados correntes		4.554.773	12.969.553	(21.579.433)	(7.103.302)	(33.166.514)
Imposto sobre o rendimento	1p), 11 e 21	(2.752.705)	(882.080)	(183.358)	301.608	(7.265)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas		1.802.068	12.087.473	(21.762.791)	(6.801.694)	(33.173.779)
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	25	66.244.220	16.159.550	85.673.820	32.574.057	108.605.828
Resultado líquido consolidado do período		68.046.288	28.247.023	63.911.029	25.772.363	75.432.049
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe	26	68.059.413	28.255.080	63.902.108	25.767.674	75.419.377
Interesses sem controlo		(13.125)	(8.057)	8.921	4.689	12.672
Resultados por ação	26					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,19	0,08	0,18	0,07	0,21
Diluídos		0,19	0,08	0,18	0,07	0,21
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		0,01	0,03	(0,06)	(0,02)	(0,09)
Diluídos		0,01	0,03	(0,06)	(0,02)	(0,09)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas de resultados e outro rendimento integral

Para os períodos e trimestres findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2013 (não auditado)	julho a setembro 2013 (reexpresso e não auditado)	setembro 2012 (reexpresso e não auditado)	julho a setembro 2012 (reexpresso e não auditado)	dezembro 2012 (reexpresso)
Resultado líquido consolidado do período		68.046.288	28.247.023	63.911.029	25.772.363	75.432.049
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto, que vão subseqüentemente ser reclassificados por						
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1v)	(771.100)	(428.841)	(1.174.782)	(425.593)	(1.475.942)
Rendimento integral consolidado do período		67.275.188	27.818.182	62.736.247	25.346.770	73.956.107
Atribuível a:						
Acionistas da empresa mãe		67.288.313	27.826.239	62.727.326	25.342.081	73.943.435
Interesses sem controlo		(13.125)	(8.057)	8.921	4.689	12.672

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)			Reservas						Interesses sem		
	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas	controle	Resultado líquido	Total
2013											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	366.246.868	(5.544.847)	775.290.377	7.991.192	3.650.779	5.544.847	(145.743.071)	646.734.124	-	75.419.377	1.082.855.522
Aplicação do resultado consolidado de 2012											
Transferência para outras reservas	-	-	-	5.161.492	-	-	70.257.885	75.419.377	-	(75.419.377)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(43.281.102)	(43.281.102)	-	-	(43.281.102)
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de setembro de 2013	-	-	-	-	-	-	(771.100)	(771.100)	-	68.059.413	67.288.313
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)	-	-	-	2.500.042	(2.500.042)	-	-	-	(2.500.042)
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivos de curto e médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	357.937	-	-	(425.568)	(357.937)	430.292	(353.213)	-	-	4.724
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 27)	-	-	-	-	4.154.544	-	-	4.154.544	-	-	4.154.544
Cessaçao antecipada do derivado sobre ações próprias (Notas 22 e 27)	-	-	-	-	-	-	1.411.644	1.411.644	-	-	1.411.644
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	-	-	-	-	(6.468.582)	-	-	(6.468.582)	-	-	(6.468.582)
Variações em reservas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	(201.000)	(201.000)	-	-	(201.000)
Saldo em 30 de setembro de 2013	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	911.173	7.686.952	(120.396.494)	676.644.692	-	68.059.413	1.103.264.021
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	387.479	-	387.479
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.125)	-	(13.125)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.880)	-	(29.880)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.945)	-	(20.945)
Saldo em 30 de setembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	323.529	-	323.529
Total	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	911.173	7.686.952	(120.396.494)	676.644.692	323.529	68.059.413	1.103.587.550

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1)

			Reservas						Interesses sem controle		
	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total	
2012											
Saldo em 31 de dezembro 2011 (reexpresso)	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	7.119.989	13.594.518	(185.050.511)	618.945.566	-	62.287.398	1.033.885.314
Aplicação do resultado consolidado de 2011 (reexpresso)											
Transferência para outras reservas (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	62.287.398	62.287.398	-	(62.287.398)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.172.240)	(25.172.240)	-	-	(25.172.240)
Rendimento integral consolidado do período findo em 30 de setembro de 2012	-	-	-	-	-	-	(1.174.782)	(1.174.782)	-	63.902.108	62.727.326
Aquisição de ações próprias	-	(3.382.977)	-	-	-	3.382.977	(3.382.977)	-	-	-	(3.382.977)
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivos de curto e médio prazo (Notas 1x) e 27)	-	7.350.448	-	-	(4.006.035)	(7.350.448)	5.751.065	(5.605.418)	-	-	1.745.029
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1x) e 27)	-	-	-	-	3.115.080	-	-	3.115.080	-	-	3.115.080
Derivado sobre ações próprias (Notas 22 e 27)	-	-	-	-	-	-	(3.291.520)	(3.291.520)	-	-	(3.291.520)
Saldo em 30 de setembro de 2012	366.246.868	(9.627.047)	775.290.377	7.991.192	6.229.034	9.627.047	(150.033.567)	649.104.083	-	63.902.108	1.069.626.012
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	515.654	-	515.654
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	8.921	-	8.921
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.500)	-	(124.500)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.077)	-	(7.077)
Saldo em 30 de setembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	392.998	-	392.998
Total	366.246.868	(9.627.047)	775.290.377	7.991.192	6.229.034	9.627.047	(150.033.567)	649.104.083	392.998	63.902.108	1.070.019.010

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	setembro 2013 (não auditado)	setembro 2012 (reexpresso e não auditado)
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	526.836.407	604.954.417
Pagamentos a fornecedores	(311.960.995)	(362.295.952)
Pagamentos ao pessoal	(72.309.693)	(80.723.318)
Fluxo gerado pelas operações	142.565.719	161.935.147
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(2.721.606)	(4.815.219)
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	566.526	(4.677.467)
Fluxos das atividades operacionais (1)	140.410.639	152.442.461
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	9.375	-
Ativos fixos tangíveis	830.541	9.118.193
Ativos intangíveis	1.002.664	-
Juros e proveitos similares	3.200.871	4.391.491
Empréstimos concedidos	427.850.000	-
Dividendos	-	11.443
Pagamentos respeitantes a:	432.893.451	13.521.127
Investimentos financeiros	(1.312.714)	(6.447.860)
Ativos fixos tangíveis	(68.799.792)	(67.577.521)
Ativos intangíveis	(28.026.153)	(109.825.306)
Fluxos das atividades de investimento (2)	334.754.792	(170.329.560)
Atividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	3.917.256	33.347.408
Pagamentos respeitantes a:	3.917.256	33.347.408
Amortizações de contratos de locação financeira	(2.606.898)	(2.572.704)
Juros e custos similares	(13.556.365)	(14.357.278)
Dividendos	(43.310.982)	(25.296.740)
Aquisição de ações próprias	(2.500.042)	(3.382.976)
Empréstimos obtidos	(369.052.000)	(103.000.000)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(431.026.287)	(148.609.698)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	48.056.400	(115.262.290)
Efeito das diferenças de câmbio	295.636	(107.985)
Efeito das operações descontinuadas	87.443.813	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	61.685.720	188.288.014
Caixa e seus equivalentes no final do período	197.481.569	55.030.640

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1)

1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	setembro 2013	setembro 2012
a) Recebimento de alienações		
Distrinews, S.A.	9.375	-
	9.375	-
b) Pagamento de aquisições		
Connectiv Solutions, Inc	1.222.810	6.441.678
Saphety Brasil	56.904	-
Saphety Colombia	20.500	-
Distrinews, S.A.	12.500	-
Infosystems	-	6.182
	1.312.714	6.447.860

2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Notas	setembro 2013	setembro 2012 (reexpresso)
Numerário	12	17.921	495.786
Depósitos à ordem	12	1.970.961	8.836.314
Aplicações de tesouraria	12	195.804.338	58.884.948
Depósitos à ordem (saldos credores)	12 e 15	(311.651)	(13.186.408)
Caixa e seus equivalentes		197.481.569	55.030.640
Depósitos à ordem (saldos credores)		311.651	13.186.408
Disponibilidades constantes do balanço		197.793.220	68.217.048

3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	Notas	setembro 2013	setembro 2012 (reexpresso)
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	15	15.100.000	54.969.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações		Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital		Não aplicável	Não aplicável

4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de atividade

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
2013				
Telecomunicações	145.550.815	(90.693.038)	(22.210.261)	32.647.516
Multimédia	(2.634.534)	(335.635)	(20.056)	(2.990.225)
Sistemas de Informação	(1.408.638)	(2.291.773)	(416.850)	(4.117.261)
Holding	(1.097.004)	428.075.238	(404.461.864)	22.516.370
	<u>140.410.639</u>	<u>334.754.792</u>	<u>(427.109.031)</u>	<u>48.056.400</u>

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
2012 (reexpresso)				
Telecomunicações	159.049.549	(163.541.331)	(19.988.117)	(24.479.899)
Multimédia	(2.751.556)	(418.405)	(3.975)	(3.173.936)
Sistemas de Informação	(2.971.448)	(7.529.239)	5.634.995	(4.865.692)
Holding	(884.084)	1.159.415	(100.905.193)	(100.629.862)
	<u>152.442.461</u>	<u>(170.329.560)</u>	<u>(115.262.290)</u>	<u>(133.149.389)</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

6.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAECOM, SGPS, S.A. ('empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de

Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom. Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Os negócios do grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades:

- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 16 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do grupo sediadas na zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 2), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IAS/IFRS') tal como adotadas pela União Europeia, e tendo em consideração a IAS 34 – 'Relato Financeiro Intercalar'. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (Primeira aplicação das IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de setembro de 2013:

Nome/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)	1-jan-13
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, fontes de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	
IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes)	1-jan-12 (*)
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados' deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	

Nome/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)	1-jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o 'método do corredor', melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definido.	
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)	1-jul-12
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)	1-jan-13
Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.	
IFRIC 20 (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)	1-jan-13
A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	
IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)	1-jan-13
As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e propõem a permissão da aplicação prospectiva da IAS 20.	
Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)	1-jan-13
O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.	
Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12)	1-jan-13
As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.	

(*) De acordo com o regulamento que aprova esta emenda, a entidade deverá aplicar esta norma nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A adoção antecipada é contudo permitida.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras do grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas) A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	1-jan-13(**)
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente) Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	1-jan-13(**)
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades) Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	1-jan-13(**)
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas) Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	1-jan-13(**)
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	1-jan-13(**)
IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros) A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	1-jan-14

(**) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida.

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 30 de setembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-15
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento) Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas exceções, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.	1-jan-14
Alterações ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros) As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um ativo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos ativos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.	1-jan-14
Alterações ao IAS 39 (Novação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) O objetivo das alterações propostas é proporcionar uma exceção ao requisito para a interrupção da contabilidade de cobertura da IAS 39 e IFRS 9 em circunstâncias em que um instrumento de cobertura é obrigado a ser novado, como resultado de leis ou regulamentos.	1-jan-14
IFRIC 21 Impostos (Impostos cobrados pelas autoridades públicas a entidades que operam em mercados específicos) Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo (não inclui imposto sobre o rendimento - ver IAS 12 Impostos sobre o Rendimento) deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o fato gerador da obrigação, que dá origem a um passivo, é a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.	1-jan-14

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 30 de setembro de 2013, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras do grupo.

A IFRS 11 – Joint arrangements, encontra-se emitida pelo IASB e aprovada ('endorsed') pela União Europeia com aplicação obrigatória nos exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2014. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, o grupo decidiu, antecipando os previsíveis impactos desta norma e facilitando a comparabilidade futura das suas demonstrações financeiras, passar a reportar todas as empresas controladas conjuntamente de acordo com o método de equivalência patrimonial ('MEP'), possibilidade prevista atualmente na IAS

31 – Empreendimentos conjuntos, e que se traduz numa aproximação do previsto na IFRS 11.

Conforme previsto pelas normas, esta alteração foi aplicada retrospectivamente e, consequentemente, foram efetuadas alterações aos Balanços consolidados a 1 de janeiro de 2012, a 30 de setembro de 2012 e a 31 de dezembro de 2012 e nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 30 de setembro de 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Ainda durante o período findo em 30 de setembro de 2013, e em resultado da concretização da operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS na Zon (Nota 3.d)) o segmento de telecomunicações foi classificado como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 30 de setembro de 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para refletir numa quantia única, na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas.

Os efeitos destas alterações são apresentadas nos quadros abaixo.

Balanço a 1 de janeiro de 2012

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alter. do método de consolidação das empresas contr. conj.	Balanço reexpresso
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	583.413.555	(2.189.588)	581.223.967
Ativos intangíveis	389.121.882	(2.669)	389.119.213
Goodwill	521.103.723	(321.698)	520.782.025
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	-	841.170	841.170
Outros ativos não correntes	104.331.177	-	104.331.177
Ativo não corrente	1.597.970.337	(1.672.785)	1.596.297.552
Clientes	146.137.974	(296.086)	145.841.888
Caixa e equivalentes de caixa	189.350.054	(743.744)	188.606.310
Outros ativos correntes	104.022.427	(98.324)	103.924.103
Ativo corrente	439.510.455	(1.138.154)	438.372.301
Total do ativo	2.037.480.792	(2.810.939)	2.034.669.853
Passivo			
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	320.176.857	(303.271)	319.873.586
Outros passivos financeiros não correntes	17.990.531	(1.684.887)	16.305.644
Outros passivos não correntes	103.730.292	13.095	103.743.387
Passivos não correntes	441.897.680	(1.975.063)	439.922.617
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	118.405.031	-	118.405.031
Fornecedores	172.622.586	(337.248)	172.285.338
Outros passivos correntes	270.154.527	(498.628)	269.655.899
Passivos correntes	561.182.144	(835.876)	560.346.268
Total do passivo	1.003.079.824	(2.810.939)	1.000.268.885
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.033.885.314	-	1.033.885.314
Interesses sem controlo	515.654	-	515.654
Total do capital próprio	1.034.400.968	-	1.034.400.968
Total do capital próprio e do passivo	2.037.480.792	(2.810.939)	2.034.669.853

Balanço a 30 de setembro de 2012

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alter. do método de consolidação das empresas contr. conj.	Balanço reexpresso
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	582.876.685	(1.934.667)	580.942.018
Ativos intangíveis	379.979.252	(2.338)	379.976.914
Goodwill	529.882.329	(321.698)	529.560.631
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	-	1.279.125	1.279.125
Outros ativos não correntes	97.211.114	-	97.211.114
Ativo não corrente	1.589.949.380	(979.578)	1.588.969.802
Clientes	121.140.637	(242.738)	120.897.899
Caixa e equivalentes de caixa	68.966.622	(749.574)	68.217.048
Outros ativos correntes	122.589.610	(77.262)	122.512.348
Ativo corrente	312.696.869	(1.069.574)	311.627.295
Total do ativo	1.902.646.249	(2.049.152)	1.900.597.097
Passivo			
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	195.153.922	(206.428)	194.947.494
Outros passivos financeiros não correntes	19.311.607	(1.684.123)	17.627.484
Outros passivos não correntes	75.555.766	54.978	75.610.744
Passivos não correntes	290.021.295	(1.835.573)	288.185.722
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	200.582.408	-	200.582.408
Fornecedores	156.687.700	(172.110)	156.515.590
Outros passivos correntes	185.335.836	(41.469)	185.294.367
Passivos correntes	542.605.944	(213.579)	542.392.365
Total do passivo	832.627.239	(2.049.152)	830.578.087
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.069.626.012	-	1.069.626.012
Interesses sem controlo	392.998	-	392.998
Total do capital próprio	1.070.019.010	-	1.070.019.010
Total do capital próprio e do passivo	1.902.646.249	(2.049.152)	1.900.597.097

Balanço a 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alter. do método de consolidação das empresas contr. conj.	Balanço reexpresso
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	582.787.339	(1.830.395)	580.956.944
Ativos intangíveis	379.531.369	(3.261)	379.528.108
Goodwill	518.307.204	(321.698)	517.985.506
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	-	928.082	928.082
Outros ativos não correntes	103.769.764	25.000	103.794.764
Ativo não corrente	1.584.395.676	(1.202.272)	1.583.193.404
Clientes	145.116.172	(215.054)	144.901.658
Caixa e equivalentes de caixa	62.419.042	(678.032)	61.741.010
Outros ativos correntes	108.992.356	43.689	109.036.045
Ativo corrente	316.528.110	(849.397)	315.678.713
Total do ativo	1.900.923.786	(2.051.669)	1.898.872.117
Passivo			
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	196.412.663	(173.924)	196.238.739
Outros passivos financeiros não correntes	18.712.963	(140.084)	17.572.879
Outros passivos não correntes	82.433.619	61.138	82.494.757
Passivos não correntes	297.559.245	(151.670)	296.042.375
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	187.170.148	-	187.170.148
Fornecedores	168.996.364	(240.690)	168.755.674
Outros passivos correntes	163.955.028	(294.109)	163.660.919
Passivos correntes	520.121.540	(534.799)	519.586.741
Total do passivo	817.680.785	(2.051.669)	815.629.116
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.082.855.522	-	1.082.855.522
Interesses sem controlo	387.479	-	387.479
Total do capital próprio	1.083.243.001	-	1.083.243.001
Total do capital próprio e do passivo	1.900.923.786	(2.051.669)	1.898.872.117

Demonstração de resultados a 30 de setembro de 2012

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alter. do método de consolidação das empresas contr. conj.	Reexpressão do contributo do setor das telecom. para unidades descontinuadas	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	623.749.407	(1.197.786)	(543.228.583)	79.323.038
Custos e perdas				
Fornecimentos e serviços externos	(287.919.376)	(220.088)	256.653.800	(31.485.664)
Amortizações e depreciações	(110.757.246)	354.811	101.891.999	(8.510.436)
Outros custos operacionais	(144.777.120)	667.957	92.719.165	(51.389.998)
Resultado antes de result. financ. e impostos	80.295.665	(395.106)	(91.963.619)	(12.063.060)
Resultados financeiros	(9.283.411)	394.597	(627.559)	(9.516.373)
Imposto sobre o rendimento	(7.101.225)	509	6.917.358	(183.358)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas	63.911.029	-	(85.673.820)	(21.762.791)
Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas	-	-	85.673.820	85.673.820
Resultado líquido consolidado do período	63.911.029	-	-	63.911.029
Atribuível a interesses sem controlo	8.921	-	-	8.921
Atribuível a acionistas da empresa mãe	63.902.108	-	-	63.902.108
Resultados por ação				
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos	0,18	0,00	0,00	0,18
Diluídos	0,18	0,00	0,00	0,18
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos	0,18	0,00	(0,24)	(0,06)
Diluídos	0,18	0,00	(0,24)	(0,06)

Demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)	Antes da alteração	Efeitos da alter. do método de consolidação das empresas contr. conj.	Reexpressão do contributo do setor das telecom. para unidades descontinuadas	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	834.728.342	(1.381.630)	(726.988.834)	106.357.878
Custos e perdas				
Fornecimentos e serviços externos	(392.774.557)	(139.148)	350.484.270	(42.429.435)
Amortizações e depreciações	(153.404.977)	462.067	138.799.420	(14.143.490)
Outros custos operacionais	(195.965.988)	1.000.135	125.931.411	(69.034.442)
Resultado antes de result. financ. e impostos	92.582.820	(58.576)	(111.773.733)	(19.249.489)
Resultados financeiros	(14.009.739)	27.289	65.425	(13.917.025)
Imposto sobre o rendimento	(3.141.032)	31.287	3.102.480	(7.265)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas	75.432.049	-	(108.605.828)	(33.173.779)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações descontinuadas	-	-	108.605.828	108.605.828
Resultado líquido consolidado do exercício das operações descontinuadas	75.432.049	-	-	75.432.049
Atribuível a interesses sem controlo	12.672	-	-	12.672
Atribuível a acionistas da empresa mãe	75.419.377	-	-	75.419.377
Resultados por ação				
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos	0,21	0,00	0,00	0,21
Diluídos	0,21	0,00	0,00	0,21
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos	0,21	0,00	(0,30)	(0,09)
Diluídos	0,21	0,00	(0,30)	(0,09)

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 30 de setembro de 2013, com exceção dos pontos anteriormente referidos, são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo grupo), foram incluídas as demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e controladas conjuntamente

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são também registados pelo método de equivalência patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do grupo nos prejuízos acumulados da empresa associada ou controlada conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o grupo tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou controlada conjuntamente, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

A diferença entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente e o

montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição, quando positiva, é registada como goodwill incluída no valor do investimento e, quando negativa, após uma reavaliação do seu apuramento, é registada diretamente na Demonstração de Resultados na rubrica 'Ganhos e Perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente'.

As empresas associadas e controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 8.

c) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	2 - 20
Equipamento básico	4 - 20
Equipamento administrativo	3 - 15
Equipamento de transporte	2 - 4
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o grupo incorre, são capitalizados e depreciados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos

fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

d) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os Ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software*, propriedade industrial, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e *know-how*.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos Ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

e) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

f) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 - 'Concentrações de atividades empresariais', o grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea w). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a 'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

g) Instrumentos financeiros

O grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para

venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

A 30 de setembro de 2013 o grupo não detinha quaisquer investimentos detidos até ao vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de

Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois

trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

h) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD'), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

i) Inventários

Os 'Inventários' são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização. As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na demonstração de resultados, em 'Custo das vendas'.

j) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros,

por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade' da demonstração de resultados.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias, associadas e controladas conjuntamente e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

l) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses

empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

m) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

n) Instrumentos financeiros derivados

O grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de cash-flow é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura';
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 30 de setembro de 2013, o grupo encontrava-se a utilizar forwards cambiais para cobertura do risco cambial de saldos a receber de clientes em dólares, para além dos instrumentos financeiros derivados referidos na Nota 1.x).

o) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a

resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

p) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – 'Impostos sobre rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

q) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar custos com pessoal são reconhecidos como menos custo durante o período de tempo durante o qual o grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Custos com pessoal'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

r) Especialização de exercícios e Rêdito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea o).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

s) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

t) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2 - 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.n)), sendo que as

mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 30 de setembro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. não dispunha de reservas livres distribuíveis.

u) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

v) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2013		2012	
	30 de setembro	Média	30 de setembro	Média
Libra inglesa	1,1961	1,1740	1,2531	1,2321
Real brasileiro	0,3289	0,3605	0,3812	0,4082
Dólar americano	0,7405	0,7597	0,7734	0,7812
Zloti (Polónia)	0,2365	0,2381	0,2437	0,2378
Dólar australiano	0,6903	0,7463	0,8067	0,8081
Pesos mexicanos	0,0560	0,0600	0,0602	0,0591
Libra egípcia	0,1075	0,1105	0,1276	0,1289
Ringgit (Malásia)	0,2267	0,2430	0,2526	0,2520
Peso chileno	0,0015	0,0016	0,0016	0,0016
Dólar de Singapura	0,5896	0,6071	0,6310	0,6207
Franco suíço	0,8180	0,8121	0,8265	0,8303
Coroa sueca	0,1155	0,1166	0,1184	0,1146
Rand de África do Sul	0,0735	0,0804	0,0934	0,0971
Kwanza (Angola)	0,0076	0,0079	0,0081	0,0082
Dinar de Marrocos	0,0893	0,0898	0,0902	0,0902

w) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e

- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de goodwill e de investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do grupo. Para as dívidas a receber, o grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso dos inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

x) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 – 'Pagamento com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao grupo, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';

- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para o plano de 2011 de ações Sonaecom, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. Os restantes planos de ações Sonaecom encontram-se cobertos através da detenção de ações próprias. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a empresa efetuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

y) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

z) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 - 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

aa) Gestão do risco financeiro

A atividade do grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. n)).

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, na Colômbia, no Panamá, em Singapura, em Angola e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.n)).

A exposição do grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e

- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável).

No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

Risco de crédito

A exposição do grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de setembro de 2013 e 2012, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2013		2012	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Empresa-mãe							
SONAECON, S.G.P.S., S.A. ('Sonaecom')	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias							
Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ('Artis') (a)	Maia	Conceção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrónicas e dos respetivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ('Be Towering') (a)	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Connectiv Solutions Inc. ('Connectiv') (b)	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do USA	-	-	100%	100%
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ('Digitmarket' – usando a marca 'Bizdirect')	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae com SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Lugares Virtuais, S.A. ('Lugares Virtuais')	Maia	Organização e gestão de portais eletrónicos <i>on-line</i> , aquisição de conteúdos, gestão de leilões eletrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via eletrónica e quaisquer atividades conexas.	Miauger	100%	100%	100%	100%
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ('Mainroad')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. ('Miauger')	Maia	Organização e gestão de leilões eletrónicos <i>on-line</i> de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Optimus - Comunicações, S.A. ('Optimus') (a)	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Optimus, S.G.P.S., S.A. ('Optimus SGPS') (a)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações.	Sonaecom	-	-	100%	100%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ('Per-Mar') (a)	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Praesidium Services Limited ('Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Público – Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ('Saphety')	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de <i>software</i> .	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Saphety Brasil Transações Eletrónicas Ltda. ('Saphety Brasil') (c)	São Paulo	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de <i>software</i> relacionados com aqueles serviços.	Saphety	99,8%	99,8%	-	-
Saphety – Transacciones Electronicas SAS ('Saphety Colômbia') (d)	Bogotá	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de <i>software</i> relacionados com aqueles serviços.	Saphety	100%	100%	-	-
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing</i> e <i>joint-ventures</i> .	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información Española, S.L. ('SSI Española')	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2013		2012	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ('Sontária') (a)	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ('Tecnológica')	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ('We Do')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ('We Do Brasil')	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software</i> e <i>hardware</i> ; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ('We Do Poland')	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ('We Do USA')	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ('We Do Asia')	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ('We Do BV')	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV – Sucursal Malásia ('We Do Malásia')	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Chile SpA ('We Do Chile') (e)	Chile	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	-	-	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ('We Do Egypt')	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited ('We Do UK')	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de RL. ('We Do Mexico')	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%	5% 95%	5% 95%
We Do Technologies Panamá S.A. ('We Do Panamá')	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ('We Do Singapura')	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%

* Porcentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Os saldos e as transações destas empresas até agosto de 2013 foram incluídas nas rubricas de 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' no Balanço e 'Resultado líquido do período de operações descontinuadas' na Demonstração de Resultados, respetivamente

(b) Empresa incorporada, por fusão, na We Do USA em janeiro 2013

(c) Empresa adquirida em fevereiro 2013

(d) Empresa constituída em abril 2013

(e) Empresa dissolvida em maio 2013

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas' (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Alterações ocorridas no grupo

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

a) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação atual
2013				
Saphety	Saphety Colômbia	abr-13	50.000.000 COP	100%
2012				
Sonaecom	Sonaecom SP	jan-12	50.000 EUR	100%

b) Aquisições

Compradora	Participada	Data	% adquirida	% participação atual
2013				
Saphety	Saphety Brasil	fev-13	99,8%	99,8%
2012				
We Do USA	Connectiv	abr-12*	100%	100%
Sonae com SI	Infosystems	jun-12	50%	50%
Infosystems	SSI Angola	jun-12	100%	100%

* A assinatura do contrato de aquisição ocorreu em abril de 2012, com efeitos a 1 de maio de 2012.

c) Dissoluções

Participante	Participada	Data	Capital
2013			
We Do BV	We Do Chile	mai-13	100%

d) Outras

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. ('Sonaecom') efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. ('Zopt') (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a Zon Optimus, tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a Zopt. Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8), os quais seriam posteriormente reduzidos para 115 milhões de euros. Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% da Zon Optimus (Nota 9).

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da Zon Optimus, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da Zon Optimus, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu nas contas consolidadas o diferencial dos ativos e passivos consolidados provenientes da Optimus SGPS e das suas participadas integralmente no montante de 992 milhões de euros. Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros¹, suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8) e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da Zon Optimus (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações Zon Optimus,

¹ A participação da Zopt de 598 milhões de euros ($598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$) resulta da valorização da participação detida pela Zopt na Zon Optimus em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 2.500 milhões de euros (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão) e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros. Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da Zon Optimus (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da Zon Optimus desde a concretização da fusão até à data deste documento (2.638 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.

representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 9).

Em resultado do desreconhecimento da Optimus SGPS e das suas participadas, e do reconhecimento dos investimentos na Zopt, Zon Optimus e os suprimentos a receber da Zopt, foi gerada uma menos valia de 9 milhões de euros.

Os impactos no balanço resultantes da saída das empresas do setor das telecomunicações a agosto de 2013 podem ser detalhados como se segue:

(Montantes expressos em euros)	27 de agosto de 2013
Ativo	
Ativos não correntes	
Ativos fixos tangíveis	(562.475.126)
Ativos intangíveis	(353.993.403)
Goodwill	(485.150.340)
Outros ativos não correntes	312.080.798
Impostos diferidos ativos	(98.625.767)
Total de ativos não correntes	(1.188.163.838)
Ativos correntes	
Inventários	(19.124.520)
Clientes	(127.955.743)
Outros ativos	(82.942.364)
Caixa e equivalentes de caixa	(17.986.673)
Total de ativos correntes	(248.009.300)
Capital próprio e passivo	
Reservas para planos de incentivo de médio prazo	6.468.582
Outros	5.464
Total de capital próprio	6.474.046
Passivo	
Passivo não corrente	
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	(813.080)
Outros passivos financeiros não correntes	17.879.658
Provisões para outros riscos e encargos	35.247.971
Impostos diferidos passivos	259.753
Outros passivos não correntes	31.672.299
Total de passivos não correntes	84.246.601
Passivo corrente	
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	115.535.594
Fornecedores	119.124.642
Outros passivos financeiros	2.660.326
Outras dívidas a terceiros	15.254.142
Outros passivos correntes	100.480.547
Total de passivos correntes	353.055.251
Total dos ativos e passivos desreconhecidos	(992.397.240)

Assim, o valor da perda resultante da alienação pode ser detalhado como se segue:

(Montantes expressos em euros)	
Ativos e passivos desreconhecidos	(992.397.240)
Contrapartida recebida	983.447.575
Ganho / (perda) resultante da alienação	(8.949.665)

A contrapartida recebida pode ser detalhada como se segue:

(Montantes expressos em euros)	
Participação no capital da Zopt (Nota 8)	597.641.944
Suprimentos Zopt (Nota 8)	230.000.000
Ações Zon Optimus (Nota 9)	155.805.631
	983.447.575

4. Classes de instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo grupo eram como segue:

							2013
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	215.448	-	-	215.448	-	215.448
Outros ativos não correntes	933.241	-	-	-	933.241	-	933.241
	933.241	215.448	-	-	1.148.689	-	1.148.689
Ativos correntes							
Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	164.953.026	-	164.953.026	-	164.953.026
Clientes	29.606.486	-	-	-	29.606.486	-	29.606.486
Outras dívidas de terceiros	13.477.733	-	-	-	13.477.733	7.921.538	21.399.271
Outros ativos correntes	-	-	-	6.237.838	6.237.838	4.357.963	10.595.801
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	197.793.220	-	-	-	197.793.220	-	197.793.220
	240.877.439	-	164.953.026	6.237.838	412.068.303	12.279.501	424.347.804
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	2012 (reexpresso)
							Total
Ativos não correntes							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	212.323	-	-	212.323	-	212.323
Outros ativos não correntes	701.845	-	-	-	701.845	-	701.845
	701.845	212.323	-	-	914.168	-	914.168
Ativos correntes							
Clientes	120.897.899	-	-	-	120.897.899	-	120.897.899
Outras dívidas de terceiros	23.057.939	-	-	-	23.057.939	6.342.149	29.400.088
Outros ativos correntes	-	-	-	61.054.118	61.054.118	17.820.233	78.874.351
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	68.217.048	-	-	-	68.217.048	-	68.217.048
	212.172.886	-	-	61.054.118	273.227.004	24.162.382	297.389.386

					2013
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	25.683.387	-	25.683.387	-	25.683.387
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	83.091	83.091	-	83.091
Outros passivos não correntes	-	970.665	970.665	287.470	1.258.135
	25.683.387	1.053.756	26.737.143	287.470	27.024.613
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	3.659.857	-	3.659.857	-	3.659.857
Fornecedores	-	18.054.505	18.054.505	-	18.054.505
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	74.963	74.963	-	74.963
Outras dívidas a terceiros	-	7.321.543	7.321.543	4.342.317	11.663.860
Outros passivos correntes	-	20.200.302	20.200.302	7.580.952	27.781.254
	3.659.857	45.651.313	49.311.170	11.923.269	61.234.439

					2012 (reexpresso)
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	194.947.494	-	194.947.494	-	194.947.494
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	17.627.484	17.627.484	-	17.627.484
Outros passivos não correntes	-	28.818.512	28.818.512	258.470	29.076.982
	194.947.494	46.445.996	241.393.490	258.470	241.651.960
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	200.582.408	-	200.582.408	-	200.582.408
Fornecedores	-	156.515.590	156.515.590	-	156.515.590
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	2.824.681	2.824.681	-	2.824.681
Outras dívidas a terceiros	-	22.629.221	22.629.221	10.580.322	33.209.543
Outros passivos correntes	-	122.034.562	122.034.562	27.225.581	149.260.143
	200.582.408	304.004.054	504.586.462	37.805.903	542.392.365

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos registrados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado e dos registrados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contábilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2013
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso)	301.133.284	1.072.287.146	171.736	213.226.929	6.715.058	20.665.640	1.614.199.793
Adições	26.391	3.075.382	22.060	11.090.562	-	26.829.997	41.044.392
Alienações	(173.822)	(2.818.960)	(6.440)	(276.118)	(793)	(125.388)	(3.401.521)
Transferências e abates	5.214.361	32.140.960	-	(780.824)	99.504	(36.334.190)	339.811
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(298.400.130)	(1.093.255.014)	(85.728)	(216.172.869)	(6.563.851)	(10.739.576)	(1.625.217.168)
Saldo em 30 setembro 2013	7.800.084	11.429.514	101.628	7.087.680	249.918	296.483	26.965.307
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso)	168.923.346	666.298.617	151.192	191.742.065	6.127.629	-	1.033.242.849
Depreciações do período	6.364.729	37.635.526	14.794	12.345.281	176.588	-	56.536.918
Alienações	(89.930)	(2.089.106)	(5.635)	(200.732)	(793)	-	(2.386.196)
Transferências e abates	(24.117)	(1.396.080)	-	(226.742)	11.645	-	(1.635.294)
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(169.538.697)	(689.432.249)	(83.381)	(197.605.951)	(6.081.764)	-	(1.062.742.042)
Saldo em 30 setembro 2013	5.635.331	11.016.708	76.970	6.053.921	233.305	-	23.016.235
Valor líquido	2.164.753	412.806	24.658	1.033.759	16.613	296.483	3.949.072
2012 (reexpresso)							
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2011	301.781.480	1.031.000.168	166.398	201.288.050	6.675.820	36.269.347	1.577.181.263
Entrada de empresas (Nota 3. b))	-	-	-	1.212.130	-	-	1.212.130
Adições	159.746	3.929.097	5.338	11.050.842	5.581	66.299.233	81.449.837
Alienações	(321.035)	(44.675.989)	-	(699.397)	(22.686)	-	(45.719.107)
Transferências e abates	4.435.467	51.566.315	-	1.897.902	38.316	(67.190.517)	(9.252.517)
Saldo em 30 setembro 2012	306.055.658	1.041.819.591	171.736	214.749.527	6.697.031	35.378.063	1.604.871.606
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2011	161.013.681	649.522.298	120.601	179.561.095	5.739.621	-	995.957.296
Entrada de empresas (Nota 3. b))	-	-	-	586.345	-	-	586.345
Depreciações do período	5.969.605	42.666.501	23.086	13.303.568	321.881	-	62.284.641
Alienações	(233.865)	(33.685.000)	-	(526.014)	(7.093)	-	(34.451.972)
Transferências e abates	(22.594)	(230.509)	-	(193.619)	-	-	(446.722)
Saldo em 30 setembro 2012	166.726.827	658.273.290	143.687	192.731.375	6.054.409	-	1.023.929.588
Valor líquido	139.328.831	383.546.301	28.049	22.018.152	642.622	35.378.063	580.942.018

As adições dos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 incluem um conjunto de ativos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), GSM (Global Standard for Mobile Communications), GPRS (General Packet Radio Service), ao FTTH (Fibre-to-the-Home) e ao LTE (Long Term Evolution). A 30 de setembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)), estes ativos não fazem parte do saldo final, estando refletidas na linha 'Unidades descontinuadas (Nota 3.d))'.

As adições, alienações, transferências e abates referem-se essencialmente ao setor das telecomunicações durante os primeiros 8 meses do ano.

Em 30 de setembro de 2013 as adições do período, incluem cerca de 5,4 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 6,1 milhões de euros em 30 de setembro de 2012).

As alienações do período findo em 30 de setembro de 2012 correspondem essencialmente à venda de um conjunto de ativos relacionados com as redes 2G, 3G e Micro-ondas (MW).

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de setembro de 2013 e 2012, ascendia a 920.831 euros e a 35.808.739 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 122.224 euros e 19.692.191 euros, respetivamente. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, os contratos de locação financeira da Optimus Comunicações S.A. e da Be Artis, foram desreconhecidos e levados à linha 'Unidades descontinuadas (Nota 3.d)':

Em 30 de setembro de 2012 os 'Ativos fixos tangíveis' incluem o montante de 25,2 milhões de euros relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, a totalidade destes montantes foram desreconhecidos pelo que se encontram refletidos na linha 'Unidades descontinuadas (Nota 3.d)').

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 30 de setembro de 2013 e 2012, a seguinte composição:

	2013	2012
Desenvolvimento da rede móvel / fixa	-	31.825.343
Sistemas de informação	269.200	127.418
Outros projetos em curso	27.283	3.425.302
	296.483	35.378.063

A variação verificada deve-se ao desreconhecimento dos ativos referentes ao setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar era como segue:

	2013	2012
Investimentos da área técnica	-	22.691.379
Investimentos em sistemas de informação	-	1.303.595
	-	23.994.974

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, não existem compromissos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar, uma vez que apenas respeitavam a empresas do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

6. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2013
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso)	471.734.531	324.743.860	22.694.448	819.172.839
Adições	15.351.460	730.302	13.424.407	29.506.169
Alienações	(1.000.000)	(2.868)	-	(1.002.868)
Transferências e abates	3.396.494	7.586.452	(9.867.685)	1.115.261
Unidades descontinuadas (Nota 3. d))	(479.025.843)	(304.909.635)	(21.344.001)	(805.279.479)
Saldo em 30 setembro 2013	10.456.642	28.148.111	4.907.169	43.511.922
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso)	184.502.817	255.141.914	-	439.644.731
Amortizações do período	28.757.905	13.295.291	-	42.053.196
Alienações	(1.000.000)	(641)	-	(1.000.641)
Transferências e abates	(42.360)	(1.449.965)	-	(1.492.325)
Unidades descontinuadas (Nota 3. d))	(205.489.969)	(245.796.107)	-	(451.286.076)
Saldo em 30 setembro 2013	6.728.393	21.190.492	-	27.918.885
Valor líquido	3.728.249	6.957.619	4.907.169	15.593.037

				2012 (reexpresso)
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso)	361.651.698	296.352.010	117.812.301	775.816.009
Adições	19.622.677	859.246	11.596.985	32.078.908
Transferências e abates	66.528.946	17.834.177	(89.830.003)	(5.466.880)
Saldo em 30 setembro 2012	447.803.321	315.045.433	39.579.283	802.428.037
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso)	153.154.381	233.542.415	-	386.696.796
Amortizações do período	32.132.678	15.985.116	-	48.117.794
Transferências e abates	(12.147.534)	(215.933)	-	(12.363.467)
Saldo em 30 setembro 2012	173.139.525	249.311.598	-	422.451.123
Valor líquido	274.663.796	65.733.835	39.579.283	379.976.914

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus – Comunicações S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015. Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ('MOPTC'), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, tinha de ser realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da Optimus - Comunicações S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. A totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, têm vindo a ser realizados nos termos acordados entre a Optimus - Comunicações S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projeto 'Iniciativas E' (oferta de modems, descontos nas tarifas,

contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua atividade em Portugal. A responsabilidade total foi reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. No período findo em 30 de setembro de 2013, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos foram desreconhecidas das demonstrações financeiras consolidadas na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

O ativo intangível no período findo em 30 de setembro de 2012 inclui o montante de aproximadamente 110 milhões de euros correspondente ao valor atual, dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) nas bandas dos 800 MHz, 1800 MHz e 2600 MHz, que serão utilizadas para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE - Long Term Evolution). O valor total a pagar será de 113 milhões, tendo já sido pago, em janeiro de 2012, um montante de 83 milhões e em janeiro de 2013 um montante de 6 milhões de euros. O restante poderá ser pago em 4 prestações anuais, de 6 milhões de euros, tendo a Optimus, em cada momento anual de pagamento, a possibilidade de optar pelo pagamento antecipado do montante em dívida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e considerando a disponibilização da tecnologia LTE, embora sujeita a restrições em algumas zonas do país, e o arranque da operação comercial da mesma, uma parcela do valor atual dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) de serviços de 4ª geração (LTE - Long Term Evolution) foi transferido para firme (92,9 milhões de euros) e iniciada a respetiva amortização, pelo período estimado de utilização (até 2041). Este ativo foi, no período findo em 30 de setembro de 2013 desreconhecido na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

As adições, alienações, transferências e abates referem-se essencialmente ao setor das telecomunicações durante os primeiros 8 meses do ano.

Em 30 de setembro de 2012, o grupo mantinha registado na rubrica 'Ativos intangíveis - Propriedade Industrial' o montante de 173.155.549 euros correspondentes sobretudo ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem: (i) 54.755.258 euros relativos à licença, (ii) 18.295.739 euros relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 5.619.174 euros relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 89.807.058 euros relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo grupo no âmbito da Sociedade de Informação. Estes ativos foram, no período findo em 30 de setembro de 2013 desreconhecidos na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

A rubrica 'Propriedade industrial e outros direitos' inclui ainda, no período findo em 30 de setembro de 2012, cerca de 14,9 milhões de euros líquidos de amortizações referentes a encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes da subsidiária Optimus. Este ativo foi, no período findo em 30 de setembro de 2013 desreconhecido na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, diretamente relacionados com a construção de determinados ativos fixos tangíveis ou intangíveis em curso. Em 30 de setembro de 2012, o total do valor líquido destes custos ascende 9.624.964 euros. Os valores capitalizados nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foram de 462.097 euros e 1.353.244 euros, respetivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 2,78% a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo grupo. Estes ativos foram também, no período findo em 30 de setembro de 2013 desreconhecido na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

Em 30 de setembro de 2013 as adições do período, incluem cerca de 5,9 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 5,4 milhões de euros em 30 de setembro de 2012).

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 7 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

7. Goodwill

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2013	2012 (reexpresso)
Saldo inicial	517.985.506	520.782.025
Aquisição da Connectiv e ajustamento ao goodwill (Nota 1.f))	(3.066.150)	8.723.356
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	(485.150.340)	-
Outros movimentos do período	(153.114)	55.250
Saldo final	29.615.902	529.560.631

No período findo em 30 de setembro de 2013 e 2012, a rubrica 'Outros movimentos do período' inclui os efeitos da atualização cambial de goodwill.

No período findo em 30 de setembro de 2013, o valor da rubrica 'Unidades descontinuadas (Nota 3.d))', corresponde ao desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 3.d)).

Assim, em 30 de setembro de 2013, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	Sistemas de Informação	Multimédia
Goodwill	22.615.902	7.000.000

Em 30 de abril de 2012, o grupo adquiriu a totalidade do capital da Connectiv Solutions, Inc., no seguimento da qual consolidou pelo método integral os ativos e passivos e resultados desta empresa a partir de 1 de maio de 2012.

A Connectiv tem como principal atividade a prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação. A alocação do preço de compra foi efetuada da seguinte forma:

(Montantes expressos em euros)	Valor de Balanço antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos adquiridos			
Ativos fixos tangíveis	576.455	-	576.455
Ativos intangíveis	49.303	3.190.109	3.239.412
Outras dívidas de terceiros	1.155.221	-	1.155.221
Outros ativos	116.744	-	116.744
Caixa e equivalentes de caixa	315.304	-	315.304
	2.213.027	3.190.109	5.403.136
Passivos adquiridos			
Outras dívidas a terceiros	184.608	-	184.608
Outros passivos	1.144.459	-	1.144.459
	1.329.067	-	1.329.067
Total dos ativos líquidos adquiridos	883.960	3.190.109	4.074.069
Preço de aquisição			9.654.547
Goodwill			5.580.478

No seguimento da aquisição da Connectiv Solutions, Inc., a empresa efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, da qual resultou o reconhecimento de *software* e carteira de clientes no valor de 3.190.109 euros.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também no caso da aquisição da Connectiv, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo reconhecido como Goodwill. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fíavel e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado. O montante total

de Goodwill será considerado como custo fiscal nas contas da Connectiv, por um período de 15 anos, de acordo com a legislação em vigor dos Estados Unidos da América.

O preço de aquisição inclui um montante diferido de 2 milhões de USD (1 milhão pago em 2013 e 1 milhão a pagar em 2014), e um montante contingente, a pagar anualmente, durante 4 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita, o qual foi estimado em cerca de 1,4 milhões de euros (tendo já sido pago no período findo em 30 de setembro de 2013, 0,5 milhões de euros). No período findo em 30 de setembro de 2013, o montante contingente a pagar, foi ajustado em 3.891.556 euros, o que gerou um ajustamento ao Goodwill inicial, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações Empresariais.

Em 1 de janeiro de 2013, ocorreu a fusão por incorporação da Connectiv na WeDo Americas.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual excepto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas, taxas de crescimento de cerca de 3%. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Sistemas de Informação	Multimédia
Pressupostos		
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	14,0%	12,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,0%	0,0%

Devido ao agravar da crise financeira, que provocou uma forte degradação do cenário macroeconómico em Portugal nos últimos anos, o mercado publicitário sofreu uma forte queda. Esta situação, juntamente com previsões pessimistas para os anos seguintes, agravou as suas perspectivas de evolução futura. Verificou-se, adicionalmente, uma deterioração das vendas de jornais e produtos associados, afetando as projeções dos fluxos de caixa do segmento de multimédia, cujos testes de imparidade conduziram ao registo de uma perda no valor de 8 milhões de euros no exercício de 2012, na rubrica 'Amortizações e depreciações' da Demonstrações de Resultados, de acordo com a política descrita na Nota 1.w). A análise de sensibilidade efetuada, não conduziu, na data, a perdas de imparidade adicionais significativas.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012. No setor de Sistemas de Informação, na análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, variações de 50 bp na taxa de desconto ou variações de 100 bp na taxa de crescimento não conduziram a variações materiais dos valores de recuperação, não resultando igualmente quaisquer imparidades adicionais.

8. Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente

As empresas associadas e controladas conjuntamente, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração de resultados em 30 de setembro de 2013 e 2012 são as seguintes:

Sede social	Porcentagem de capital detido				Valor na demonstração dos resultados	
	30 setembro 2013		30 setembro 2012		30 setembro de 2013	30 setembro de 2012 (reexpresso)
	Direto	Total	Direto	Total		
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
ZOPT (a)(b) Porto	50%	50%	-	-	1.940.445	-
Unipress - Centro Gráfico, Lda. ('Unipress') Vila Nova de Gaia	50%	50%	50%	50%	180.030	218.626
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ('S.I.R.S.' - usando a marca 'Rádio Nova') Porto	45%	45%	45%	45%	(50.966)	(41.882)
Infosystems (b) Luanda	50%	50%	50%	50%	102.286	215.671
Total (Nota 20)					2.171.795	392.415

(a) Empresa constituída em dezembro de 2012

(b) Inclui a incorporação dos resultados das participadas proporcionalmente ao capital detido

As empresas associadas e controladas conjuntamente foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, foi o seguinte:

	30 de setembro de 2013			30 de setembro de 2012		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Saldo em 1 de janeiro	631.382	321.700	953.082	519.470	321.700	841.170
Aumentos	625.114.444	87.527.500	712.641.944			
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos e perdas	2.222.761	-	2.222.761	434.297	-	434.297
Efeito em reservas	(204.958)	-	(204.958)	3.658	-	3.658
Dividendos	(143.870)	-	(143.870)	-	-	-
Total de investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	627.619.759	87.849.200	715.468.959	957.425	321.700	1.279.125
Perdas por imparidade (Nota 17)	(112.105)	-	(112.105)	(54.978)	-	(54.978)
Valor líquido	627.507.654	87.849.200	715.356.854	902.447	321.700	1.224.147

No período findo em 30 de setembro de 2013, o valor dos aumentos nos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente corresponde a:

	2013
Zopt	
Participação no capital da Zopt (Nota 3.d))	597.641.944
Suprimentos Zopt (Nota 3.d))	230.000.000
Conversão de Suprimentos em Prestações Acessórias	(115.000.000)
Total	712.641.944

A divisão por empresa dos montantes incluídos no valor dos investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas, é a seguinte:

	30 de setembro de 2013			30 de setembro de 2012		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Zopt	626.878.889	87.527.500	714.406.389	-	-	-
Unipress	640.704	321.700	962.404	738.097	321.700	1.059.797
SIRS	(112.105)	-	(112.105)	(54.978)	-	(54.978)
Infosystems	100.166	-	100.166	219.328	-	219.328
Total	627.507.654	87.849.200	715.356.854	902.447	321.700	1.224.147

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros destas entidades podem ser resumidos como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)							2013
Empresa	% Participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receita	Resultados operacionais	Resultado Líquido
ZOPT*	50%	4.488.105	1.972.222	2.515.882	121.988	9.713	4.003
Unipress	50%	5.030	3.749	1.281	2.611	424	419
SIRS	45%	312	561	(249)	568	(112)	(113)
Infosystems	50%	1.130	983	147	844	176	176

* Contas consolidadas das empresas do grupo Zopt, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IAS/IFRS') tal como adotadas pela União Europeia. O valor dos capitais próprios inclui interesses sem controlo.

9. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom, em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações Zon Optimus registadas ao justo valor através de resultados (Nota 3.d)), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo (Nota 28). Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na Zon Optimus.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o período findo em 30 de setembro de 2013 foram como segue:

					2013
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor	Saldo final
Zon Optimus	-	155.805.631	-	9.147.395	164.953.026

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 20).

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

Ações	37.489.324
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1
Método de valorização	Preço cotado em bolsa
Preço cotado*	4,4
Justo valor	164.953.026

* Utilizada a cotação de 30 de setembro de 2013 no apuramento do justo valor.

Este investimento foi classificado como ativo corrente na sequência do lançamento da oferta pública parcial e voluntária de aquisição efetuada pela Sonaecom (Nota 28).

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2013	2012
Lusa - Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros	-	13.104	9.979
		215.448	212.323

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, os movimentos ocorridos na rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda', correspondeu à constituição da empresa DistriNews, S.A. em que o Público subscreveu 25% do seu capital no montante de 12.500 euros, e subsequente alienação de 75% do capital detido na mesma entidade pelo montante de 9.375 euros.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012 a rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda' não apresentou quaisquer movimentos.

Em 30 de setembro de 2013, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado Líquido
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ⁽¹⁾	14.267	6.841	1.215	19.485	957	261
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL ⁽¹⁾	102	2	-	128	37	37

⁽¹⁾ Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2012.

11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 30 de setembro de 2013 e 2012, no montante de 5.531.973 euros e 96.296.946 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, benefícios fiscais, da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos e de outras diferenças temporárias. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foi como segue:

						2013
	Saldo em 31 dezembro 2012	Movimentos nos Impostos Diferidos do ano	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	Saldo em 30 setembro 2013
Prejuízos fiscais	6.172.973	332.232	(928.527)	(198.057)	(4.501.586)	877.035
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	36.302.876	(802.783)	-	5.530.528	(39.434.788)	1.595.833
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	9.709.216	-	-	3.883.508	(12.524.383)	1.068.341
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	13.249.801	(4.416.618)	-	1.392.244	(10.225.164)	263
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	3.220.000	-	(2.146.667)	-	(1.073.333)	-
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	32.510.701	(4.268.975)	-	4.685.367	(30.866.513)	2.060.580
Sub-total do efeito em resultados (Nota 21)	101.165.567	(9.156.144)	(3.075.194)	15.293.590	(98.625.767)	5.602.052
Outros	(30.786)	(39.293)	-	-	-	(70.079)
Saldo final	101.134.781	(9.195.437)	(3.075.194)	15.293.590	(98.625.767)	5.531.973

						2012
	Saldo em 31 dezembro 2011	Movimentos nos Impostos Diferidos do ano	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	Saldo em 30 setembro 2012
Prejuízos fiscais	7.152.769	-	(2.539.861)	(308.849)	-	4.304.059
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	26.591.262	(617.864)	-	10.114.246	-	36.087.644
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	3.519.525	-	-	17.217	-	3.536.742
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	20.203.355	(5.050.839)	-	-	-	15.152.516
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	6.440.000	-	(2.415.000)	-	-	4.025.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	39.975.219	(6.798.014)	-	-	-	33.177.205
Sub-total do efeito em resultados	103.882.130	(12.466.717)	(4.954.861)	9.822.614	-	96.283.166
Outros	(28.249)	42.029	-	-	-	13.780
Saldo final	103.853.881	(12.424.688)	(4.954.861)	9.822.614	-	96.296.946

As 'Outras diferenças temporárias' incluem diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da subsidiária Optimus. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o qual seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos ativos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas. A 30 de setembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)), estes ativos não fazem parte do saldo final, estando refletidas na coluna 'Unidades descontinuadas (Nota 3.d))'.

Os impostos diferidos relacionados com os ajustamentos IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos ativos no montante de 16,1 milhões de euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em dezembro de 2008. Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto, os 100 milhões de euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos ativos na extensão em que era provável, naquela data, com razoável segurança, a sua utilização. Até 30 de agosto de 2013, foi revertido um montante de 15 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária. A 30 de setembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.d)), estes ativos não fazem parte do saldo final, estando refletidas na coluna 'Unidades descontinuadas (Nota 3.d))'.

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a recuperar e a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 7.

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, a taxa de imposto utilizada nas empresas portuguesas, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso das diferenças temporárias, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa utilizada foi de 26,5%. Não foi considerada derrama estadual por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 30 de setembro de 2013, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Empresas excluídas do RETGS								2013
		Digitmarket	Cape Technologies	We Do Brasil	We Do USA	Sonocom Sistemas de Informação Espanha	We Do Mexico	Saphety Brasil	Total	Total Grupo Sonaecom
Prejuízos fiscais reportáveis:										
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	-	-	153.061	-	153.061	153.061
A serem utilizados até 2022	-	-	-	-	-	-	28.236	-	28.236	28.236
A serem utilizados até 2023	-	-	-	-	-	-	138.175	-	138.175	138.175
A serem utilizados até 2025	-	-	-	-	-	151.545	-	-	151.545	151.545
A serem utilizados até 2030	-	-	-	-	123.739	7.393	-	-	131.132	131.132
A serem utilizados até 2033	-	-	-	-	140.380	-	-	-	140.380	140.380
Sem limite de utilização	-	-	134.506	-	-	-	-	-	134.506	134.506
Prejuízos fiscais	-	-	134.506	-	264.119	158.938	319.472	-	877.035	877.035
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1028.695	20.469	-	445.130	-	-	100.880	659	567.138	1595.833
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	1068.341	-	-	-	-	-	-	-	-	1068.341
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	-	263	-	-	-	-	-	-	263	263
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.060.580
Outros	-	-	-	(50.388)	(6.489)	-	(13.144)	(58)	(70.079)	(70.079)
Total	2.097.036	20.732	134.506	394.742	257.630	158.938	407.208	601	1.374.357	5.531.973

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2013	2012
Prejuízos fiscais	17.653.074	26.602.333
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	36.200.175	34.124.365
Outros	2.532.805	14.305.692
	56.386.054	75.032.390

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2013	2012
2012	-	4.576.207
2013	11.683.440	13.846.284
2014	441.220	469.302
2015	1.320.642	3.523.602
2016	398.852	367.667
2017	241.024	162.167
2018	72.785	48.023
2019	331.156	331.156
2020	28.467	10.130
2021	53.860	61.946
2022	33.229	132.956
2027	-	52.232
2030	84.942	-
2031	108.424	-
Sem limite de utilização	2.855.033	3.020.661
	17.653.074	26.602.333

Os anos de 2018 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 4 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 30 de setembro de 2013 no montante de 59.491 euros (1.564.042 euros em 2012) resultam essencialmente de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos intangíveis.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, foi como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	(1.089.637)	(5.186.710)
Efeito em resultados:		
Diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal	770.393	3.131.854
Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	259.753	-
Sub-total do efeito em resultados (Nota 21)	1.030.146	3.131.854
Outros	-	490.814
Saldo final	(59.491)	(1.564.042)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 é como segue:

	2013	2012 (reexpresso)
Resultado antes de imposto	4.554.773	(21.579.433)
Imposto (25%)	(1.138.693)	5.394.858
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma e derrama	(3.825.207)	(5.527.379)
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores e benefícios fiscais	686.540	(72.171)
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	2.512.301	49.906
Diferenças temporárias do período sem registo de impostos diferidos ativos	(678.571)	(28.572)
Registo de passivos por impostos diferidos	(309.075)	-
Impostos registados no período (Nota 21)	(2.752.705)	(183.358)

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 25% por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal, país onde a quase totalidade dos rendimentos do grupo Sonaecom são tributados.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2009 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a então subsidiária Optimus foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. A respetiva nota de liquidação foi rececionada em abril de 2011. Atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a Optimus foi posteriormente, notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionados em dezembro de 2011 e janeiro de 2012, respetivamente) e 2010 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionados em janeiro e maio de 2013, respetivamente).

Dado que o acréscimo efetuado em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18º do CIRC, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesse ano para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável.

Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2013.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2013	2012 (reexpresso)
Numerário	17.921	495.786
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.970.961	8.836.314
Aplicações de tesouraria	195.804.338	58.884.948
Caixa e equivalentes de caixa	197.793.220	68.217.048
Descobertos bancários (Nota 15)	(311.651)	(13.186.408)
	197.481.569	55.030.640

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2013	2012
Sonae Investments BV	1.810.000	21.810.000
Aplicações bancárias	193.994.338	37.074.948
	195.804.338	58.884.948

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de setembro de 2013, venceram juros a uma taxa média de 1,76% (2,65% em 2012).

13. Capital social

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2013		2012	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	194.063.119	52,99%
Ações dispersas em Bolsa	89.932.361	24,55%	75.977.185	20,74%
Sonae SGPS	76.679.374	20,94%	3.430.000	0,94%
Ações próprias (Nota 14)	5.571.014	1,52%	7.025.192	1,92%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Atlas Service Belgium*	-	-	73.249.374	20,00%
Millenium BCP**	-	-	12.500.998	3,41%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

* A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Télécom ('FT - Orange') concluíram um acordo que consistia na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom detidos naquela data por uma subsidiária da FT - Orange. A 9 de setembro de 2013, essa opção de compra e venda foi exercida pela Sonae e FT - Orange respetivamente.

** Por já não corresponder a uma participação qualificada, o número de ações detidas pelo Millenium BCP, com base na informação obtida em 15 de maio de 2013, foi incluído nas ações dispersas em Bolsa.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 250.024 ações próprias, no âmbito do seu plano de incentivo de curto e médio prazo.

Adicionalmente, durante o período findo em 30 de setembro de 2013, a Sonaecom adquiriu 1.500.000 novas ações (a um preço médio de 1,667 euros), detendo, à data de 30 de setembro de 2013, 5.571.014 ações próprias representativas de 1,52% do seu capital social, a um preço médio de 1,380 euros.

15. Empréstimos

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	2013	Montante utilizado 2012 (reexpresso)
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	mar-15	Final	-	100.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	mar-15	Final	-	40.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2012	20.000.000	jul-15	-	-	20.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2013	20.000.000	jun-16	Final	20.000.000	-
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(68.567)	(2.173.132)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	309.333	1.166.105
					20.240.766	158.992.973
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	30.000.000	jul-15	-	-	30.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(242.602)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	46.549
					-	29.803.947
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-19	-	5.048.660	5.800.500
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	460.076	457.984
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(132.512)	(181.804)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	66.397	73.894
					5.442.621	6.150.574
					25.683.387	194.947.494

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	2013	Montante utilizado 2012 (reexpresso)
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	-	150.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
	Juros corridos não vencidos	-	-	-	1.943.340	-
					1.943.340	180.000.000
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	15.000.000	jun-14	-	900.000	-
					900.000	-
Sonaecom SGPS	Contas correntes caucionadas	16.500.000	jul-13	-	-	7.396.000
	Descobertos bancários (Nota 12)	10.000.000	-	-	-	9.996.000
	Descobertos bancários (Nota 12)	2.500.000	-	-	-	1.639.000
Diversos	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	311.651	1.551.408
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-14	-	504.866	-
					816.517	20.582.408
					3.659.857	200.582.408

Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de oito anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, a empresa liquidou a totalidade do empréstimo obrigacionista e respetivos juros.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pela Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon. A 4 de fevereiro de 2013, a empresa liquidou o empréstimo obrigacionista de 30 milhões de euros. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão, o empréstimo obrigacionista de 40 milhões foi cedido à Zon Optimus.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos e meio. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, Portigon AG (anteriormente conhecido como WestLB AG) transferiu toda sua participação de 33.300.000 euros no empréstimo obrigacionista para Erste Abwicklungsanstalt ('EAA'), uma entidade estatal alemã. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão, o empréstimo obrigacionista de 100 milhões foi cedido à Zon Optimus.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco BPI. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão, o empréstimo obrigacionista de 20 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedido à Zon Optimus, sob a forma de Papel Comercial e pelo mesmo montante.

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pela Caixa Económica Montepio Geral.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,64% (3,23%, em 2012).

Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010. Em julho 2012, a empresa liquidou a totalidade do montante utilizado do papel comercial e respetivos juros.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa – Banco de Investimento e Caixa Geral de Depósitos. Adicionalmente, no mesmo período, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 25 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Santander Totta. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão, os dois Programas de Papel Comercial foram totalmente reembolsados e posteriormente cedidos à Zon Optimus.

Em abril de 2012, a Wedo Americas procedeu à contratação de um empréstimo de longo prazo junto do Espírito Santo Bank, no valor de 7,5 milhões USD e pelo prazo de 7 anos. O plano de reembolso deste financiamento é composto por 11 tranches semestrais, sendo a primeira exigível em abril de 2014.

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros, com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de dezoito meses, organizado pelo Banco Espírito Santo de Investimento e Banco Espírito Santo. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão, o papel comercial de 30 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedido à Zon Optimus.

Em junho de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 100 milhões de euros, com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Comercial Português. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão, o papel comercial de 100 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedido à Zon Optimus.

A taxa de juro média dos programas de emissão de papel comercial, no período, foi de 4,26% (1,25% em 2012).

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

Em 30 de setembro de 2013, os principais condicionalismos financeiros (covenants) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em maio de 2013, no montante total de 20 milhões de euros, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral, e que estabelece a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de Negative pledge, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das material subsidiaries e obrigam à manutenção de controlo sobre a WeDo USA (no caso do empréstimo bancário desta empresa). As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 30 de setembro de 2013 e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de uma linha de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de conta corrente ou autorização de descoberto em conta, no montante de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos, geralmente, até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão, foi cedida à Zon Optimus, uma linha de crédito bancário de curto prazo do Banco Popular, de 10 milhões de euros.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas, papel comercial e para o empréstimo bancário da WeDo Américas classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses	Entre 60 e 72 meses
2013						
Empréstimo obrigacionista:						
Amortização	-	-	20.000.000	-	-	-
Juros	973.333	973.333	666.667	-	-	-
Papel comercial:						
Amortização	-	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos:						
Amortização	-	1.009.732	1.009.732	1.009.732	1.009.732	1.009.732
Juros	178.341	128.797	100.694	72.081	43.664	9.289
	1.151.674	2.111.862	21.777.093	1.081.813	1.053.396	1.019.021
2012						
Empréstimo obrigacionista:						
Amortização	-	-	160.000.000	-	-	-
Juros	5.840.402	5.840.402	3.160.802	-	-	-
Papel comercial:						
Amortização	-	-	30.000.000	-	-	-
Juros	1.176.822	1.176.822	976.924	-	-	-
	7.017.224	7.017.224	194.137.726	-	-	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a três anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no período findo em 30 de setembro de 2012.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, as linhas de crédito disponíveis pelo grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
2013						
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	900.000	14.100.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.553.526	5.553.526	-	x	x
Outras	Diversos	-	311.651	-	x	
		41.553.526	26.765.177	15.100.000		
2012 (reexpresso)						
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Papel comercial	25.000.000	-	25.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	5.000.000	-	5.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Sonaecom	Contas correntes caucionadas	16.500.000	7.396.000	9.104.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados*	10.000.000	9.996.000	4.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	1.639.000	861.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.800.500	5.800.500	-		x
Outras	Diversos	-	1.551.408	-	x	
		449.800.500	396.382.908	54.969.000		

* Pode também ser utilizado sob a forma de Papel comercial.

Em 30 de setembro de 2013 e 2012 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 83.091 euros e 17.627.484 euros, respetivamente. Esta variação deve-se ao desreconhecimento dos passivos referentes às empresas do setor das telecomunicações (Nota 3.d)).

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 30 de setembro de 2013 e 2012 era o seguinte:

	2013		2012 (reexpresso)	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2012	-	-	922.888	505.548
2013	24.936	22.195	4.160.429	3.184.842
2014	75.037	69.517	3.269.885	2.434.796
2015	39.687	36.691	3.136.721	2.431.723
2016 e seguintes	30.823	29.651	14.644.155	11.895.256
	170.483	158.054	26.134.078	20.452.165
Juros	(12.429)	-	(5.681.912)	-
	158.054	158.054	20.452.166	20.452.165
Parcela curto prazo (Nota 18)	-	(74.963)	-	(2.824.681)
	158.054	83.091	20.452.166	17.627.484

17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo inicial (reexpresso)	Reforço	Redução	Utilização e Transferências	Unidades descontinuadas (Nota 3.d))	Saldo final
2013						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	82.895.444	18.487.062	(5.393.874)	(18.280.844)	(73.162.600)	4.545.188
Perdas de imparidade acumuladas em inventários	4.377.789	466.664	(1.970.000)	(520.824)	(2.303.629)	50.000
Provisões para outros riscos e encargos	43.673.340	2.515.296	(4.322.952)	(2.358.501)	(35.247.971)	4.259.212
	130.946.573	21.469.022	(11.686.826)	(21.160.169)	(110.714.200)	8.854.400
2012 (reexpresso)						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	78.502.541	17.851.909	(790.438)	(15.884.818)	-	79.679.194
Perdas de imparidade acumuladas em inventários	12.801.233	1.860.309	(201.668)	(8.230.416)	-	6.229.458
Provisões para outros riscos e encargos	48.563.051	2.384.328	(1.533.876)	(4.443.783)	-	44.969.720
	139.866.825	22.096.546	(2.525.982)	(28.559.017)	-	130.878.372

O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 819.686 euros (1.193.709 euros em 2012) registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21), o montante de 275.000 euros relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c)), o montante de 264.220 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão anteriormente criada para desmantelamento de sites, e ainda, o montante de 50.966 euros (41.882 euros em 2012) registado, na demonstração de resultados, em 'Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente', relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial da SIRS (Nota 20).

A redução das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 60.008 euros (271.942 euros em 2012) registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21).

O reforço e a redução relativos a 'Perdas de imparidade acumuladas em inventários' encontram-se registados na demonstração de resultados, em 'Custo das Vendas' (Nota 1.i)).

As utilizações e transferências referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes e inventários com imparidade da filial Optimus - Comunicações S.A., integralmente objeto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados.

A 30 de setembro de 2013 e 2012, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2013	2012
Contingências diversas	2.640.353	4.286.476
Processos judiciais em curso	423.148	2.126.832
Desmantelamentos	262.361	22.876.101
Indemnizações a liquidar	-	665.551
Outras responsabilidades	933.350	15.014.760
	4.259.212	44.969.720

A 30 de setembro de 2013, o valor das provisões para desmantelamentos encontra-se registado pelo valor presente tendo em consideração a data de utilização das mesmas, de acordo com a IAS 37 - 'Provisões, Passivos e Ativos Contingentes'.

A rubrica de 'Contingências diversas' diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

A rubrica 'Outras responsabilidades' corresponde sobretudo ao valor de custos imputados ao período corrente ou a períodos passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.r)), no montante de cerca de 605 mil euros (cerca de 12 milhões de euros em 2012). A variação deve-se ao desreconhecimento das provisões referentes à Optimus Comunicações S.A., à Be Artis e à Be Towering (Nota 3.d)).

Os montantes referentes a provisões e perdas de imparidade acumuladas a agosto de 2013 relativas a empresas dos setor das telecomunicações, foram desreconhecidos na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon pelo que se encontram refletidos na coluna 'Unidades descontinuadas (Nota 3 d))'.

18. Outros passivos financeiros

Em 30 de setembro de 2013, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 74.963 euros (2.824.681 euros em 2012) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 16).

19. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2013	2012 (reexpresso)
Subcontratos	17.767.406	16.309.693
Rendas e alugueres	4.328.024	4.682.235
Deslocações e estadas	3.562.014	2.707.200
Trabalhos especializados	2.554.145	1.709.679
Publicidade e propaganda	2.396.516	2.159.465
Comissões	1.195.524	1.041.825
Honorários	961.998	989.444
Comunicação	432.932	412.733
Eletricidade	288.089	161.002
Conservação e reparação	184.201	421.153
Outros	846.277	891.235
	34.517.126	31.485.664

Os compromissos assumidos em 30 de setembro de 2013 e 2012 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2013	2012 (reexpresso)
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2012	-	1.373.383
2013	1.194.425	2.439.433
2014	2.611.639	1.471.317
2015	2.018.706	893.858
2016	1.491.587	483.542
2017 e seguintes	1.563.829	215.915
Renováveis por 1 ano	1.479.230	1.436.513
	10.359.416	8.313.961

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013 foram reconhecidos 3.863.631 euros (4.540.088 euros, em 2012) na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, registados na rubrica 'Rendas e alugueres'.

20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2013	2012 (reexpresso)
Resultados financeiros relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente:		
Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente (Nota 8 e 17)	2.171.795	392.415
	2.171.795	392.415
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos relativos a Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	9.147.395	-
	9.147.395	-
Custos financeiros:		
Juros suportados:	(10.162.489)	(10.226.169)
Empréstimos bancários	(9.595.770)	(10.055.950)
Juros de leasing	(4.275)	(2.177)
Outros juros	(562.444)	(168.042)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(515.428)	(1.127.561)
Outros custos financeiros	(369.820)	(454.671)
	(11.047.737)	(11.808.401)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	6.414.468	1.192.957
Diferenças de câmbio favoráveis	509.040	663.755
Outros proveitos financeiros	16.920	42.901
	6.940.428	1.899.613

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria e ainda o montante de 4.674.111 recebidos da Unitel em sequência da alienação a esta entidade de suprimentos concedidos à ZOPT (Nota 8).

21. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2013	2012 (reexpresso)
Imposto corrente	(8.625.225)	635.165
Provisão para impostos liquida da redução (Nota 17) (a)	(759.678)	(887.692)
Imposto diferido ativo (Nota 11) (a)	5.602.052	69.169
Imposto diferido passivo (Nota 11) (a)	1.030.146	-
	(2.752.705)	(183.358)

(a) Para o período findo em 30 de setembro de 2012, o movimento refletido nestas rubricas foi calculado no pressuposto da saída das empresas do setor das telecomunicações em 1 janeiro de 2012

	Transações durante o período findo em 30 de setembro de 2013			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	150	-	(224.035)	-
Subsidiárias				
Infosystems	129.418	934.180	-	371.514
Unipress	158.692	500.471	-	-
Outras partes relacionadas				
Be Artis	879.711	78.691	-	7.200
MDS	504.641	-	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	585.926	219.756	-	94.360
Optimus	262.167	504.914	-	9.912
Raso Viagens	126.288	933.754	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	990.308	-	-	-
Sierra Portugal	3.873.601	14.686	-	-
Sonae Indústria PCDM	884.426	-	-	-
Sonae Investments BV	-	-	6.606	-
Sonaecenter II	6.627.163	543.533	-	-
Zon Optimus	-	(526.753)	1.467.571	-
	15.022.491	3.203.232	1.250.142	482.986

	Transações durante o período findo em 30 de setembro de 2012 (reexpresso)			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 20)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	(23.038)	4.500	274.803	-
Subsidiárias				
Infosystems	-	426.609	-	-
Unipress	8.063	516.559	-	-
Outras partes relacionadas				
MDS	426.377	-	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	638.919	444.543	-	161.664
Raso Viagens	140.185	463.247	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	889.869	113	-	-
Sierra Portugal	3.599.637	(249.717)	-	-
Sonae Indústria PCDM	818.598	(5.150)	-	-
Sonae Investments BV	-	-	700.045	-
Sonaecenter II	7.004.762	338.500	-	-
	13.503.372	1.939.204	974.848	161.664

Durante o exercício de 2012, o Grupo celebrou um contrato com a Sonae SGPS S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonaecom para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonaecom e no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo, pelo preço de 1,184 Euros, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonaecom procedeu ao pagamento à Sonae SGPS, S.A. do montante de 3.291.520 Euros.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, a Sonaecom reembolsou parcialmente o valor de aquisição do contrato, no montante de 2.799.082 Euros.

As transações efetuadas entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

23. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de setembro de 2013 e 2012, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2013	2012
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso de IVA	5.955.731	5.955.731
WeDo	Espírito Santo Bank	Empréstimo bancário (Nota 15)	5.651.611	5.902.939
Optimus, Sontária, Sonaecom e Público	Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC, IS, IVA, RF	2.714.853	8.461.628
We Do e WeDo Egípto	Digi Tecomunications; Emirates Telecom. Corp.; Group Etisalat; Scotia Leasing Panama; Pak Telecom Mobile	Boa execução de trabalhos a realizar	1.210.153	1.165.619
We Do, Saphety e Digitmarket	IAPMEI	Projeto 'HERMES' e projeto 'Value4cuopons' - QREN	392.707	417.797
Optimus	ICP - ANACOM	Aquisição do espectro para 4ª geração	-	30.000.000
Optimus	Câmara Municipal de Barcelos, Chaves, Coimbra, Elvas, Lisboa, Mealhada, Deiras e Sintra	Boa execução de trabalhos a realizar	-	124.329
Várias	Outros		202.795	1.076.756
			16.127.850	53.104.799

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 10.529.619 euros.

Em 30 de setembro de 2013, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

24. Informação por segmentos

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o threshold quantitativo (conforme previsto na IFRS 7).

O segmento denominado 'Atividades de Holding', engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, e em resultado da concretização da operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS na Zon (Nota 3.d)) o segmento de telecomunicações foi classificado como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 30 de setembro de 2012 para refletir numa quantia única, na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de setembro de 2013 e 2012, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Telecomunicações		Multimídia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Sub-Total		Eliminações		Total	
	set-13	set-12 (reexpresso)	set-13	set-12 (reexpresso)	set-13	set-12 (reexpresso)	set-13	set-12 (reexpresso)	set-13	set-12 (reexpresso)	set-13	set-12 (reexpresso)	set-13	set-12 (reexpresso)
Proveitos:														
Vendas e Prestações de serviços	-	-	13.783.926	15.642.446	83.813.890	76.969.796	2.471.937	2.885.329	100.069.753	95.497.571	(13.297.642)	(17.217.001)	86.772.111	78.280.570
Redução de provisões	-	-	139.000	-	21.882	24.677	706	-	161.588	24.677	-	-	161.588	24.677
Outros proveitos operacionais	-	-	296.883	256.861	1.911.072	809.455	82.875	31.203	2.290.830	1.097.519	71.572	(79.728)	2.362.402	1.017.791
Total de proveitos	-	-	14.219.809	15.899.307	85.746.844	77.803.928	2.555.518	2.916.532	102.522.171	96.619.767	(13.226.070)	(17.296.729)	89.296.101	79.323.038
Amortizações e depreciações	-	-	(672.317)	(896.547)	(3.863.438)	(3.717.594)	(52.215)	(511/6)	(4.587.970)	(4.665.317)	(654.329)	(3.845.119)	(5.242.299)	(8.510.436)
Provisões e perdas de imparidade	-	-	-	(125.209)	(901.382)	(357.697)	(94.354)	(15.387)	(995.736)	(498.293)	-	-	(995.736)	(498.293)
Resultado operacional do segmento	-	-	(1.939.919)	(4.046.403)	6.531.718	3.501.329	(1.093.985)	(441.026)	3.497.814	(986.100)	(6.154.922)	(11.076.960)	(2.657.108)	(12.063.060)
Juros obtidos	-	-	17.859	37.087	359.365	133.785	23.179.184	8.345.916	23.556.408	8.516.788	(17.141.940)	(7.323.831)	6.414.468	1192.957
Juros suportados	-	-	(344.828)	(296.769)	(856.370)	(727.835)	(10.053.755)	(10.322.918)	(11.254.953)	(11.347.522)	1.092.464	1.121.353	(10.162.489)	(10.226.169)
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	9347.395	-	-	-	-	-	9347.395	-
Ganhos e perdas em associadas	-	-	129.064	176.744	102.286	215.671	1.940.445	-	2.171.795	392.415	-	-	2.171.795	392.415
Outros resultados financeiros	-	-	(3.599)	7.183	(86.960)	(574.952)	(144.926.210)	71.363.345	(145.016.769)	70.795.576	144.657.481	(716.711.52)	(359.288)	(875.576)
Impostos sobre o rendimento	-	-	466.762	1.082.102	(1.824.560)	(2.111.099)	(1.327.529)	633.578	(2.685.327)	(395.419)	(67.378)	212.061	(2.752.705)	(183.358)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas	-	-	(1.803.725)	(3.216.800)	4.065.193	221.229	(134.222.295)	69.578.895	(131.960.827)	66.583.324	133.762.895	(88.346.115)	1.802.068	(21.762.791)
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	66.244.220	85.673.820	-	-	-	-	-	-	66.244.220	85.673.820	-	-	66.244.220	85.673.820
Atribuível:														
Acionistas da empresa mãe	66.244.220	85.673.820	(1.803.725)	(3.216.800)	4.085.672	234.270	(134.222.295)	69.578.895	(131.940.348)	66.596.365	199.999.761	(2.694.257)	68.059.913	63.902.108
Interesses sem controlo	-	-	-	-	(20.479)	(13.042)	-	-	(20.479)	(13.042)	7.354	21.963	(13.125)	8.921
Ativos:														
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	-	966.983.534	3.634.494	3.782.937	76.842.840	75.598.796	279.328	312.516	80.756.662	79.694.249	(31.598.651)	1.410.785.314	49.158.011	1.490.479.563
Inventários	-	13.464.209	388.187	569.877	171.859	248.586	-	-	560.046	818.463	(50.177)	13.419.446	509.869	14.237.909
Investimentos financeiros	-	-	212.954	209.829	889.785	2.494	806.028.568	1.058.499.704	807.131.307	1.058.712.027	(91.446.900)	(1.057.220.579)	715.684.407	1.491.448
Outros ativos não correntes	-	90.496.802	3.570	3.570	5.863.533	8.717.119	172.830.711	492.335.976	178.697.814	501.056.665	(172.232.600)	(404.057.874)	6.465.214	96.998.791
Outros ativos correntes do segmento	-	231.117.369	6.062.077	6.734.705	49.272.134	47.579.537	215.732.004	131.572.026	271.066.215	185.886.268	(11.671.437)	111.503.118	259.394.778	297.389.386
Passivos:														
Passivos do segmento	-	794.493.539	15.631.178	19.285.577	67.955.515	79.744.613	39.355.234	394.633.176	122.941.927	493.663.366	(30.364.172)	336.914.721	92.577.755	830.578.087
CAPEX	-	100.808.134	364.789	553.779	4.469.208	11.727.956	24.857.957	21.738.810	29.691.954	34.020.545	(25.276.580)	(31.876.877)	4.415.374	2.143.668

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding
2013			
Telecomunicações	46.858	9.754.292	2.077.959
Multimédia	-	34.032	105.610
Sistemas de Informação	294	-	215.928
Atividades de Holding	2.400	5.182	-
Clientes externos	13.734.374	74.020.384	72.440
	13.783.926	83.813.890	2.471.937
2012 (reexpresso)			
Telecomunicações	-	12.128.763	2.480.336
Multimédia	-	92.119	128.677
Sistemas de Informação	15.162	-	266.399
Atividades de Holding	3.574	1.875	-
Clientes externos	15.623.710	64.747.039	9.917
	15.642.446	76.969.796	2.885.329

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, as vendas e prestações de serviços dos diversos segmentos foram obtidas predominantemente no mercado português, representando este mercado mais de 90% do rédito para os segmentos de Multimédia e Atividades de Holding.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, também para o segmento Sistemas de Informação o mercado português é preponderante, representando 53,1% do rédito (53,3% em 2012) seguido dos mercados brasileiro e americano, representando 7,9% e 7,1% do rédito (7,2 % e 8,1% em 2012), respetivamente.

25. Unidades descontinuadas

O detalhe do valor das operações descontinuadas pode ser detalhado como se segue:

Resultado líquido do período de operações descontinuadas	27 de agosto de 2013	30 de setembro de 2012
Vendas	18.822.654	21.127.304
Prestações de serviços	440.084.032	516.382.599
Outros proveitos operacionais	6.045.835	5.718.680
	464.952.521	543.228.583
Custo das vendas	(21.479.154)	(30.323.598)
Fornecimentos e serviços externos	(229.074.114)	(256.653.800)
Custos com o pessoal	(30.726.186)	(35.741.357)
Amortizações e depreciações	(93.347.815)	(101.891.999)
Provisões e perdas de imparidade	(8.852.793)	(16.449.980)
Outros custos operacionais	(9.723.657)	(10.204.230)
	(393.203.719)	(451.264.964)
Outros custos financeiros	(2.092.284)	(2.494.890)
Outros proveitos financeiros	2.697.674	3.122.449
Resultados correntes	72.354.192	92.591.178
Imposto sobre o rendimento	2.839.693	(6.917.358)
	75.193.885	85.673.820
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 3.d))	(8.949.665)	-
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	66.244.220	85.673.820

26. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao grupo (68.046.288 euros em 2013 e 63.911.029 euros em 2012) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, deduzidas das ações próprias (361.029.826 em 2013 e 359.146.641 em 2012).

27. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 30 de setembro de 2013, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Período de Diferimento			30 setembro 2013	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonaecom					
Plano 2009	1,685	10-mar-10	08-mar-13**	-	-
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	39	436.151
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	40	496.745
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	41	372.158
Ações Sonae SGPS					
Plano 2009	0,761	10-mar-10	08-mar-13	-	-
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	2	214.640
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	419.985
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	163.966
Ações Zon Optimus SGPS					
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	2	56.997
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	2	79.696
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	2	60.285

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS;

** Plano cujo vencimento parcial foi antecipado para 27-dez-12.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações Zon Optimus. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS		Ações Zon Optimus SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2012:						
Ainda diferidas	731	6.249.578	18	1.488.252	-	-
Total	731	6.249.578	18	1.488.252	-	-
Movimentos no período:						
Atribuídas	346	2.335.126	7	359.443	-	-
Vencidas	(4)	(247.423)	(4)	(342.242)	-	-
consolidação	(946)	(6.898.655)	(12)	(410.509)	-	-
Canceladas / extintas / corrigidas/ transferidas ⁽¹⁾	(7)	(133.572)	(3)	(296.353)	6	196.978
Saldo a 30 setembro 2013:						
Ainda diferidas	120	1.305.054	6	798.591	6	196.978
Total	120	1.305.054	6	798.591	6	196.978

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos 2010 e 2012 de ações Sonaecom, SGPS, S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. Para o plano de 2011, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, sendo a responsabilidade calculada com base no preço fixado no contrato. A responsabilidade dos três planos foi registada na rubrica 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Para os planos de ações Sonae SGPS, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. Para os planos Zon Optimus SGPS, a responsabilidade é calculada com base na cotação das ações no último dia do período. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS			Ações Sonaecom
	Plano 2010	Plano 2011	Plano 2012	Plano 2011
Valor nominal	257.574	323.727	268.451	492.439
Maturidade	mar-14	mar-15	mar-16	dez-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2			
Método de valorização	Custo atual de substituição			
Justo valor*	121.467	392.825	78.642	408.723

* Utilizada a cotação de 30 de setembro no apuramento do justo valor.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de setembro de 2013, são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Ações Zon Optimus SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	31.655.399	4.213.815	129.532	35.998.746
Custos reconhecidos no período	2.667.721	172.406	148.448	2.988.575
Saída de empresas do perímetro de consolidação	(4.886.747)	(104.976)	-	(4.991.723)
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(28.024.748)	(3.788.762)	-	(31.813.510)
Custos dos planos exercidos no período	(493.653)	(258.747)	-	(752.400)
Total de custos dos Planos	917.972	233.736	277.980	1.429.688
Responsabilidade dos Planos	1.326.695	826.671	277.980	2.431.346
Justo valor dos Contratos de cobertura	(408.723)	(592.935)	-	(1.001.658)
Registados em 'Caixa e equivalentes de caixa' (1)	-	-	(43.048)	(43.048)
Registados em 'Outros passivos correntes'	2.848	116.855	154.390	274.093
Registados em 'Outros passivos não correntes'	3.951	116.881	166.638	287.470
Registado em Reservas	911.173	-	-	911.173

(1) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

28. Eventos subsequentes

A 23 de outubro de 2013, a Goldman Sachs Group, Inc. passou a deter uma participação qualificada no capital social da Sonaecom por ter adquirido 7.780.349 ações representativas de 2,12% do capital.

A 29 de outubro de 2013, a Sonaecom lançou uma oferta pública parcial e voluntária de aquisição de um máximo de 88.479.803 ações representativas de 24,16% do seu próprio capital social. Esta operação surge após a conclusão da fusão entre a Optimus SGPS, S.A. e a Zon Multimédia, SGPS, S.A., da qual resultou a Zon Optimus SGPS, S.A., tendo a Sonaecom, na qualidade de acionista da Optimus, passado a deter diretamente 37.489.324 ações representativas de 7,28% do capital social e dos direitos de voto da Zon Optimus e uma participação de 50% na Zopt, SGPS, S.A. detentora, por sua vez, de uma participação correspondente a 50,01% do capital social e dos direitos de voto da Zon Optimus.

A Sonaecom pretende assim conferir a opção aos seus acionistas de alienar, em condições de igualdade, as suas ações nesta Sociedade, por contrapartida da entrega das 37.489.324 ações Zon Optimus detidas diretamente que, não sendo necessárias à prossecução da atividade da Sociedade, permitem a exposição direta dos acionistas à Zon Optimus, ativo de referência do portfólio da Sonaecom.

A Sonaecom oferece um preço global equivalente a 2,45 euros por ação Sonaecom, composto por entrega de ações Zon Optimus e de um montante remanescente em dinheiro, se aplicável, que representa para os acionistas aceitantes da Oferta um prémio, por ação Sonaecom, de cerca de: 10% sobre a cotação de fecho de dia 28 de outubro de 2013 e sobre a média ponderada da cotação de fecho dos 30 dias anteriores; 24% por referência à média ponderada da cotação de fecho da ação Sonaecom nos anteriores 90 dias; e 17%, considerando a média dos target prices da ação Sonaecom de 2,10 euros. Para efeitos de determinação da relação de troca entre ações Sonaecom e ações Zon Optimus, relevou-se a média ponderada da cotação de fecho das ações Zon Optimus nas 5 últimas sessões de mercado regulamentado, de 5,08 euros por ação Zon Optimus.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 11 de novembro de 2013.

Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Franck Emmanuel Dangeard
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Gervais Gilles Pellissier
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Jean-François René Pontal
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Rui José Silva Goncalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

Empresas do grupo Sonae/Efanor/Zon	
3DO Holding GmbH	BA Capital, SGPS, SA
3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	BB Food Service, S.A.
8ª Avenida Centro Comercial, SA	Be Artis-C.C.G.R.C., S.A.
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	Be Towering-Gestão Torres Telecomunicações
Adlands B.V.	Beralands BV
Aegean Park, S.A.	Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	BHW Beeskow Holzwerkstoffe
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Big Picture 2 Films, S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Bloco Q - Sociedade Imobiliária, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Bloco W - Sociedade Imobiliária, S.A.
Airone - Shopping Center, Srl	Boavista Shopping Centre BV
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	BOM MOMENTO - Comércio Retalista, SA
ALEXA Administration GmbH	Caixanet - Telecomunicações e Telemática, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Canal 20 TV, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
Algarveshopping - Centro Comercial, S.A.	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo, S.A.
Alpêssego - Soc. Agrícola, S.A.	Cascaishopping - Centro Comercial, S.A.
Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Apor - Agência para a Modernização do Porto	CCCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, SA
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Centro Colombo - Centro Comercial, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.
ARP Alverca Retail Park, SA	Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, S.A.
Arrábidasshopping - Centro Comercial, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Chão Verde - Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Atlantic Ferries - Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
Avenida M - 40 B.V.	Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.
Avenida M - 40, S.A.	Coimbrashopping - Centro Comercial, S.A.
Azulino Imobiliária, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
BA Business Angels, SGPS, SA	Companhia de Pesca e Comércio de Angola (Cosal), SARL (a)

Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
Contibomba – Comérc.Distr.Combustíveis, S.A.	GHP GmbH
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Continente Hipermercados, S.A.	Glunz AG
Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A.	Glunz Service GmbH
Cooper Gay Swett & Crawford Lt	Glunz UK Holdings Ltd
Craiova Mall BV	Glunz Uka GmbH
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	GMET, ACE
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Darbo S.A.S	Grafilme - Sociedade Impressora de Legendas, Lda. (a)
Deutsche Industrieholz GmbH	Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Discovery Sports, SA	Harvey Dos Iberica, S.L.
Distodo - Distribuição e Logística, Lda. ("Distodo")	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Dortmund Tower GmbH	HighDome PCC Limited
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Iberian Assets, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dreamia – Serviços de Televisão, S.A.	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dreamia Holding B.V.	Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Ecociclo II	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Emfísico Boavista	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Empracine - Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imopeninsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
Farmácia Seleção, S.A.	Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A.
Fashion Division Canárias, SL	Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
Fashion Division, S.A.	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Filmes Mundáfrica, SARL (a)	Imosona II
FINSTAR - Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Implantação – Imobiliária, S.A.
Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infofield – Informática, S.A.
Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.	Infratroia, EM
Frieengineering International Ltda	Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Inparvi SGPS, S.A.
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum - Energia, SA
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Integrum Colombo Energia, S.A.
Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.	Integrum Martim Longo - Energia, S.A.

<p> Integrum Vale do Tejo – Energia, SA Interlog – SGPS, S.A. Invesaude - Gestão Hospitalar S.A. Ioannina Development of Shopping Centres, SA Isoroy SAS La Farga – Shopping Center, SL Laminate Park GmbH Co. KG Land Retail B.V. Larim Corretora de Resseguros Ltda Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A. Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A. LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl Libra Serviços, Lda. Lidergraf – Artes Gráficas, Lda. Loop5 Shopping Centre GmbH Loureshopping – Centro Comercial, S.A. Lusitânia - Companhia de Seguros, S.A ("Lusitânia Seguros") Lusitânia Vida - Companhia de Seguros, S.A ("Lusitânia Vida") Lusomundo - Sociedade de investimentos imobiliários SGPS, SA Lusomundo España, SL Lusomundo Imobiliária 2, S.A. Lusomundo Moçambique, Lda. Luz del Tajo – Centro Comercial S.A. Luz del Tajo B.V. Madeirashopping – Centro Comercial, S.A. MaiaShopping – Centro Comercial, S.A. Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda Marcas MC, ZRT Marina de Tróia S.A. Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A. Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A. MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda MDS Africa SGPS, S.A. MDS Consultores, S.A. MDS Corretor de Seguros, S.A. MDS Malta Holding Limited MDS SGPS, SA MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA Megantic BV MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A. Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda </p>	<p> Modalfa – Comércio e Serviços, S.A. MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A. Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A. Modelo Continente Hipermercados, S.A. Modelo Continente Intenational Trade, SA Modelo Hiper Imobiliária, S.A. Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A. Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A. Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda MSTAR, SA Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A. Munster Arkaden, BV Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A. Norteshopping – Centro Comercial, S.A. Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV Nova Equador Internacional, Ag.Viag.T., Ld Nova Equador P.C.O. e Eventos Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A. Optimus-Comunicações SA OSB Deustchland GmbH PantheonPlaza BV Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A. Pareuro, BV Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A. Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A. Parque D. Pedro 1 B.V. Parque D. Pedro 2 B.V. Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A. Parque Principado SL Pátio Boavista Shopping Ltda. Pátio Campinas Shopping Ltda Pátio Goiânia Shopping Ltda Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda Pátio Penha Shopping Ltda. Pátio São Bernardo Shopping Ltda Pátio Sertório Shopping Ltda Pátio Uberlândia Shopping Ltda PER-MAR- Soc. De Construção, SA Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A. PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A. PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda Plaza Éboli B.V. Plaza Éboli – Centro Comercial S.A. Plaza Mayor Holding, SGPS, SA Plaza Mayor Parque de Ócio BV </p>
---	--

Plaza Mayor Parque de Ocio, SA Plaza Mayor Shopping BV Plaza Mayor Shopping, SA Ploi Mall BV Plysorol, BV Poliface North America PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA Porturbe - Edifícios e Urbanizações, S.A. Praedium - Serviços, S.A. Praedium II - Imobiliária, S.A. Praedium SGPS, S.A. Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A. Prédios Privados Imobiliária, S.A. Predisedas - Predial das Sedas, S.A. Pridelease Investments, Ltd Proj. Sierra Germany 4 (four) - Sh.C.GmbH Proj.Sierra Germany 2 (two) - Sh.C.GmbH Proj.Sierra Italy 1 - Shop.Centre Srl Proj.Sierra Italy 3 - Shop. Centre Srl Proj.Sierra Italy 5 - Dev. Of Sh.C.Srl Project SC 1 BV Project SC 2 BV Project Sierra 2 B.V. Project Sierra 6 BV Project Sierra 7 BV Project Sierra 8 BV Project Sierra 9 BV Project Sierra Brazil 1 B.V. Project Sierra Charagionis 1 S.A. Project Sierra Four, SA Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV Project Sierra Spain 1 B.V. Project Sierra Spain 2 - Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 2 B.V. Project Sierra Spain 3 - Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 3 B.V. Project Sierra Spain 6 B.V. Project Sierra Spain 7 B.V. Project Sierra Three Srl Project Sierra Two Srl Promessa Sociedade Imobiliária, S.A. Prosa - Produtos e serviços agrícolas, S.A.	Puravida - Viagens e Turismo, S.A. Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A. RASO - Viagens e Turismo, S.A. RASO, SGPS, S.A. Reval-PM Marketing and Consultant, Inc Rio Sul - Centro Comercial, S.A. River Plaza Mall, Srl River Plaza, BV Rochester Real Estate, Limited RSI Corretora de Seguros Ltda S.C. Microcom Doi Srl Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, S.A. SC - Consultadoria, S.A. SC - Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A. SC Aegean B.V. SC Assets SGPS, S.A. SC Finance BV SC Mediterraneum Cosmos B.V. SC, SGPS, SA SCS Beheer, BV SDSR - Sports Division 2, S.A. Selfrio,SGPS, S.A. Selifa - Empreendimentos Imobiliários, S.A. Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A. Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda Serra Shopping - Centro Comercial, S.A. Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, S.A. Sete e Meio - Invest. Consultadoria, S.A. Sete e Meio Herdades - Inv. Agr. e Tur., S.A. Shopping Centre Parque Principado B.V. Shopping Penha B.V. Siaf - Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A. SIAL Participações Ltda Sierra Asia Limited Sierra Asset Management - Gest. Activos, S.A. Sierra Berlin Holding BV Sierra Central S.A.S Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A. Sierra Charagionis Propert.Management S.A. Sierra Corporate Services Holland, BV Sierra Development Greece, S.A. Sierra Developments Germany GmbH Sierra Developments Holding B.V.
---	--

Sierra Developments Italy S.r.l.	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra Developments Romania, Srl	Sonae Capital, SGPS, S.A.
Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL	Sonae Center II S.A.
Sierra Developments, SGPS, S.A.	Sonae Center Serviços, S.A.
Sierra Enplanta Ltda	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Sonae Indústria – SGPS, S.A.
Sierra GP Limited	Sonae Industria de Revestimentos, S.A.
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae Indústria Manag. Serv, SA
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Investimentos, SGPS, SA
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae RE, S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.
Sierra Italy Holding B.V.	Sonae SGPS, S.A.
Sierra Management Germany GmbH	Sonae Sierra Brasil S.A.
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Management Romania, Srl	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.	Sonae Tafibra Benelux, BV
Sierra Management, SGPS, S.A.	Sonae Turismo – SGPS, S.A.
Sierra Portugal, S.A.	Sonae UK, Ltd.
Sierra Project Nürnberg B.V.	Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos
Sierra Real Estate Greece B.V.	SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
Sierra Services Holland 2 B.V.	Sondis Imobiliária, S.A.
Sierra Zenata Project B.V.	SONTÁRIA- Empreend. Imobil., SA
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sontel BV
SISTAVAC, S.A.	Sontur BV
SKK – Central de Distr., S.A.	Sonvecap BV
SKK SRL	Sopair, S.A.
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	Sotâqua – Soc. de Empreendimentos Turist
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Spanboard Products, Ltd
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.
Soconstrução BV	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Sodesa, S.A.	Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A.
Soflorin, BV	Sport TV Portugal, S.A.
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Solinca - Eventos e Catering, SA	Sport Zone – Turquia
Solinca - Health and Fitness, SA	Sport Zone Canárias, SL
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Spred, SGPS, SA
Solingen Shopping Center GmbH	Stinnes Holz GmbH
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Tableros Tradema, S.L.
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Somit Imobiliária	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tafibra South Africa

Tafibra Suisse, SA	Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.
Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.	Via Catarina – Centro Comercial, S.A.
Tafisa Canadá Societé en Commandite	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Tafisa France, S.A.	Vistas do Freixo, SA
Tafisa UK, Ltd	Vuelta Omega, S.L.
Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL	Weierstadt Shopping BV
Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS	World Trade Center Porto, S.A.
Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Teliz Holding B.V.	Worten Canárias, SL
Têxtil do Marco, S.A.	Worten España, S.A.
TLANTIC B.V.	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.	ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.
Tlantic Sistemas de Informação Ltdª	Zippy Turquia
Tool GmbH	ZON Audiovisuais, SGPS S.A.
Torre Ocidente Imobiliária, S.A.	ZON Cinemas, SGPS S.A.
Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.	ZON Conteúdos - Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos,
TP – Sociedade Térmica, S.A.	ZON FINANCE B.V.
Troia Market, S.A.	ZON II - Serviços de Televisão S.A. (a)
Tróia Natura, S.A.	ZON III - Comunicações electrónicas S.A. (a)
Troiareort – Investimentos Turísticos, S.A.	ZON Lusomundo Audiovisuais, S.A.
Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	ZON Lusomundo Cinemas, S.A.
Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	ZON Lusomundo TV, Lda.
Turismo da Samba (Tusal), SARL (a)	ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.
Unishopping Administradora Ltda.	ZON Televisão por Cabo, SGPS, S.A.
Unishopping Consultoria Imob. Ltda.	ZON TV Cabo Açoreana, S.A.
Upstar Comunicações S.A.	ZON TV Cabo Madeirense, S.A.
Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.	ZON TV Cabo Portugal, S.A.
Valecenter Srl	ZOPT, SGPS, S.A.
Valor N, S.A.	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.
Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.	ZYEVOOLUTION-Invest.Desenv.,SA.

6.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balanços

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2013 (não auditado)	setembro 2012 (não auditado)	dezembro 2012
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.f) e 2	271.829	311.352	296.504
Ativos intangíveis	1.b) e 3	7.499	1.164	9.310
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	67.393.424	1.083.177.804	1.072.873.096
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1.d) e 6	597.666.944	-	-
Outros ativos não correntes	1.c), 1.n), 4, 8 e 20	171.435.246	499.364.206	521.421.792
Total de ativos não correntes		836.774.942	1.582.854.526	1.594.600.702
Ativos correntes				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	4 e 7	164.953.026	-	-
Outras dívidas de terceiros	1.e), 1.g), 4, 10 e 20	15.840.571	26.923.079	10.115.242
Outros ativos correntes	1.e), 1.n), 4 e 20	1.851.017	979.928	3.687.639
Caixa e equivalentes de caixa	1.e), 1.h), 4, 11 e 20	194.845.181	103.323.630	103.717.414
Total de ativos correntes		377.489.795	131.226.637	117.520.295
Total do ativo		1.214.264.737	1.714.081.163	1.712.120.997
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	12	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.q) e 13	(8.441.804)	(10.381.899)	(6.299.699)
Reservas	1.p)	928.659.184	869.618.634	870.193.067
Resultado líquido do período		(125.040.013)	91.118.652	103.229.835
Total do capital próprio		1.161.424.235	1.316.602.255	1.333.370.071
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.e), 1.i), 1.j), 4, 14.a) e 20	20.240.766	188.796.920	190.239.630
Provisões para outros riscos e encargos	1.l), 1.o) e 15	169.526	70.934	74.959
Outros passivos não correntes	1.n), 1.t), 4 e 23	350.548	104.833	174.176
Total de passivos não correntes		20.760.840	188.972.687	190.488.765
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.e), 1.h), 1.i), 1.j), 4, 14.b) e 20	22.785.582	207.163.568	186.419.026
Outras dívidas a terceiros	1.e), 4, 16 e 20	8.188.339	434.728	828.261
Outros passivos correntes	1.n), 1.t), 4, 20 e 23	1.105.741	907.925	1.014.874
Total de passivos correntes		32.079.662	208.506.221	188.262.161
Total do passivo e capital próprio		1.214.264.737	1.714.081.163	1.712.120.997

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hogley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos e trimestres findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2013 (não auditado)	julho a setembro 2013 (não auditado)	setembro 2012 (não auditado)	julho a setembro 2012 (não auditado)	dezembro 2012
Prestações de serviços	20	2.471.937	709.026	2.885.329	958.471	3.492.234
Outros proveitos operacionais	1g) e 20	83.578	30.335	319	319	319
		2.555.515	739.361	2.885.648	958.790	3.492.553
Fornecimentos e serviços externos	1f), 17 e 20	(1.675.513)	(501.764)	(1.431.164)	(433.638)	(2.044.286)
Custos com o pessoal	1t) e 23	(1.840.888)	(725.491)	(1.745.209)	(548.424)	(2.248.401)
Amortizações e depreciações	1a), 1b), 2 e 3	(52.215)	(17.356)	(51.176)	(16.931)	(68.403)
Provisões e perdas de imparidade	1l) e 15	(92.554)	7.911	(15.387)	-	(15.387)
Outros custos operacionais		(30.057)	(10.786)	(35.434)	(3.185)	(56.689)
		(3.691.227)	(1.247.486)	(3.278.370)	(1.002.178)	(4.433.166)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	5, 8 e 18	(144.243.643)	(166.343.643)	93.118.128	17.847.416	103.388.419
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	5, 7 e 18	9.147.395	9.147.395	-	-	-
Outros custos financeiros	1c), 1j), 1j), 1p), 1s), 14, 18 e 20	(10.703.018)	(3.973.064)	(10.659.222)	(3.467.992)	(14.238.054)
Outros proveitos financeiros	1p), 8, 11, 18 e 20	23.204.283	10.385.848	8.418.890	1.275.197	14.938.191
Resultados correntes		(123.730.695)	(151.291.589)	90.485.074	15.611.233	103.147.943
Imposto sobre o rendimento	1m), 9 e 19	(1.309.318)	(750.451)	633.578	609.777	81.892
Resultado líquido do período		(125.040.013)	(152.042.040)	91.118.652	16.221.010	103.229.835
Resultados por ação	22					
Incluindo operações em descontinuação:						
Básicos		(0,35)	(0,42)	0,25	0,05	0,29
Diluídos		(0,35)	(0,42)	0,25	0,05	0,29
Excluindo operações em descontinuação:						
Básicos		(0,35)	(0,42)	0,25	0,05	0,29
Diluídos		(0,35)	(0,42)	0,25	0,05	0,29

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hopley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações de resultados e outro rendimento integral

Para os períodos e trimestres findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)	Notas	setembro 2013 (não auditado)	julho a setembro 2013 (não auditado)	setembro 2012 (não auditado)	julho a setembro 2012 (não auditado)	dezembro 2012
Resultado líquido do período		(125.040.013)	(152.042.040)	91.118.652	16.221.010	103.229.835
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-	-	-	-
Rendimento integral do período		(125.040.013)	(152.042.040)	91.118.652	16.221.010	103.229.835

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2013										
Saldo em 31 de dezembro 2012	366.246.868	(6.299.699)	775.290.377	7.991.192	650.156	6.299.699	79.961.643	870.193.067	103.229.835	1.333.370.071
Aplicação do resultado líquido de 2012										
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	5.161.492	-	-	98.068.343	103.229.835	(103.229.835)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(43.281.102)	(43.281.102)	-	(43.281.102)
Rendimento integral do período findo em 30 de setembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	(125.040.013)	(125.040.013)
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	354.213	-	-	(406.268)	(354.213)	425.568	(334.913)	-	19.300
Venda de ações próprias às subsidiárias no âmbito dos planos de incentivo de curto prazo	-	3.724	-	-	-	(3.724)	4.723	999	-	4.723
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo	-	-	-	-	165.490	-	-	165.490	-	165.490
Cessação antecipada do derivado sobre ações próprias (Notas 20 e 23)	-	-	-	-	-	-	(1.314.192)	(1.314.192)	-	(1.314.192)
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)	-	-	-	2.500.042	(2.500.042)	-	-	(2.500.042)
Saldo em 30 setembro 2013	366.246.868	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	409.378	8.441.804	131.364.941	928.659.184	(125.040.013)	1.161.424.235

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 23)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2012										
Saldo em 31 de dezembro 2011	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	742.525	13.594.518	106.476.978	904.095.590	(7.960.682)	1.248.787.258
Aplicação do resultado líquido de 2011										
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	-	(7.960.682)	(7.960.682)	7.960.682	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.172.240)	(25.172.240)	-	(25.172.240)
Rendimento integral do período findo em 30 de setembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	91.118.652	91.118.652
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	438.791	-	-	(443.650)	(438.791)	443.650	(438.791)	-	-
Venda de ações próprias às subsidiárias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	4.949.143	-	-	-	(4.949.143)	4.008.619	(940.524)	-	4.008.619
Entrega de ações próprias no âmbito do empréstimo em ações às subsidiárias	-	1.962.514	-	-	-	(1.962.514)	1.962.514	-	-	1.962.514
Devolução de ações próprias no âmbito do empréstimo às subsidiárias	-	(1.962.514)	-	-	-	1.962.514	(1.962.514)	-	-	(1.962.514)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo	-	-	-	-	311.781	-	-	311.781	-	311.781
Derivado sobre ações próprias	-	-	-	-	-	-	(276.500)	(276.500)	-	(276.500)
Aquisição de ações próprias	-	(2.175.315)	-	-	-	2.175.315	(2.175.315)	-	-	(2.175.315)
Saldo em 30 setembro 2012	366.246.868	(10.381.899)	775.290.377	7.991.192	610.656	10.381.899	75.344.510	869.618.634	91.118.652	1.316.602.255

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)	setembro 2013 (não auditado)		setembro 2012 (não auditado)	
Atividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(1.429.754)		(2.146.437)	
Fluxo gerado pelas operações	(1.429.754)		(2.146.437)	
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(4.103.092)		(989.737)	
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	10.107.263		7.222.133	
Fluxo das atividades operacionais (1)		4.574.417		4.085.959
Atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	15.260.284		486.805.537	
Ativos fixos tangíveis	41		267	
Juros e proveitos similares	20.084.727		7.902.638	
Empréstimos concedidos	433.050.000		-	
Dividendos recebidos	24.700.000	493.095.052	78.877.861	573.586.303
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(15.260.284)		(140.318.810)	
Ativos fixos tangíveis	(25.729)		(2.446)	
Empréstimos concedidos	-	(15.286.013)	(295.824.000)	(436.145.256)
Fluxos das atividades de investimento (2)		477.809.039		137.441.047
Atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	13.181.000	13.181.000	27.396.000	27.396.000
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(10.806.106)		(12.364.518)	
Aquisição de ações próprias	(2.500.042)		(2.175.315)	
Empréstimos obtidos	(348.134.744)		(99.815.000)	
Dividendos pagos	(43.281.102)	(404.721.994)	(25.172.240)	(139.527.073)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(391.540.994)		(112.131.073)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		90.842.462		29.395.933
Caixa e seus equivalentes no início do período		103.717.414		61.289.703
Caixa e seus equivalentes no final do período		194.559.876		90.685.636

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hopley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

	setembro 2013 (não auditado)	setembro 2012 (não auditado)
1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais		
a) Outras atividades empresariais		
Alienação da participação na Be Artis à Optimus SGPS	-	455.735.851
Alienação da participação na Sontária à Optimus SGPS	-	9.380.876
Reembolso de prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	7.624.773	3.243.735
Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	6.489.365	3.501.771
Reembolso de prestações acessórias na Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	1.146.146	-
Reembolso de prestações acessórias na Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	-	14.943.304
	15.260.284	486.805.537
b) Outras atividades empresariais		
Aumento de capital social da PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	7.624.774	-
Aumento de capital social do Público - Comunicação Social, S.A.	6.489.365	-
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	1.146.145	-
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	-	14.943.304
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	3.243.735
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos Público - Comunicação Social, S.A.	-	3.501.771
Prestações acessórias na Optimus, SGPS, S.A.	-	106.000.000
Prestações acessórias na Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A.	-	12.580.000
Constituição da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	-	50.000
	15.260.284	140.318.810
c) Dividendos recebidos		
Optimus, SGPS, S.A.	24.700.000	17.434.926
Optimus - Comunicações, S.A.	-	46.726.962
Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A.	-	14.132.500
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	583.473
	24.700.000	78.877.861
2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	1.042	1.532
Depósitos à ordem	43.139	21.098
Aplicações de tesouraria	194.801.000	103.301.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	(285.305)	(12.637.994)
Caixa e seus equivalentes	194.559.876	90.685.636
Depósitos à ordem (saldos credores)	285.305	12.637.994
Disponibilidades constantes do balanço	194.845.181	103.323.630
3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	15.100.000	54.969.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

6.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, SGPS, S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros

para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IAS/IFRS') tal como adotadas pela União Europeia, e tendo em consideração a IAS 34 – 'Relato Financeiro Intercalar'.

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro'.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 30 de setembro de 2013:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)	1-jan-13
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, fontes de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	
IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes)	1-jan-12 (*)
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados' deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS	
IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)	1-jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o 'método do corredor', melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definido.	
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)	1-jul-12
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)	1-jan-13
Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.	
IFRIC 20 (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)	1-jan-13
A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	
IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)	1-jan-13
As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e propõem a permissão da aplicação prospetiva da IAS 20.	

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)	1-jan-13
O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.	
Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12)	1-jan-13
As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.	
(*) De acordo com o regulamento que aprova esta emenda, as entidades deverão aplicar esta norma nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A adoção antecipada é contudo permitida.	
A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.	
As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:	
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13 (**)
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13 (**)
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13 (**)
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas) Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	1-jan-13(**)
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	1-jan-13(**)
IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros) A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	1-jan-14

(**) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida.

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pela empresa no período findo em 30 de setembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-15
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento) Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas exceções, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.	1-jan-14
Alterações ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros) As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um ativo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos ativos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.	1-jan-14

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Alterações ao IAS 39 (Novação de derivativos e continuação da contabilidade de cobertura) O objetivo das alterações propostas é proporcionar uma exceção ao requisito para a interrupção da contabilidade de cobertura da IAS 39 e IFRS 9 em circunstâncias em que um instrumento de cobertura é obrigado a ser novado, como resultado de leis ou regulamentos.	1-jan-14
IFRIC 21 Impostos (Impostos cobrados pelas autoridades públicas a entidades que operam em mercados específicos) Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo (não inclui imposto sobre o rendimento - ver IAS 12 Impostos sobre o Rendimento) deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o fato gerador da obrigação, que dá origem a um passivo, é a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.	1-jan-14

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela empresa no período findo em 30 de setembro de 2013, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 30 de setembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	5-20
Equipamento básico	5-8
Equipamento administrativo	3-8
Equipamento de transporte	4

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias

concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Investimentos em empresas controladas conjuntamente

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas controladas conjuntamente (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

e) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de

Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra

em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

f) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD'), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

g) Outras dívidas de terceiros

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'.

Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica

de 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

i) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

j) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do

ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

k) Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ('cash flow hedges') utilizados normalmente pela empresa respeitam a:

(i) 'swaps' de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos 'swaps' de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos 'swaps' de cobertura de 'cash-flow' é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.

(ii) forward's cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 30 de setembro de 2013 e de 2012, a empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.t).

l) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

m) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 9).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

n) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.I)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

o) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 9 e 15).

p) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de

esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em ações', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. k)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Assim, em 30 de setembro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A, não dispunha de reservas livres distribuíveis.

q) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

r) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2013		2012	
	30 setembro	Média	30 setembro	Média
Libra inglesa	1,1961	1,1740	1,2531	1,2321
Franco suíço	0,8180	0,8121	0,8265	0,8303
Coroa sueca	0,1155	0,1166	0,1184	0,1146
Dólar americano	0,7405	0,7597	0,7734	0,7812

s) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

t) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'. Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma

forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para o plano de 2011 de ações Sonaecom, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. Os restantes planos de ações Sonaecom encontram-se cobertos através da detenção de ações próprias. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a empresa efetuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*'adjusting events'*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*'non adjusting events'*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

v) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

w) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k)).

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais. Sempre que possível, a empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.j)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da empresa é mitigado pelo

efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ('*natural hedge*'); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significativos. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 13) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros, quando tal se entenda necessário. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nomenclais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 13.

Risco de crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

2. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2013
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2012	722.909	46.685	-	171	333.756	104	1.103.625
Adições	-	-	22.060	-	3.669	-	25.729
Alienações	-	-	-	-	(1.040)	-	(1.040)
Saldo final em 30 setembro 2013	722.909	46.685	22.060	171	336.385	104	1.128.314
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2012	486.209	40.497	-	171	280.140	104	807.121
Depreciações do período	31.318	4.583	919	-	13.584	-	50.404
Alienações	-	-	-	-	(1.040)	-	(1.040)
Saldo final em 30 setembro 2013	517.527	45.080	919	171	292.684	104	856.485
Valor líquido	205.382	1.605	21.141	-	43.701	-	271.829

							2012
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2011	721.165	46.325	-	171	333.757	104	1.101.522
Adições	-	360	-	-	-	-	360
Saldo final em 30 setembro 2012	721.165	46.685	-	171	333.757	104	1.101.882
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2011	444.736	33.182	-	171	262.282	104	740.475
Depreciações do período	31.083	5.486	-	-	13.486	-	50.055
Saldo final em 30 setembro 2012	475.819	38.668	-	171	275.768	104	790.530
Valor líquido	245.346	8.017	-	-	57.989	-	311.352

3. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2013
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2012	9.719	190.031	2.373	202.123
Transferências	-	2.373	(2.373)	-
Saldo final em 30 setembro 2013	9.719	192.404	-	202.123
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2012	9.339	183.474	-	192.813
Amortizações do período	380	1.431	-	1.811
Saldo final em 30 setembro 2013	9.719	184.905	-	194.624
Valor líquido	-	7.499	-	7.499

				2012
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2011	9.719	183.623	-	193.342
Saldo final em 30 setembro 2012	9.719	183.623	-	193.342
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2011	8.316	182.741	-	191.057
Amortizações do período	767	354	-	1.121
Saldo final em 30 setembro 2012	9.083	183.095	-	192.178
Valor líquido	636	528	-	1.164

4. Classes de instrumentos financeiros

A 30 de setembro de 2013 e 2012, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2013
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	164.953.026	-	164.953.026	-	164.953.026
Outros ativos não correntes (Nota 8)	171.435.246	-	-	171.435.246	-	171.435.246
	171.435.246	164.953.026	-	336.388.272	-	336.388.272
Ativos correntes						
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	13.526.370	-	-	13.526.370	2.314.201	15.840.571
Outros ativos correntes	-	-	426.305	426.305	1.424.712	1.851.017
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	194.845.181	-	-	194.845.181	-	194.845.181
	208.371.551	-	426.305	208.797.856	3.738.913	212.536.769

						2012
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 6)	-	-	-	-	-	-
Outros ativos não correntes (Nota 8)	499.364.206	-	-	499.364.206	-	499.364.206
	499.364.206	-	-	499.364.206	-	499.364.206
Ativos correntes						
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	23.453.366	-	-	23.453.366	3.469.713	26.923.079
Outros ativos correntes	-	-	817.504	817.504	162.424	979.928
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	103.323.630	-	-	103.323.630	-	103.323.630
	126.776.996	-	817.504	127.594.500	3.632.137	131.226.637

						2013
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 14)	20.240.766	-	20.240.766	-	20.240.766	
Outros passivos não correntes	35.281	-	35.281	315.267	350.548	
	20.276.047	-	20.276.047	315.267	20.591.314	
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 14)	22.785.582	-	22.785.582	-	22.785.582	
Outras dívidas a terceiros (Nota 15)	-	7.889.323	7.889.323	299.016	8.188.339	
Outros passivos correntes	-	796.418	796.418	309.323	1.105.741	
	22.785.582	8.685.741	31.471.323	608.339	32.079.662	

						2012
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 14)	188.796.920	-	188.796.920	-	188.796.920	
Outros passivos não correntes	-	-	-	104.833	104.833	
	188.796.920	-	188.796.920	104.833	188.901.753	
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 14)	207.163.568	-	207.163.568	-	207.163.568	
Outras dívidas a terceiros (Nota 15)	-	316.340	316.340	118.388	434.728	
Outros passivos correntes	-	652.381	652.381	255.544	907.925	
	207.163.568	968.721	208.132.289	373.932	208.506.221	

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos, registrados nas rubricas de outros ativos e passivos correntes e não correntes, foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração da Sonaecom que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado e dos registrados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contábilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, esta rubrica incluía as partes de capital detido em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2013	2012
Sonaetelecom BV	75.009.902	75.009.902
Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	25.020.000
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	11.176.546	3.551.771
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	10.227.595	3.738.230
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Eletrônicos, S.A. ('Miauger')	5.714.245	4.568.100
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')	50.000	50.000
OPTIMUS, SGPS, S.A. ('Optimus SGPS')*	-	1.005.866.218
	179.439.875	1.170.045.808
Perdas de imparidade (Nota 15)	(112.046.451)	(86.868.004)
Total de investimentos em empresas do grupo	67.393.424	1.083.177.804

* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonae Telecom, SGPS, S.A. para OPTIMUS, SGPS, S.A. em outubro de 2012.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2012	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 setembro 2013
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
PCJ	3.551.772	7.624.774	-	-	11.176.546
Público	3.738.230	6.489.365	-	-	10.227.595
Miauger	4.568.100	1.146.145	-	-	5.714.245
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
Optimus SGPS	1.005.866.218	-	(1.005.866.218)	-	-
	1.170.045.809	15.260.284	(1.005.866.218)	-	179.439.875
Imparidades (Nota 15)	(97.197.713)	(10.000)	-	(14.838.738)	(112.046.451)
	1.072.848.096	15.250.284	(1.005.866.218)	(14.838.738)	67.393.424

Empresa	Saldo 31 a dezembro 2011	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 setembro 2012
Optimus SGPS	107.289.987	898.576.231	-	-	1.005.866.218
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Público	494.495	3.243.735	-	-	3.738.230
PCJ	50.000	3.501.771	-	-	3.551.771
Sonaecom SP	-	50.000	-	-	50.000
Optimus	898.576.231	-	(898.576.231)	-	-
Be Artis	8.230.885	14.943.304	(23.174.189)	-	-
Sontária	6.120.239	-	(6.120.239)	-	-
	1.177.601.426	920.315.041	(927.870.659)	-	1.170.045.808
Imparidades (Nota 15)	(80.122.497)	(351.772)	-	(6.393.735)	(86.868.004)
	1.097.478.929	919.963.269	(927.870.659)	(6.393.735)	1.083.177.804

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. ('Sonaecom') efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a Zon Optimus, tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT SGPS, S.A. ('Zopt') (Nota 6). Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8), os quais seriam posteriormente reduzidos para 115 milhões de euros (Notas 8 e 18). Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% da Zon Optimus (Nota 7).

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da Zon Optimus, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da Zon Optimus, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu o investimento na Optimus SGPS no montante de 1.006 milhões de euros e as prestações suplementares no montante de 144,6 milhões de euros (Nota 8). Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros¹ (Nota 6), suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da Zon Optimus (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37.489.324 ações Zon Optimus,

¹ A participação da Zopt de 598 milhões de euros ($598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$) resulta da valorização da participação detida pela Zopt na Zon Optimus em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 2.500 milhões de euros (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão) e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros. Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da Zon Optimus (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da Zon Optimus desde a concretização da fusão até à data deste documento (2.638 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.

representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 7).

Deste modo, em resultado do desreconhecimento da Optimus SGPS, e do reconhecimento dos investimentos na Zopt, Zon Optimus e os suprimentos a receber da Zopt, foi gerada uma menos valia de 167 milhões de euros (Nota 18).

No período findo em 30 de setembro de 2013, os valores de 7.624.774 euros e 6.489.365 de aumentos na PCJ e Público, respetivamente, correspondem a aumentos de capital social e o valor de 1.146.145 euros de aumento na Miauger corresponde a um aumento de capital para cobertura de prejuízos, por conversão de prestações acessórias em capital.

Dado este aumento ter sido compensado por igual diminuição na rubrica "Outros ativos não correntes", a exposição líquida a estes investimentos não sofreu alteração no período findo em 30 de setembro de 2013.

No período findo em 30 de setembro de 2012, a Sonaecom procedeu à alienação da totalidade do capital social das subsidiárias Be Artis e Sontária à Optimus SGPS, empresa totalmente detida pela Sonaecom naquela data. As participações foram alienadas pelo valor de 456 milhões de euros e 9 milhões de euros, respetivamente, incluindo partes de capital, empréstimos e prestações acessórias (Nota 7), tendo sido gerada uma menos valia de cerca de 363 mil euros (Nota 18).

No período findo em 30 de setembro de 2012, os valores de 14.943.304 euros, 3.243.735 euros e 3.501.771 euros de aumentos na Be Artis, Público e PCJ, correspondem a aumentos de capital para cobertura de prejuízos. O valor de 50.000 euros de aumentos na Sonaecom SP corresponde à constituição da empresa Sonaecom – Serviços Partilhados, S.A., integralmente detida pela Sonaecom.

A variação de perdas de imparidade acumuladas, no período findo em 30 de setembro de 2013, resulta do aumento efetuado no montante de 10.000 euros (Nota 15) e da transferência no montante de 14.838.738 euros da rubrica de 'Outros ativos não correntes' (Notas 8 e 15). No período findo em 30 de setembro de 2012, a variação de perdas de imparidade acumuladas resulta essencialmente da transferência, no montante de 6.393.735 euros da rubrica de outros ativos não correntes (Nota 8).

Em setembro de 2012, o aumento ocorrido na Optimus SGPS e a diminuição ocorrida na Optimus referem-se ao aumento do capital social da Optimus SGPS, totalmente subscrito pela Sonaecom, o qual foi realizado na modalidade de entradas em espécie, através da entrega à Optimus SGPS da participação social representativa de 64,14% do capital social da sociedade Optimus – Comunicações, S.A. Após esta operação, a Optimus SGPS (detida a 100% pela Sonaecom naquela data) passou a deter a totalidade do capital da Optimus – Comunicações, S.A..

A empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2013, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.196.165.305 euros, um passivo consolidado de 92.577.755 euros, proveitos operacionais consolidados de 89.296.101 euros e capitais próprios consolidados de 1.103.587.550 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a acionistas da empresa mãe – Sonaecom, SGPS, S.A.) para o período findo em 30 de setembro de 2013, de 68.059.413 euros.

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas diretamente pela empresa é como segue:

Empresa	Sede	2013			2012		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
ZOPT (a) (Nota 6)	Matosinhos	50%	1.249.994.890	(235.110)	-	-	-
Sonae com SI	Maia	100%	86.028.137	1.471.489	100%	74.039.481	35.596.794
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	14.852.751	272.908	100%	14.571.193	(92.727)
PCJ	Maia	100%	2.111.576	198.121	100%	9.992.407	454.178
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	1.613.062	(2.811)	100%	1.614.014	1.387
Miauger	Maia	100%	110.242	(108.612)	100%	(29.002)	(56.368)
Sonaecom SP	Maia	100%	47.526	(2.509)	100%	50.083	83
Público	Maia	100%	(257.434)	(1.649.839)	100%	(3.146.962)	(3.528.732)
Optimus SGPS	Maia	-	-	-	100%	977.340.189	28.538.428

(a) Empresa constituída em dezembro de 2012.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados

pelos respetivos Conselhos de Administração, efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas, taxas de crescimento de cerca de 3%. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das telecomunicações (Zopt), dado se tratar de uma transação recente, não foi feita análise de imparidade.

	Sistemas de Informação	Multimédia
Pressupostos		
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	14,0%	12,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,0%	0,0%

6. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empreendimentos conjuntos e tinha a seguinte composição:

Empresa	2013	2012
ZOPT, SGPS, S.A. ('ZOPT')*	597.666.944	-
	597.666.944	-

*Empresa constituída em dezembro de 2012.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2012	Aumentos (Nota 5)	Diminuições	Transferências	Saldo a 30 setembro 2013
ZOPT	25.000	597.641.944	-	-	597.666.944

7. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon passou a deter ações Zon Optimus registadas ao justo valor através de resultados (Nota 5), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo (Nota 24). Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na Zon Optimus.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o período findo em 30 de setembro de 2013, foram como segue:

					2013
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor	Saldo final
Zon Optimus	-	155.805.631	-	9.147.395	164.953.026

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 18).

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

	2013
Ações	37.489.324
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1
Método de valorização	Preço cotado em bolsa
Preço cotado*	4,4
Justo valor	164.953.026

* Utilizada a cotação de 30 de setembro no apuramento do justo valor.

Este investimento foi classificado como ativo corrente na sequência do lançamento da oferta pública parcial e voluntária de aquisição efetuada pela Sonaecom (Nota 24).

8. Outros ativos não correntes

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Ativos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos:		
Sonae com SI	12.590.000	13.805.000
PCJ	4.640.000	4.730.000
Sonaecom BV	150.000	8.455.000
Optimus SGPS	-	312.850.000
	17.380.000	339.840.000
Prestações acessórias:		
ZOPT	115.000.000	-
Sonae com SI	39.951.792	12.580.000
PCJ	1.863.455	9.488.228
Público	1.332.405	321.770
Miauger	158.854	1.105.000
Optimus SGPS	-	144.630.000
	158.306.506	168.124.998
	175.686.506	507.964.998
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 15)	(4.251.260)	(8.654.998)
Outros	-	54.206
	171.435.246	499.364.206

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos' foram os seguintes:

					2013
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Sonae com SI	15.815.000	-	(3.225.000)	-	12.590.000
PCJ	4.690.000	-	(50.000)	-	4.640.000
Sonaecom BV	2.075.000	-	(1.925.000)	-	150.000
Optimus SGPS	312.850.000	-	(312.850.000)	-	-
ZOPT	-	230.000.000	(115.000.000)	(115.000.000)	-
	335.430.000	230.000.000	(433.050.000)	(115.000.000)	17.380.000

					2012
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Optimus SGPS	-	312.850.000	-	-	312.850.000
Sonae com SI	19.700.000	5.790.000	(11.685.000)	-	13.805.000
Sonaecom BV	21.785.000	-	(13.330.000)	-	8.455.000
PCJ	5.160.000	-	(430.000)	-	4.730.000
Be Artis	179.734.000	2.245.000	(181.979.000)	-	-
Sontária	2.676.637	584.000	(3.260.637)	-	-
Sonaetelecom BV	200.000	-	(200.000)	-	-
Optimus	-	22.850.000	(22.850.000)	-	-
	229.255.637	344.319.000	(233.734.637)	-	339.840.000

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

					2013
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
ZOPT	-	-	-	115.000.000	115.000.000
Sonae com SI	39.951.792	-	-	-	39.951.792
PCJ	9.488.228	-	(7.624.773)	-	1.863.455
Público	7.821.770	-	(6.489.365)	-	1.332.405
Miauger	1.305.000	-	(1.146.146)	-	158.854
Optimus SGPS	144.630.000	-	(144.630.000)	-	-
	203.196.790	-	(159.890.284)	115.000.000	158.306.506

					2012
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Optimus SGPS	38.630.000	106.000.000	-	-	144.630.000
Sonae com SI	-	12.580.000	-	-	12.580.000
PCJ	12.990.000	-	(3.501.772)	-	9.488.228
Miauger	1.105.000	-	-	-	1.105.000
Público	3.565.505	-	(3.243.735)	-	321.770
Be Artis	265.889.115	-	(265.889.115)	-	-
	322.179.620	118.580.000	(272.634.622)	-	168.124.998

No período findo em 30 de setembro de 2012, as diminuições de Empréstimos na Be Artis e na Sontária, no valor de 182 milhões de euros e de 3,3 milhões de euros, devem-se à alienação destas sociedades à Optimus SGPS, conforme descrito na Nota 5, incluindo ainda 251 milhões de Prestações acessórias na Be Artis. Para além deste movimento, a diminuição de Prestações acessórias da Be Artis, no montante de 266 milhões de euros, inclui a devolução de 14 milhões de euros à Sonaecom.

A variação de perdas de imparidade acumuladas resulta da transferência no montante de 14.838.738 euros (6.393.735 euros em 2012) para a rubrica de Investimentos em empresas do grupo (Nota 5), bem como do reforço efetuado durante o período no montante de 1.885.000 euros (6.493.228 euros em 2012) (Nota 15).

No período findo em 30 de setembro de 2013, o aumento ocorrido em Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a na Zopt de 230 milhões de euros e a diminuição ocorrida na Optimus SGPS em Prestações acessórias no montante de 144,6 milhões de euros resultam da operação descrita na Nota 5. As diminuições no montante de 115 milhões de euros em Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo na Zopt resultam da alienação de 50% destes suprimentos à Unitel (Notas 5 e 18) e as transferências resultam do aumento de capital efetuado na Zopt através da conversão de 115 milhões de euros de suprimentos em prestações acessórias. As diminuições no montante de 313 milhões de euros em Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo na Optimus SGPS corresponde à liquidação da totalidade do empréstimo.

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 5,63% e 4,53%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

9. Impostos diferidos

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

	2013	2012
Prejuízos reportáveis	45.918.287	71.433.393
Provisões e perdas por imparidade não aceites e outros	117.507.752	96.864.589
Total	163.426.039	168.297.982
Impostos diferidos ativos	42.619.125	43.527.464

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados foram gerados nos seguintes exercícios:

Ano em que foram gerados	2013	2012
2006	-	4.217.447
2007	11.479.572	13.640.901
	11.479.572	17.858.348

Em 30 de setembro de 2013, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 25% para os prejuízos fiscais reportáveis, e de 26,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 é como se segue:

	2013	2012
Resultado antes de imposto	(123.730.695)	90.485.074
Imposto 25%	30.932.674	(22.621.269)
Tributação autónoma, derrama e correção de imposto do ano anterior	(586.300)	(9.786)
Provisão para impostos (Notas 14 e 18)	(2.575)	(2.280)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente (Nota 14)	(499.465)	(1.711.250)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	(33.314.981)	24.978.163
Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados	2.161.329	-
Impostos registados no período	(1.309.318)	633.578

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 25% por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal.

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2013 são relativos, essencialmente, a perdas em investimentos financeiros e a dividendos recebidos (Nota 18), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do período.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2009 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2013.

10. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Dividendos a receber	-	21.448.416
Outros devedores	13.526.370	2.004.950
Estado e outros entes públicos	2.314.201	3.469.713
	15.840.571	26.923.079

Em 30 de setembro de 2012, a subsidiária Optimus – Comunicações S.A. distribuiu dividendos, que foram pagos em outubro de 2012.

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, a rubrica 'Outros devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Notas 18 e 20).

O valor registado em 'Estado e outros entes públicos', em 30 de setembro de 2013 e 2012, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros e imposto sobre o rendimento.

11. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, o detalhe de 'caixa e seus equivalentes' era o seguinte:

	2013	2012
Numerário	1.042	1.532
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	43.139	21.098
Aplicações de tesouraria	194.801.000	103.301.000
	194.845.181	103.323.630
Descobertos bancários (Nota 14)	(285.305)	(12.637.994)
	194.559.876	90.685.636

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2013	2012
Aplicações bancárias	190.310.000	-
Público	1.825.000	3.120.000
We Do	1.101.000	12.450.000
Lugares Virtuais	935.000	610.000
Saphety	540.000	-
PCJ	85.000	80.000
Mainroad	5.000	270.000
Optimus SGPS	-	86.716.000
Sonae com SI	-	55.000
	194.801.000	103.301.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 30 de setembro de 2013, venceram juros a uma taxa média de 4,65% (4,21% em 2012).

12. Capital social

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2013		2012	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	194.063.119	52,99%
Ações dispersas em Bolsa	89.932.361	24,56%	75.977.185	20,74%
Sonae SGPS	76.679.374	20,94%	3.430.000	0,94%
Ações próprias (Nota 13)	5.571.014	1,52%	7.025.192	1,92%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Atlas Service Belgium *	-	-	73.249.374	20,00%
Millenium BCP **	-	-	12.500.998	3,41%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

* A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Télécom ('FT - Orange') concluíram um acordo que consistia na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom detidos naquela data por uma subsidiária da FT- Orange. A 9 de setembro de 2013, essa opção de compra e venda foi exercida pela Sonae e FT- Orange respetivamente.

** Por já não corresponder a uma participação qualificada, o número de ações detidas pelo Millenium BCP, com base na informação obtida em 15 de maio de 2013, foi incluído nas ações dispersas em Bolsa.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

13. Ações próprias

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 247.423 ações próprias, no âmbito do seu plano de incentivos de médio prazo.

Adicionalmente, a Sonaecom alienou às suas subsidiárias 2.601 ações, ao preço médio de 1,816 euros, no âmbito do plano de incentivos de curto prazo de cada uma das empresas.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, a empresa adquiriu 1.500.000 novas ações (a um preço médio de 1,667 euros), detendo, no final do período, 5.571.014 ações próprias, representativas de 1,52% do seu capital social, a um preço médio de 1,515 euros.

14. Empréstimos

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2013	2012
'Obrigações Sonaecom SGPS 2011'	100.000.000	mar-15	Final	-	100.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	40.000.000	mar-15	Final	-	40.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2012'	20.000.000	jul-15	-	-	20.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2013'	20.000.000	jun-16	Final	20.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(68.567)	(2.173.132)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	309.333	1.166.105
				20.240.766	158.992.973
Papel comercial	30.000.000	jul-15	-	-	30.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	-	(242.602)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	-	46.549
				-	29.803.947
				20.240.766	188.796.920

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2013	2012
Aplicações de tesouraria obtidas	-	-	-	19.479.000	7.049.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	177.937	80.574
				19.656.937	7.129.574
'Obrigações Sonaecom SGPS 2005'	150.000.000	jun-13	Final	-	150.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	1.943.340	-
				1.943.340	180.000.000
Papel comercial	15.000.000	jun-14	-	900.000	-
				900.000	-
Contas caucionadas	16.500.000	jul-13	-	-	7.396.000
Descobertos bancários (Nota 11)	10.000.000	-	-	-	9.996.000
Descobertos bancários (Nota 11)	2.500.000	-	-	-	1.639.000
Descobertos bancários (Nota 11)	-	-	-	285.305	1.002.994
				285.305	20.033.994
				22.785.582	207.163.568

Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, a empresa liquidou a totalidade do empréstimo obrigacionista e respectivos juros.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon. A 4 de fevereiro de 2013, a empresa liquidou o empréstimo obrigacionista de 30 milhões de euros. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), o empréstimo obrigacionista de 40 milhões foi cedido à Zon Optimus.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, Portigon AG (anteriormente conhecido como WestLB AG) transferiu toda sua participação de 33.300.000 euros no empréstimo obrigacionista para Erste Abwicklungsanstalt ('EAA'), uma entidade estatal alemã. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), o empréstimo obrigacionista de 100 milhões foi cedido à Zon Optimus.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco BPI. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), o empréstimo obrigacionista de 20 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedido à Zon Optimus, sob a forma de Papel Comercial e pelo mesmo montante.

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco Caixa Económica Montepio Geral.

O empréstimo acima mencionado não tem garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo do mesmo é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,64% (3,23% em 2012).

Programas de Papel Comercial

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa – Banco de Investimento e Caixa Geral de Depósitos. Adicionalmente, no mesmo período, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 25 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Santander Totta. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), os dois Programas de Papel Comercial foram totalmente reembolsados e posteriormente cedidos à Zon Optimus.

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de dezoito meses, organizado pelo Banco Espírito Santo

de Investimento e Banco Espírito Santo. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), o papel comercial de 30 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedido à Zon Optimus.

Em junho de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 100 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Comercial Português. Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), o papel comercial de 100 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedido à Zon Optimus.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Em 30 de setembro de 2013, os principais condicionalismos financeiros (covenants) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em maio de 2013, no montante total de 20 milhões de euros, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral, e que estabelece a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. A penalidade aplicável no caso de incumprimento deste traduz-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 30 de setembro de 2013 e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

A taxa de juro média dos papéis comerciais, no período, foi de 4,26% (1,25% em 2012).

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), foi cedida à Zon Optimus, uma linha de crédito bancário de curto prazo do Banco Popular, de 10 milhões de euros.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo. Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, o detalhe das 'aplicações tesouraria' recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2013	2012
Sonaecom BV	12.940.000	1.410.000
Digitmarket	3.495.000	3.750.000
Sonaetelecom BV	1.579.000	1.579.000
Sonae com SI	1.325.000	-
Miauger	95.000	100.000
Sonaecom SP	45.000	45.000
Saphety	-	165.000
	19.479.000	7.049.000

As aplicações de tesouraria de empresas do grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 3,06% e 3,49%, respetivamente.

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	Em 12 meses	Entre 12 e 24 meses	Entre 24 e 36 meses	Entre 36 e 48 meses	Entre 48 e 60 meses
2013					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	20.000.000	-	-
Juros	973.333	973.333	666.667	-	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	973.333	973.333	20.666.667	-	-
2012					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	160.000.000	-	-
Juros	5.840.402	5.840.402	3.160.802	-	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	30.000.000	-	-
Juros	1.176.822	1.176.822	976.924	-	-
	7.017.224	7.017.224	194.137.726	-	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a três anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no período findo em 30 de setembro de 2012.

À data de 30 de setembro de 2013 e 2012, as linhas de crédito disponíveis pela empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2013					
Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Papel comercial	15.000.000	900.000	14.100.000	x	
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
Outras	-	285.305	-	x	
	36.000.000	21.185.305	15.100.000		

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2012					
Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Papel comercial	25.000.000	-	25.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Papel comercial	5.000.000	-	5.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-	x	
Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x	
Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Contas correntes	16.500.000	7.396.000	9.104.000	x	
Descobertos autorizados *	10.000.000	9.996.000	4.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	1.639.000	861.000	x	
Outras	-	1.002.994	-	x	
	444.000.000	390.033.994	54.969.000		

* Pode também ser utilizado sob a forma de Papel comercial.

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

15. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Transferências	Utilizações	Saldo Final
2013						
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	97.197.713	10.000	-	14.838.738	-	112.046.451
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	17.204.998	1.885.000	-	(14.838.738)	-	4.251.260
Provisões para outros riscos e encargos	74.959	95.273	(706)	-	-	169.526
	114.477.670	1.990.273	(706)	-	-	116.467.237
2012						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 9)	1.930	15.387	-	-	(17.317)	-
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 18)	80.122.497	351.772	-	6.393.735	-	86.868.004
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 18)	8.555.505	6.493.228	-	(6.393.735)	-	8.654.998
Provisões para outros riscos e encargos	68.654	2.280	-	-	-	70.934
	88.748.586	6.862.667	-	-	(17.317)	95.593.936

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' (Nota 18).

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 2.575 euros e 2.280 euros, respetivamente, registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício', atendendo à

natureza da mesma (Nota 19). Adicionalmente, em 30 de setembro de 2013, o reforço da rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui, principalmente, o montante de 92.554 euros para fazer face a contingências diversas respeitantes a passivos prováveis resultantes de transações diversas e cuja saída de fundos é provável.

16. Outras dívidas a terceiros

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Outros credores (Nota 20)	7.889.323	316.340
Estado e outros entes públicos	299.016	118.388
	8.188.339	434.728

17. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Trabalhos especializados	1.381.132	1.192.833
Rendas e alugueres	81.225	68.938
Deslocações e estadas	80.024	64.035
Seguros	37.383	38.547
Comunicação	31.577	27.608
Outros fornecimentos e serviços externos	64.172	39.203
	1.675.513	1.431.164

18. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2013	2012
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo		
Perdas relativas a empresas do grupo (Notas 5, 8 e 15)	(168.943.643)	(7.208.149)
Ganhos relativos a empresas do grupo (Nota 9)	24.700.000	100.326.277
	(144.243.643)	93.118.128
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos relativos a investimentos registados ao justo valor através de resultados	9.147.395	-
	9.147.395	-
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(4.734.654)	(2.119.316)
Outros empréstimos	(5.691.641)	(8.213.908)
Descobertos bancários e outros	-	(48.544)
	(10.426.295)	(10.381.768)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	(1.509)
Outros custos financeiros	(276.723)	(275.945)
	(276.723)	(277.454)
	(10.703.018)	(10.659.222)
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos	23.204.088	8.418.890
Diferenças de câmbio favoráveis	195	-
	23.204.283	8.418.890

Em 30 de setembro de 2013, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Notas 8 e 15), no valor de 1.885.000 euros, o reforço de perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 15), no valor de 10.000 euros e a menos valia gerada no processo de fusão (Nota 5), no montante de 167.048.643 de euros.

Em 30 de setembro de 2013, os ganhos relativos a empresas do grupo respeitam a dividendos recebidos da filial Optimus SGPS.

Em 30 de setembro de 2013, os ganhos relativos a investimentos registados ao justo valor através de resultados corresponde ao aumento do justo valor da participação detida na Zon Optimus (Nota 7), no montante de 9.147.395 euros.

Em 30 de setembro de 2013, a rubrica de 'Juros obtidos' inclui o montante de 4.674.111 recebidos da Unitel em sequência da alienação a esta entidade de suprimentos concedidos à ZOPT (Notas 5 e 8).

Em 30 de setembro de 2012, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o valor de 363.149 euros relativo à menos-valia com a venda, à Optimus SGPS, da totalidade do capital social da Be Artis (Nota 5) e o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Notas 8 e 15), no valor de 6.493.228 euros e em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 15), no valor de 351.772 euros.

Em 30 de setembro de 2012, os ganhos relativos a empresas do grupo respeitam a dividendos recebidos das filiais Optimus (68.175.377 euros), Optimus SGPS (17.434.926 euros), Sonae com SI (14.132.501 euros) e Sontária (583.473 euros).

19. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2013	2012
Imposto corrente	(1.306.743)	635.858
Provisão para impostos (Notas 9 e 15)	(2.575)	(2.280)
Saldo final	(1.309.318)	633.578

20. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Saldos a 30 de setembro de 2013 Empréstimos concedidos/(obtidos) (Notas 8 e 14)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	-	-	-	(23.021)	-
Subsidiárias					
Miauger	-	6.464	-	-	(95.000)
PCJ	67.376	2.693	85.000	22.515	4.640.000
Público	20.805	225.395	1.825.000	47.502	-
Sonae com SI	181.340	6.011	-	59.058	11.265.000
Sonaecom BV	8.716	119.236	-	737	(12.790.000)
Sonaetelecom BV	-	12.592	-	-	(1.579.000)
Sonaecom SP	-	-	-	-	(45.000)
Outras partes relacionadas					
Be Artis	38.575	3.045.668	-	-	-
Be Towering	160.120	202.889	-	-	-
Digitmarket	9.111	1.505	-	-	(3.495.000)
Lugares Virtuais	2.196	6.221	935.000	12.990	-
Mainroad	7.176	104.953	5.000	8.937	-
Optimus	3.389.135	2.987.288	-	(89.664)	-
Saphety	9.045	5.433	540.000	87.465	-
Sontária	163	4.675	-	1.783	-
Wedo	670.392	407.340	1.101.000	12.566	-
Zon Optimus	8.907.646	-	-	1248.753	-
Outros	673	52.620	-	18.459	-
	13.472.469	7.190.983	4.491.000	1408.080	(2.099.000)

					Saldos a 30 de setembro de 2012
	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 16)	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos/ (passivos)	Empréstimos concedidos/(obtidos) (Notas 8 e 14)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	54.206	-	-	-	-
Subsidiárias					
Miauger	-	-	-	-	(100.585)
Optimus SGPS	-	-	86.716.000	218.832	312.808.147
PCJ	53.049	-	80.000	17.918	4.730.000
Público	17.991	207	3.120.000	41.244	-
Sonae com SI	280.036	-	55.000	(145.478)	13.805.000
Sonaecom BV	147.979	-	-	40.695	7.045.000
Sonaetelecom BV	-	-	-	-	(1.591.900)
Sonaecom SP	-	396	-	-	(45.311)
Outras partes relacionadas					
Be Artis	620.508	2.771	-	290.722	-
Be Towering	60.510	-	-	19.657	-
Digitmarket	6.513	1.505	-	(500)	(3.773.749)
Lugares Virtuais	2.644	369	610.000	6.883	-
Mainroad	9.585	4.269	270.000	2.754	-
Optimus	590.086	188.267	-	256.244	-
Saphety	17.516	5.427	-	(9.191)	(165.998)
Sontária	11.118	2.491	-	1.617	-
Wedo	55.452	42.700	12.450.000	71.464	(178)
Outros	36.471	44.753	-	(78.238)	-
	1.963.664	293.155	103.301.000	734.623	332.710.426

				Transações a 30 de setembro de 2013
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 15)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 16)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	-	-	(224.035)	-
Subsidiárias				
Miauger	-	-	(4.093)	-
PCJ	-	-	203.057	-
Público	89.544	(47.037)	99.353	-
Sonae com SI	3.469	-	510.924	-
Sonaecom BV	-	-	(323.088)	-
Sonaetelecom BV	-	-	(37.812)	-
Sonaecom SP	-	-	(1.111)	-
Outras partes relacionadas				
Be Artis	-	18.139	-	-
Be Towering	-	(33.629)	-	-
Digitmarket	35.003	(5.768)	(99.920)	-
Lugares Virtuais	16.067	2.400	32.454	-
Mainroad	52.505	(600)	28.607	-
Optimus	2.160.316	803.236	-	82.872
Saphety	32.135	(101.484)	1.874	-
Sontária	-	16.819	-	-
Wedo	92.815	3.410	43.223	-
Zon Optimus	-	(526.753)	17.520.021	-
Outros	(9.917)	576.508	-	-
	2.471.938	705.241	17.749.453	82.872

				Transações a 30 de setembro de 2012
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 15)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 16)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	(23.800)	4.500	274.803	-
Subsidiárias				
Miauger	-	-	(2.520)	-
Optimus SGPS	-	-	157.250	-
PCJ	-	-	170.346	-
Público	109.330	(4.122)	84.058	-
Sonae com SI	3.672	(14.494)	484.802	-
Sonaecom BV	-	-	775.647	-
Sonaetelecom BV	-	-	(27.104)	-
Sonaecom SP	-	-	(707)	-
Outras partes relacionadas				
Be Artis	-	17.112	5.112.004	-
Be Towering	-	(40.278)	146.179	-
Digitmarket	43.156	(4.500)	(80.010)	-
Lugares Virtuais	19.347	2.700	19.025	-
Mainroad	64.734	(10.150)	(4.046)	-
Optimus	2.480.336	806.299	724.964	-
Saphety	38.693	(95.819)	1.295	-
Sontária	-	19.465	66.538	-
Wedo	116.145	-	119.168	-
Others	33.717	388.435	-	-
	2.885.329	1.069.148	8.021.692	-

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, a empresa reconheceu o montante de 24.700.000 euros e 100.326.277 euros, respetivamente, referente a dividendos de participadas (Nota 18).

No período findo em 30 de setembro de 2012, procedeu-se, para além destas operações, à alienação da totalidade do capital social da Be Artis e da Sontária à Optimus SGPS (Nota 5) e ao aumento do capital da Optimus SGPS, pela modalidade de entradas em espécie, através da entrega da totalidade de ações que a Sonaecom detinha da subsidiária Optimus – Comunicações, S.A..

Durante o exercício de 2012, a Sonaecom celebrou um contrato com a Sonae SGPS S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonaecom para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, pelo preço de 1,184 euros, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonaecom procedeu ao pagamento à Sonae SGPS, S.A. do montante de 3.291.520 euros.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros.

No período findo em 30 de setembro de 2013, na sequência da fusão entre a Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. e a Optimus, SGPS, SA e constituição da Zopt, foi efetuado um aumento de capital nesta no montante de 598 milhões de euros e concedidos suprimentos no montante de 230 milhões. Posteriormente parte destes suprimentos (115 milhões de euros) foram alienados à Unitel (Notas 5, 8 e 18).

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

21. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de setembro de 2013 e 2012, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2013	2012
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	5.955.731	5.955.731
Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IS, IRC e IVA	2.696.853	2.142.717
Direção de Contribuições e Impostos	Outros	16.795	16.795
		8.669.379	8.115.243

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.396 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 10.529.619 euros.

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, é convicção do Conselho de Administração da empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

22. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (125.040.013 euros negativos em 2013 e 91.118.652 euros em 2012) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 deduzidas das ações próprias (361.029.826 em 2013 e 359.146.641 em 2012).

23. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 30 de setembro de 2013, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		30 setembro 2013	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonaecom					
Plano 2009	1,685	10-mar-10	08-mar-13	-	-
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	2	206.064
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	2	221.505
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	2	129.694
Ações Sonae SGPS					
Plano 2009	0,761	10-mar-10	08-mar-13	-	-
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	2	214.640
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	419.985
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	163.966
Ações Zon Optimus SGPS					
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	2	56.997
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	2	79.696
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	2	60.285

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS;

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações Zon Optimus. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2013, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS		Ações Zon Optimus SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2012:						
Ainda diferidas	10	786.207	10	1.186.787	-	-
Total	10	786.207	10	1.186.787	-	-
Movimentos no período:						
Atribuídas	3	186.159	3	250.399	-	-
Vencidas	(4)	(247.423)	(4)	(342.242)	-	-
Canceladas / extintas / corrigidas*	(3)	(167.680)	(3)	(296.353)	6	196.978
Saldo a 30 setembro 2013:						
Ainda diferidas	6	557.263	6	798.591	6	196.978
Total	6	557.263	6	798.591	6	196.978

*As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos 2010 e 2012 de ações Sonaecom, SGPS, S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. Para o plano de 2011, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, sendo a responsabilidade calculada com base no preço fixado no contrato. A responsabilidade dos três planos foi registada na rubrica 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Para os planos de ações Sonae SGPS, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'. Para os planos Zon Optimus SGPS, a responsabilidade é calculada com base na cotação das ações no último dia do período. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS		Ações Sonaecom	
	Plano 2010	Plano 2011	Plano 2012	Plano 2011
Valor nominal	257.574	323.727	268.451	492.439
Maturidade	mar-14	mar-15	mar-16	dez-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2			
Método de valorização	Custo atual de substituição			
Justo valor*	121.467	392.825	78.642	408.723

* utilizada a cotação de 30 de setembro no apuramento do justo valor.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 30 de setembro de 2013, são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Ações Zon Optimus SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	2.595.999	3.212.054	129.532	5.937.585
Custos reconhecidos no período	244.852	134.643	268.012	647.507
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(2.025.205)	(2.862.603)	-	(4.887.808)
Custos de planos exercidos no período	(406.268)	(250.357)	-	(656.625)
	409.378	233.737	397.544	1.040.659
Responsabilidade dos Planos	591.633	667.093	397.544	1.656.270
Justo valor dos Contratos de cobertura (1)	(182.255)	(433.356)	-	(615.611)
Registados em Caixa e equivalentes de caixa (2)	-	-	(43.048)	(43.048)
Registados em Outros passivos correntes	-	116.856	206.925	323.781
Registados em Outros passivos não correntes	-	116.881	233.667	350.548
Registados em Reservas	409.378	-	-	409.378

(1) A Sonaecom assinou contratos para cobertura da responsabilidade com os planos de incentivo de médio e longo prazo do grupo, transferindo posteriormente, através de contratos celebrados com as várias empresas do grupo, a responsabilidade relativa a cada empresa. O justo valor dos contratos de cobertura, considerado na tabela acima, corresponde à componente destinada a cobrir a responsabilidade dos planos dos colaboradores da Sonaecom SGPS;

(2) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

24. Eventos subsequentes

A 23 de outubro de 2013, a Goldman Sachs Group, Inc. informou à Sonaecom sobre ter completado uma participação qualificada no capital social da Sonaecom por ter adquirido 7.780.349 ações representativas de 2.12% do capital.

A 29 de outubro de 2013, a Sonaecom lançou uma oferta pública parcial e voluntária de aquisição de um máximo de 88.479.803 ações representativas de 24,16% do seu próprio capital social. Esta operação surge após a conclusão da fusão entre a Optimus SGPS, S.A. e a Zon Multimédia, SGPS, S.A., da qual resultou a Zon Optimus SGPS, S.A., tendo a Sonaecom, na qualidade de acionista da Optimus, passado a deter diretamente 37.489.324 ações representativas de 7,28% do capital social e dos direitos de voto da Zon Optimus e uma participação de 50% na Zopt, SGPS, S.A. detentora, por sua vez, de uma participação correspondente a 50,01% do capital social e dos direitos de voto da Zon Optimus.

A Sonaecom pretende assim conferir a opção aos seus acionistas de alienar, em condições de igualdade, as suas ações nesta Sociedade, por contrapartida da entrega das 37.489.324 ações Zon Optimus detidas diretamente que, não sendo necessárias à prossecução da atividade da Sociedade, permitem a exposição direta dos acionistas à Zon Optimus, ativo de referência do portfólio da Sonaecom.

A Sonaecom oferece um preço global equivalente a 2,45 euros por ação Sonaecom, composto por entrega de ações Zon Optimus e de um montante remanescente em dinheiro, se aplicável, que representa para os acionistas aceitantes da Oferta um prémio, por ação Sonaecom, de cerca de: 10% sobre a cotação de fecho de dia 28 de outubro de 2013 e sobre a média ponderada da cotação de fecho dos 30 dias anteriores; 24% por referência à média ponderada da cotação de fecho da ação Sonaecom nos anteriores 90 dias; e 17%, considerando a média dos target prices da ação Sonaecom de 2,10 euros. Para efeitos de determinação da relação de troca entre ações Sonaecom e ações Zon Optimus, relevou-se a média ponderada da cotação de fecho das ações Zon Optimus nas 5 últimas sessões de mercado regulamentado, de 5,08 euros por ação Zon Optimus.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 11 de novembro de 2013.

Anexo

A 30 de setembro de 2013, as partes relacionadas da Sonaecom, SGPS, S.A. são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Franck Emmanuel Dangeard
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Gervais Gilles Pellissier
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Jean-François René Pontal
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Paulo Joaquim dos Santos Plácido

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

Empresas do grupo Sonaecom	
Be Artis – Conceção ,Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	Sonaecom BV
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Sonaecom, SGPS, S.A.
Cape Technologies Limited	Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Sonaetelecom BV
Infosystems-Sociedade de Sistemas de Informação,S.A.	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Lugares Virtuais, S.A.	SSI Angola, S.A.
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
Optimus – Comunicações, S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
OPTIMUS - SGPS, S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	We Do Technologies Panamá S.A.
Praesidium Services Limited	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Público – Comunicação Social, S.A.	We Do Technologies Singapore PTE.LTD.
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Saphety – Transacciones Electronicas SAS	WeDo Technologies Egypt LLC
	WeDo Technologies (UK) Limited

Empresas do grupo Sonae/Efanor/Zon

300 Holding GmbH	BB Food Service, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	Be Artis – Conceção ,Construção e Gestão de Redes de Comunicações,
8ª Avenida Centro Comercial, SA	Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	Beralands BV
Adlands B.V.	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aegean Park, S.A.	BHW Beeskow Holzwerkstoffe
Agepan Eiweiler Management GmbH	Big Picture 2 Films, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agloma Investimentos, Sgps, S.A.	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Boavista Shopping Centre BV
Airone – Shopping Center, Srl	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Canal 20 TV, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A.	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.
Arat inmebles, S.A.	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Change, SGPS, S.A.
Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A.	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Avenida M – 40 B.V.	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Avenida M – 40, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Azulino Imobiliária, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
BA Business Angels, SGPS, SA	Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.
BA Capital, SGPS, SA	Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.

Empresas do grupo Sonae/Efanor

Continente Hipermercados, S.A.	Glunz Service GmbH
Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Cooper Gay Swett & Crawford Lt	Glunz Uka GmbH
Craiova Mall BV	GMET, ACE
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Grafilme - Sociedade Impressora de Legendas, Lda.
Darbo S.A.S	Guimarãesshopping – Centro Comercial, S.A.
Deutsche Industrieholz GmbH	Harvey Dos Iberica, S.L.
Discovery Sports, SA	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Distodo - Distribuição e Logística, Lda.	HighDome PCC Limited
Dortmund Tower GmbH	Iberian Assets, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dreamia - Serviços de Televisão, S.A.	Imoareaia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Dreamia Holding B.V.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Ecociclo II	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Emfísico Boavista	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
Empracine - Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imopeninsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A.
Farmácia Seleção, S.A.	Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
Fashion Division Canárias, SL	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Fashion Division, S.A.	Imosonae II
FINSTAR - Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Implantação – Imobiliária, S.A.
Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infofield – Informática, S.A.
Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.	Infratroia, EM
Frieengineering International Ltda	Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Inparvi SGPS, S.A.
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum - Energia, SA
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Integrum Colombo Energia, S.A.
Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.	Integrum Martim Longo - Energia, S.A.
Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.	Interlog – SGPS, S.A.
GHP GmbH	Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Ioannina Development of Shopping Centres, SA
Glunz AG	Isoroy SAS

Empresas do grupo Sonae/Efanor

La Farga – Shopping Center, SL	Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
Laminate Park GmbH Co. KG	Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
Land Retail B.V.	MSTAR, SA
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Mundo Vip – Operadores Turisticos, S.A.
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Munster Arkaden, BV
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV
Libra Serviços, Lda.	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Loop5 Shopping Centre GmbH	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Optimus – Comunicações, S.A.
Lusomundo - Sociedade de investimentos imobiliários SGPS, SA	OSB Deustchland GmbH
Lusomundo Espanha, SL	PantheonPlaza BV
Lusomundo Imobiliária 2, S.A.	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Lusomundo Moçambique, Lda.	Pareuro, BV
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Luz del Tajo B.V.	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 1 B.V.
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda	Parque Principado SL
Marcas MC, ZRT	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Marina de Tróia S.A.	Pátio Campinas Shopping Ltda
Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda
Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.	Pátio Penha Shopping Ltda.
Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda	Pátio Sertório Shopping Ltda
MDS Africa SGPS, S.A.	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS Consultores, S.A.	Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.
MDS Corretor de Seguros, S.A.	Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.
MDS Malta Holding Limited	PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.
MDS SGPS, SA	PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda
MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA	Plaza Éboli B.V.
Megantic BV	Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA
Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.	Plaza Mayor Shopping BV
Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.	Plaza Mayor Shopping, SA
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Ploi Mall BV
Modelo Continente Intenational Trade, SA	Plysorol, BV
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Poliface North America
Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.	PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA

Empresas do grupo Sonae/Efanor

Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.	Rochester Real Estate, Limited
Praedium – Serviços, S.A.	RSI Corretora de Seguros Ltda
Praedium II – Imobiliária, S.A.	S.C. Microcom Doi Srl
Praedium SGPS, S.A.	Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	SC – Consultadoria, S.A.
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	SC Aegean B.V.
Pridelease Investments, Ltd	SC Assets SGPS, S.A.
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	SC Finance BV
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	SC Mediterraneum Cosmos B.V.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	SC, SGPS, SA
Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	SCS Beheer, BV
Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl	SDSR - Sports Division 2, S.A.
Project SC 1 BV	Selfrio,SGPS, S.A.
Project SC 2 BV	Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Project Sierra 2 B.V.	Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Project Sierra 6 BV	Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda
Project Sierra 7 BV	Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.
Project Sierra 8 BV	Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.
Project Sierra 9 BV	Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.
Project Sierra Charagionis 1 S.A.	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra Four, SA	Shopping Penha B.V.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.
Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV	SIAL Participações Ltda
Project Sierra Spain 1 B.V.	Sierra Asia Limited
Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.	Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.	Sierra Central S.A.S
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra Spain 6 B.V.	Sierra Charagionis Propert.Management S.A.
Project Sierra Spain 7 B.V.	Sierra Corporate Services Holland, BV
Project Sierra Three Srl	Sierra Development Greece, S.A.
Project Sierra Two Srl	Sierra Developments Germany GmbH
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Developments Holding B.V.
Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.	Sierra Developments Italy S.r.l.
Puravida – Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Developments Romania, Srl
Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.	Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL
RASO - Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Developments, SGPS, S.A.
RASO, SGPS, S.A.	Sierra Enplanta Ltda
Rio Sul – Centro Comercial, S.A.	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
River Plaza Mall, Srl	Sierra GP Limited
River Plaza, BV	Sierra Investimentos Brasil Ltda

Empresas do grupo Sonae/Efanor

Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae SGPS, S.A.
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Sierra Brasil S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Italy Holding B.V.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Management Germany GmbH	Sonae Tafibra Benelux, BV
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae Turismo – SGPS, S.A.
Sierra Management Romania, Srl	Sonae UK, Ltd.
Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.	Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos
Sierra Management, SGPS, S.A.	SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
Sierra Portugal, S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sontel BV
SISTAVAC, S.A.	Sontur BV
SKK – Central de Distr., S.A.	Sonvecap BV
SKK SRL	Sopair, S.A.
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Spanboard Products, Ltd
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.
Soconstrução BV	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Sodesa, S.A.	Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A.
Soflorin, BV	Sport TV Portugal, S.A.
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Solinca - Eventos e Catering, SA	Sport Zone – Turquia
Solinca - Health and Fitness, SA	Sport Zone Canárias, SL
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Spred, SGPS, SA
Solingen Shopping Center GmbH	Stinnes Holz GmbH
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Tableros Tradema, S.L.
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Somit Imobiliária	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tafibra South Africa
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafibra Suisse, SA
Sonae Capital, SGPS, S.A.	Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.
Sonae Center II S.A.	Tafisa Canadá Société en Commandite
Sonae Center Serviços, S.A.	Tafisa France, S.A.
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Tafisa UK, Ltd
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	Tarkett Agepan Laminare Flooring SCS
Sonae Indústria Manag. Serv, SA	Tecmasa Recicladados de Andalucía, SL
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Teliz Holding B.V.
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Têxtil do Marco, S.A.
Sonae RE, S.A.	TLANTIC B.V.

Empresas do grupo Sonae/Efanor

Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Tlantic Sistemas de Informação Ltd ^a	Worten Canárias, SL
Tool GmbH	Worten España, S.A.
Torre Ocidente Imobiliária, S.A.	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.	ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.
TP – Sociedade Térmica, S.A.	Zippy Turquia
Troia Market, S.A.	ZON Audiovisuais, SGPS S.A.
Tróia Natura, S.A.	ZON Cinemas, SGPS S.A.
Troiareort – Investimentos Turísticos, S.A.	ZON Conteúdos - Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos,
Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	ZON FINANCE B.V.
Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	ZON II - Serviços de Televisão S.A.
Unishopping Administradora Ltda.	ZON III - Comunicações electrónicas S.A.
Unishopping Consultoria Imob. Ltda.	ZON Lusomundo Audiovisuais, S.A.
Upstar Comunicações S.A.	ZON Lusomundo Cinemas, S.A.
Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.	ZON Lusomundo TV, Lda.
Valecenter Srl	ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.
Valor N, S.A.	Zon Optimus, SGPS, S.A.
Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.	ZON Televisão por Cabo, SGPS, S.A.
Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.	ZON TV Cabo Açoreana, S.A.
Via Catarina – Centro Comercial, S.A.	ZON TV Cabo Madeirense, S.A.
Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.	ZON TV Cabo Portugal, S.A.
Vistas do Freixo, SA	ZOPT, SGPS, S.A.
Vuelta Omega, S.L.	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.
Weierstadt Shopping BV	ZYEVOOLUTION-Invest.Desenv.,SA.
World Trade Center Porto, S.A.	

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação do setor das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projeta”, “pretende”, “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no website da Sonaecom
www.sonae.com

Contacto para os Investidores

Carlos Alberto Silva
Responsável de Relação com Investidores
carlos.alberto.silva@sonae.com
Tel: +351 93 100 24 44

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.
Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo “SNC.LS” e na Bloomberg através do símbolo “SNC:PL”.

Sonaecom SGPS, SA
Rua Henrique Pousão, 432 – 2º
4460-841 Senhora da Hora
Portugal